



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Faculdade de Ciências Econômicas

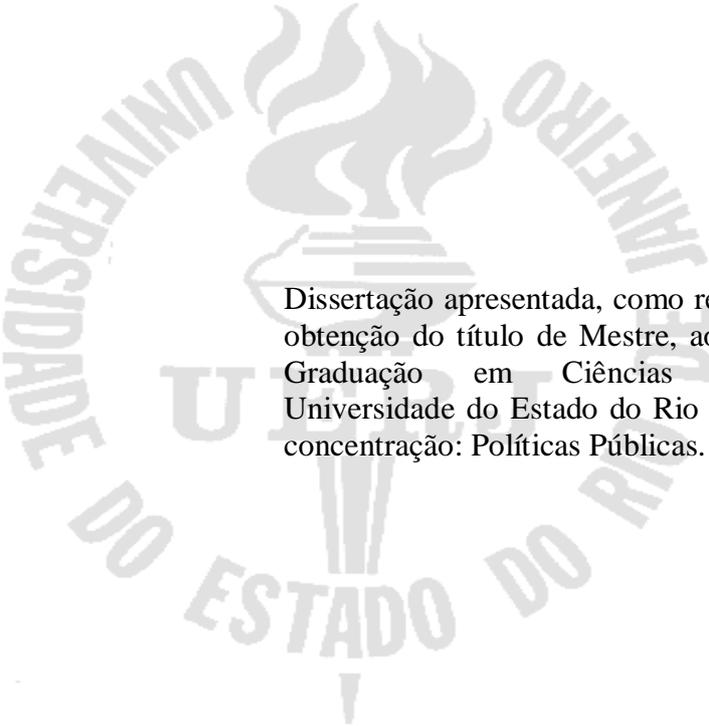
Ana Paula Gonçalves de Freitas

**Concentração regional do crédito no Brasil: uma análise a partir da  
consolidação bancária pós-real**

Rio de Janeiro  
2008

Ana Paula Gonçalves de Freitas

**Concentração regional do crédito no Brasil: uma análise a partir da  
consolidação bancária pós-real**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula

Rio de Janeiro  
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/B

F866	<p>Freitas, Ana Paula Gonçalves de Concentração regional do crédito no Brasil: uma análise a partir da consolidação bancária pós-real/Ana Paula Gonçalves de Freitas.- 2008. 112 p.</p> <p>Orientador: Luiz Fernando Rodrigues de Paula Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas. Bibliografia: p. 99 – 103.</p> <p>1. Crédito bancário - Brasil - Teses. 2. Política monetária – Brasil - Teses. 3. Bancos – Brasil - Teses. 3. Economia Regional – Brasil – Teses. I. Paula, Luiz Fernando Rodrigues de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Ciências Econômicas. III. Concentração regional do crédito no Brasil: uma análise a partir da consolidação bancária pós-real.</p> <p>CDU 336.77</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Ana Paula Gonçalves de Freitas

**Concentração regional do crédito no Brasil: uma análise a partir da  
consolidação bancária pós-real**

Dissertação apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de  
concentração: Políticas Públicas

Aprovado em \_\_\_\_\_

Banca Examinadora: \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Crocco Afonso  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

---

Prof. Dr. José Luís da Costa Oreiro  
Universidade de Brasília - UNB

---

Profa. Dra. Ângela Moulin Simões Penalva Santos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro  
2008

## AGRADECIMENTOS

Finalizar essa etapa não foi tarefa nada fácil. A dupla jornada desde o início tornou esse período de renúncias mais difícil e também, ao final, ainda mais gratificante. Foram muitos momentos de esgotamento, incerteza, desânimo e descrença. Foram anos difíceis, porém recompensadores. Muitos dos que participaram dessa etapa, incentivaram ou que simplesmente cruzaram meu caminho mereceriam menção aqui. No entanto, gostaria de poder agradecer a atenção de algumas pessoas, em particular.

Aos componentes da banca examinadora desta dissertação, Prof. Marco Aurélio Crocco (Cedeplar/UFMG) e Profa. Ângela Penalva Santos (UERJ) que aceitaram prontamente ao convite de integrarem minha banca. Agradeço também ao Prof. Thompson Andrade (UERJ) e ao Prof. José Luís Oreiro (UnB) pela presteza em atender ao convite como suplentes.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Luiz Fernando, que com sua paciência e perseverança não me deixou desistir, viabilizando esse trabalho. Depositou confiança e enriqueceu imensamente meus conhecimentos. Muito obrigada por todo o tempo e auxílio!

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e à Pós-Graduação em Economia, pela oportunidade de realização desse curso de mestrado.

Aos professores do mestrado, pelo conhecimento e percepção adquiridos ao longo do curso.

Aos amigos e colegas do mestrado, em especial às turmas de 2005 e 2006, e aos que me ajudaram diretamente no desenvolvimento desta dissertação, com suas sugestões e auxílios: Prof. Oreiro pelas ricas sugestões iniciais, Prof. Crocco pela disponibilização do IPLB, Marcos Rocha pelas dicas e paciência, à Marina pelo auxílio no Stata, ao Bruno por ajudar-me nos testes estatísticos com presteza, ao Granado pelas ricas sugestões e leitura atenta, ao Bernardo pela presteza e auxílio na análise, ao Noritomi e Onitsuka que auxiliaram imensamente na obtenção dos dados do Sisbacen; e aos meus amigos e colegas de trabalho da ANS e CBIE, que me apoiaram imensamente ao longo dessa etapa.

Por fim, embora também em especial, por se tratar não apenas de agradecimento mas também de amor: aos meus queridos amigos e amigas, agradáveis companhias de todas as horas e que tornaram esse momento mais leve. À minha família querida e especial: meus pais, meu irmão, vovó e Paulão. E a Deus, pois “posso todas as coisas nAquele que me fortalece”.

E vamos embora, seguir em frente!

# **CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO CRÉDITO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA PÓS-REAL**

**Autor: ANA PAULA GONÇALVES DE FREITAS**

**Orientador: Prof. Dr. LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA**

## **RESUMO**

O setor bancário brasileiro passou por um processo de profundas mudanças desde 1994. Especificamente, o fim da receita de floating bancário, pós-Real, a entrada de bancos estrangeiros no mercado doméstico e o apoio do governo federal, a partir dos programas PROER e PROES, voltados para reestruturação do setor bancário brasileiro com vistas ao sua maior robustez, provocaram uma onda de fusões e aquisições (F&As) bancárias, contribuindo para uma diminuição no número de bancos e um aumento da concentração bancária no país. No plano microeconômico, tal processo promoveu a solidificação do sistema bancário brasileiro, tornando-o capaz de resistir aos efeitos negativos de choques econômicos, reduzindo a possibilidade de risco sistêmico. No entanto, ao que tange o aspecto regional, o movimento de privatização de bancos públicos estaduais e a consolidação do sistema em torno de grandes bancos privados nacionais e estrangeiros dificilmente foram neutros em termos de distribuição regional do crédito e nos interesses das instituições bancárias.

Nesse sentido, o objetivo desta dissertação é analisar o processo de consolidação bancário brasileiro a partir da implementação do Plano Real, apresentando suas principais características e impactos sobre a distribuição e concessão do crédito regionalmente. A partir da análise de dados estatísticos e da utilização da análise de dados em painel, avaliamos as implicações desse processo sobre o comportamento do setor bancário e seus efeitos sobre a concessão e distribuição de crédito regional. Os resultados obtidos no exercício empírico mostram indícios a favor da hipótese de que o processo de reestruturação bancária ocorrido no Brasil teve um efeito negativo sobre a disponibilidade regional do crédito, sobretudo nas regiões periféricas.

**Palavras-chave:** Economia. Crédito. Concentração. Setor Bancário Brasileiro. Desenvolvimento Regional. Consolidação bancária. Distribuição do crédito regional. Plano Real.

# **REGIONAL CONCENTRATION OF CREDIT IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN BANKING CONSOLIDATION AFTER REAL PLAN**

Autor: **ANA PAULA GONÇALVES DE FREITAS**

Orientador: Prof. Dr. **LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA**

## **ABSTRACT**

The Brazilian banking sector experimented huge changes since 1994, in particular, with the end of bank inflationary incomes, after the Real Plan, the penetration of foreign banks in the domestic market, and the implementation of federal government programs - PROES and PROER - that aimed at restructuring the banking system. This process stimulated a wave of mergers and acquisitions (M&As) in banking sector, contributing to a decrease in the number of regional banks and an increase of bank concentration in Brazil.

In the microeconomic level, this process promoted the strengthening of the Brazilian banking system, making it able to resist the negative effects of economic shocks, reducing the possibility of systemic risk. However, regarding the regional aspect, the movement for privatization of state-owned banks and of banking consolidation were not neutral in terms of regional credit distribution.

Accordingly, the objective of this dissertation is analyze the process of Brazilian bank consolidating since the Real Plan, presenting the main characteristics and impacts on the regional distribution and allocation of credit. From the analysis of descriptive statistics and using a panel data analysis, we evaluate the implications of the banking consolidation on the banking sector behavior and its effects on the allocation and distribution of regional credit. The results show some empirical evidence for the hypothesis that the bank restructuring in Brazil had a negative effect on the credit supply, particularly in peripheral regions.

**Keywords:** Economy. Credit. Concentration. Brazilian banking sector. Regional development. Banking Consolidation. Distribution of regional credit. Real Plan.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Abordagem Teórica do Financiamento ao Crescimento (LEVINE 1997).....	20
Figura 2 - Economia Monetária da Produção (CARVALHO et al. 2000).....	24
Mapa 1 - Índice de preferência pela liquidez dos bancos, Brasil: 1994 e 2006. _____	75
Mapa 2 - Participação econômica por estado, Brasil: 1994 e 2006. _____	76
Mapa 3 - Participação no crédito por estado, Brasil: 1994 e 2006 . _____	77

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Participação da Atividade de Intermediação Financeira na Economia (%), Brasil: 1985-2006. _____	46
Gráfico 2 – Total de Agências – Brasil, 1989-2007. _____	47
Gráfico 3 – Comportamento dos indicadores de concentração bancária do setor privado. Brasil, 1995-2007. _____	58
Gráfico 4 - Relação Crédito Total/PIB (%), Brasil: 1989-2006. _____	60
Gráfico 5 - Relação crédito/PIB por tipo de instituição financeira, Brasil: jan/94 a dez/07. _	62
Gráfico 6 - Participação das Grandes Regiões na Atividade de Intermediação Financeira, Brasil: 1985 – 2006. _____	67
Gráfico 7 – Comparação entre a participação da UF no PIB e na Intermediação Financeira, Brasil: 1994, 1998, 2002 e 2006. _____	70
Gráfico 8 - Razão crédito/PIB estadual, Brasil: 1994 e 2006. _____	71

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Receitas inflacionárias das instituições bancárias. _____	48
Tabela 2 – Compra de ativos de instituições financeiras com incentivo do PROER, Brasil. _____	49
Tabela 3 - Privatização de bancos estaduais, Brasil. _____	51
Tabela 4 - Participação percentual por segmento no total de ativos do setor bancário, Brasil: 1993-2006 (%). _____	52
Tabela 5 - Consolidação do Sistema Bancário Brasileiro: 1995 a 2003. _____	54
Tabela 6 – Número de instituições do sistema financeiro, Brasil: 1988 a 2007. _____	55
Tabela 7 - Quantitativo de bancos pela estrutura de capital, Brasil: 1994 – 2006. _____	56
Tabela 8 – Indicadores de Concentração Bancária: RCs e HH – Brasil, 1995-2007. _____	58
Tabela 9 - Quantitativo de instituições e participação (%) por UF e região geográfica, Brasil: 1998-2007. _____	64
Tabela 10 - Quantitativo de agências e participação (%) por UF e região geográfica, Brasil: 1994-2007 (anos selecionados). _____	66
Tabela 11 - Participação da UF no PIB e na Atividade de Intermediação Financeira, Brasil: 1994 a 2006 (anos selecionados). _____	69
Tabela 12 - Participação do estado no crédito total concedido, Brasil: 1994-2007. _____	72
Tabela 13 - Resumo das variáveis explicativas e relações esperadas. _____	88
Tabela 14 - Sumário das estatísticas descritivas das variáveis do modelo: 1995-2006. _____	89
Tabela 15 – Matriz de correlação das variáveis do modelo: 1995-2006. _____	89
Tabela 16 – Resultado da análise de painel com efeitos aleatórios (Modelo 1*). _____	91
Tabela 17 - Resultado da análise de painel com efeitos fixos (Modelo 2*). _____	93

**LISTA DE ANEXOS**

Anexo 1 – Dados utilizados na análise de painel. _____	104
Anexo 2 - Testes de Raiz Unitária _____	109
Anexo 3 – Análise de painel, efeitos aleatórios. 1995-2006 (Modelo 1*) _____	110
Anexo 4 - Análise de painel, efeitos fixos. 1995-2006. (Modelo 1*) _____	110
Anexo 5 – Teste de Hausman (Modelo 1*) _____	111
Anexo 6 - Análise de painel, efeitos aleatórios. 1995-2006 (Modelo 2*) _____	111
Anexo 7 - Análise de painel, efeitos fixos. 1995-2006. (Modelo 2*) _____	112
Anexo 8 - Teste de Hausman (Modelo 2*) _____	112

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Introdução</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Sistema Financeiro e Crescimento Econômico</b>	<b>16</b>
1.2.1 Bancos em uma Economia Monetária da produção: uma breve introdução	22
<b>1.3 Moeda e Espaço sob a Perspectiva Pós-Keynesiana</b>	<b>25</b>
<b>1.4 Bancos e a Questão Regional: evidências da literatura empírica</b>	<b>30</b>
1.4.1 Evidências da Literatura Internacional	30
1.4.2 Evidências na Literatura Brasileira	35
<b>REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO E CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO CRÉDITO</b>	<b>41</b>
<b>2.1 Introdução</b>	<b>41</b>
<b>2.2 O Processo de Consolidação Bancária</b>	<b>42</b>
<b>2.3 Comportamento dos Bancos e Reestruturação Bancária no pós- Real</b>	<b>44</b>
2.3.1 A Concentração do Mercado: alguns cálculos	56
2.3.2 A Evolução do Crédito no Brasil	59
<b>2.4 Bancos e a Questão Regional no Brasil: algumas evidências recentes.</b>	<b>62</b>
<b>2.5 Conclusões</b>	<b>78</b>
<b>CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA E CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO CRÉDITO: UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA PARA OS ESTADOS BRASILEIROS</b>	<b>79</b>
<b>3.1 Introdução</b>	<b>79</b>
<b>3.2 Metodologia de tratamento dos dados</b>	<b>81</b>
3.2.1 A Estimção de Dados em Painel	81
3.2.2 O Modelo adotado	83
3.2.3 Informações e Fontes de dados	84
3.2.4 Variáveis Explicativas e Relações Esperadas	86
<b>3.3 Resultados Obtidos</b>	<b>88</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>99</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

O setor bancário exerce importante papel na economia, principalmente se levarmos em conta sua função de financiador da atividade produtiva e seu comportamento diante da moeda. Em seu aspecto monetário, os bancos atuam de forma a reduzir riscos e fornecer liquidez aos investimentos, por um lado; e, por outro, alocam os recursos disponíveis em financiamentos e empréstimos.

O processo de reestruturação bancária ocorrido nos últimos anos no Brasil reduziu fortemente o número de instituições financeiras de atuação mais regional com efeitos perversos no desenvolvimento regional. Especificamente no caso brasileiro, o fim da receita de floating bancário, pós-Real, ajudou a impulsionar a consolidação do setor, assim como a entrada de bancos estrangeiros no mercado doméstico. Esse processo contou também com o apoio do governo federal, a partir dos programas PROER e PROES, que objetivavam promover um sistema bancário mais robusto.

Esse processo de reestruturação pelo qual passou o setor financeiro brasileiro após a estabilização da economia trouxe grande mudança nas estratégias e comportamentos do setor bancário nacional, além de ter levado à diminuição da concorrência no setor. Por outro lado, em termos de promover a oferta de crédito, o processo de reestruturação bancária apresentou resultados nem sempre positivos.

No plano microeconômico, ele promoveu a solidificação do sistema bancário brasileiro, tornando-o capaz de resistir aos efeitos nocivos de choques econômicos, reduzindo a possibilidade de risco sistêmico. No entanto, ao que tange o aspecto regional, o movimento de privatização de bancos públicos estaduais e a consolidação do sistema em torno de grandes bancos privados nacionais e estrangeiros dificilmente foram neutros em termos de distribuição regional do crédito e nos interesses das instituições bancárias.

A abordagem pós-keynesiana auxilia o entendimento desta dinâmica no âmbito regional. Segundo esta linha de pensamento, as diferenças estruturais existentes entre as diversas regiões de um país levam a um círculo vicioso (com relação às variáveis reais e monetárias) que tende a ampliar/perpetuar as desigualdades, ao invés de minimizá-las. Resumidamente, em locais mais atrasados (periferia), a incerteza é maior e como consequência a disponibilidade de crédito é menor (devido à maior preferência pela liquidez dos agentes econômicos), reduzindo o nível de investimento. Nesse contexto, amplia-se a

incerteza nestas regiões, o que desestimula ainda mais o investimento, situação que se perpetua. Comportamento oposto ocorre nas áreas mais desenvolvidas.

Seguindo essa linha teórica, o objetivo desse trabalho é analisar o processo de consolidação bancária brasileiro a partir da implementação do Plano Real, apresentando suas principais características e impactos sobre a concessão do crédito. A partir da análise de dados e da utilização de instrumental econométrico (análise de painel), iremos avaliar as implicações desse processo sobre o comportamento do setor bancário e seus efeitos sobre a concessão e distribuição de crédito regional no Brasil. Os resultados obtidos no exercício empírico mostram indícios a favor da hipótese de que o processo de reestruturação bancária ocorrido no Brasil teve um efeito negativo sobre a disponibilidade de crédito, principalmente nas regiões periféricas, assim como os fatores monetários também contribuíram para o aumento na desigualdade do crédito no país.

Essa dissertação está dividida em cinco partes, incluindo essa introdução. O Capítulo 1 analisa a relação entre sistema financeiro e crescimento econômico a partir da abordagem econômica convencional e da perspectiva teórica pós-keynesiana. Desenvolve também, a partir da abordagem pós-keynesiana do papel da moeda no espaço, que diferenças na preferência pela liquidez dos agentes em regiões periféricas e centrais acentuam distribuição regional do crédito. Efetua-se também uma resenha empírica da literatura internacional e nacional da relação entre bancos e a questão regional.

O Capítulo 2 apresenta, a partir de uma revisão da literatura acerca do tema, o movimento de concentração do setor bancário em âmbito mundial a partir dos anos de 1990 e identifica as motivações desse processo no Brasil e suas implicações sobre o comportamento dos bancos brasileiros, principalmente em relação à concessão do crédito. Será mostrado que esse processo reduziu fortemente o número de instituições financeiras de atuação mais regional e possibilitou menor acesso ao crédito a estados periféricos, mesmo tendo em vista o aumento do crédito agregado nos últimos anos.

No Capítulo 3 realizamos teste econométrico, por meio do método de análise de painel, para qualificar o argumento de que o processo de concentração bancária teve efeito negativo sobre a distribuição regional do crédito. Destacamos, também, a importância de fatores monetários na desigualdade do crédito no Brasil. Neste capítulo detalhamos o modelo utilizado, fontes de dados e a metodologia empírica adotada, tal como apresentamos e avaliamos os resultados obtidos.

Por fim, na quinta e última seção apresentamos as conclusões finais do trabalho.

# CAPÍTULO 1

## SISTEMA FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### 1.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é discutir a relação entre sistema financeiro e desenvolvimento regional a partir de uma resenha da literatura existente. A resenha privilegiará a abordagem teórica pós-keynesiana, que por ressaltar a importância do papel da moeda e dos bancos na configuração do espaço econômico, nos parece mais apropriada para análise do objetivo de pesquisa desta dissertação – a concentração regional do crédito no Brasil no período recente.

Este capítulo está dividido em 3 seções, além desta introdução. A seção 1.2 analisa a relação entre sistema financeiro e crescimento econômico a partir da abordagem econômica convencional – como é o caso do trabalho seminal de Levine (1997) – como a partir da perspectiva teórica pós-keynesiana. Na perspectiva convencional, sistema financeiro é importante para diminuir custos de informação e custos de transação na intermediação financeira, com impactos positivos sobre a acumulação de capital e a inovação tecnológica. Na perspectiva pós-keynesiana, em que o moeda importa e afeta motivos e decisões dos agentes, os bancos não são um simples intermediário financeiro, pois podem criar poder de compra novo. Na seção 1.3 desenvolve-se a abordagem pós-keynesiana sobre moeda e espaço, que mostra que a preferência pela liquidez é maior nas regiões periféricas (economias menos dinâmicas e com menos grau de sofisticação financeira) do que no centro (economias mais dinâmicas, com mercado de ativos e sistema financeiro mais desenvolvidos), o que é um fator da acentua a desigualdade regional do crédito. Por fim, na seção 1.3 efetua-se uma resenha empírica da literatura internacional e nacional da relação entre bancos e a questão regional.

## 1.2 Sistema Financeiro e Crescimento Econômico

O investimento é necessário para o desenvolvimento de uma economia. Para que ele exista é necessário que parte do produto criado pela sociedade seja destinada à acumulação de meios de produção, ampliando a capacidade produtiva dessa economia. O investimento é resultado de uma decisão prévia de se consumir bens que produzirão outros bens, não apenas para obter um produto maior e mais abundante no futuro, mas principalmente porque o investimento é lucrativo. No entanto, o investimento depende das expectativas de que outros estejam dispostos a consumir os produtos e serviços que serão ofertados e requer que o investidor tenha recursos que possibilitem a aquisição do novo maquinário/infra-estrutura para concretizar suas decisões com base em suas expectativas.

Nas economias capitalistas modernas, um poderoso instrumento para viabilização do investimento foi o desenvolvimento e aprofundamento das relações financeiras entre os agentes econômicos. A partir dessa estrutura, os agentes econômicos terceirizaram a administração de recursos, o que possibilita a implementação de planos de gastos realizados por outros agentes. Estabelece-se uma relação de crédito: um agente empresta recursos a outro por prazo determinado e é remunerado a partir do pagamento de juros.

Segundo dois grandes economistas, Keynes e Schumpeter, um marco crucial do desenvolvimento do capitalismo moderno foi o desenvolvimento do sistema de crédito e de contratos, que possibilitou a criação de mercados não apenas para produtos como também para obrigações. Sistemas financeiros mais sofisticados permitem também a negociação de títulos de propriedade, ações de uma empresa, onde se transacionam expectativas de pagamento, tornando todas as partes co-proprietários de um mesmo empreendimento.

Antes do desenvolvimento desses sistemas, essas transações eram eventuais, vistas como ilegítimas ou mesmo ilegais. Schumpeter localiza no desenvolvimento de sistemas organizacionais de crédito “a libertação do empreendedor da necessidade de nascer rico” (CARVALHO *et al.* 2000:236-237).

Relações financeiras servem para alavancar o desenvolvimento econômico, permitindo uma alocação de recursos muito mais eficiente. No entanto, tanto a eficiência de um dado sistema financeiro em promover e apoiar o desenvolvimento econômico, quanto sua capacidade de resguardar os riscos que possibilitem a manutenção da confiança no sistema, dependem, em grande medida, da forma pela qual o sistema é organizado.

Embora a existência de um sistema financeiro capaz e disposto a atender a demanda por crédito dos investidores não seja suficiente para o crescimento econômico é, por certo uma condição necessária. Inexistindo oferta de crédito, os agentes realizam os investimentos até o limite estipulado por seus recursos próprios previamente acumulados, o que pode restringir a acumulação de capital físico como atrasar a trajetória tecnológica de um país ou região, subvertendo assim seu potencial de crescimento econômico.

O processo de causação cumulativa, discutido teórica e empiricamente nos trabalhos de Kaldor e Myrdal, encontra também no sistema financeiro um instrumento importante para agravar e intensificar as desigualdades regionais.

Desta forma, o desenvolvimento financeiro e sua relação com o desenvolvimento econômico têm interessado vários autores há algum tempo, sem um consenso sobre a direção da causalidade entre essas variáveis. Existem indícios apontando para um efeito positivo e relevante do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico, além do consenso ao que se refere à importância do sistema bancário e do crédito para o bom funcionamento da economia.

Dada a importância do sistema financeiro, levanta-se a questão: o desenvolvimento do sistema financeiro leva ao desenvolvimento econômico ou o desenvolvimento econômico permite o desenvolvimento financeiro?

Tradicionalmente consideravam-se idênticos crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Entretanto, o crescimento econômico tem um sentido mais restrito à economia e procura mostrar a evolução da capacidade produtiva mensurada através da produção de bens e serviços de determinado país, região ou setor. O desenvolvimento econômico, por sua vez, possui um sentido mais amplo e nele está implícita a idéia de progresso econômico e social capitalista.

Durante muito tempo, predominou um conceito de desenvolvimento que privilegiava apenas os aspectos econômicos: industrialização, crescimento do produto ou, eventualmente, o crescimento da renda per capita. Mais tarde foram incorporadas a esse conceito as condições sócio-vitais da sociedade e, mais contemporaneamente, incluídos ao conceito as questões de melhoria na qualidade de vida e ambiental.

Na visão de SEN (2000:17), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Segundo ele, o desenvolvimento não pode ser visto apenas na visão restrita que o identificam apenas a partir do crescimento do PIB, do aumento da renda per capita, do crescimento industrial, do avanço tecnológico ou da modernização social. Esses elementos obviamente são importantes como um meio de

expandir as liberdades a serem desfrutadas pelas pessoas, mas existem outros elementos como serviços de saúde e educação, direitos civis e participação política.

Desenvolvimento financeiro é a capacidade das instituições financeiras de um país ou região colocarem à disposição dos agentes econômicos serviços que facilitem e intensifiquem as transações econômicas destes (MATOS 2002). Os fatores que permitem o surgimento e desenvolvimento do sistema financeiro e seus impactos sobre o desenvolvimento da economia são apresentados por LEVINE (1997). Segundo ele, as instituições financeiras propiciam o desenvolvimento econômico uma vez que: a) diversificam e mitigam riscos associados ao capital; b) podem alocar recursos com mais facilidade, através de informações adquiridas sobre negócios e investimentos; c) levantam poupanças, permitindo empréstimos em grandes volumes; d) facilitam comércio de bens, serviços e contratos, através de serviços como talões de cheques, transferências eletrônicas e cartões.

A capacidade em lidar com os custos de transação e de informação incentiva o surgimento de mercados e instituições financeiras e faz do sistema financeiro uma peça fundamental para o barateamento do custo de financiamento externo. As vantagens proporcionadas por esta intermediação podem influenciar as taxas de poupança e de acumulação de capital, além de promover maior eficiência alocativa e inovação tecnológica.

A influência dos mecanismos financeiros na economia pode ser verificada também a partir do canal de crédito discutido na teoria monetária. Esta teoria discute imperfeições nos mercados financeiros e de crédito originadas a partir de assimetria de informação, também chamadas “*falhas de mercado*”: seleção adversa, riscos de comportamento (*moral hazard*) e custos de agenciamento.

Em países menos desenvolvidos os impactos de imperfeições de mercado sobre a economia "real" tendem a ser mais acentuados do que países de economia madura, como mostra STIGLITZ (1989:197) porque, segundo o autor, nesses países com economia menos avançada, as instituições e o governo encontram-se menos aptos a lidar com essas falhas, acarretando em menor disponibilidade de capital para as empresas e menor crescimento de produtividade.

A capacidade do sistema financeiro em ofertar serviços de diversificação do risco pode afetar o crescimento de longo prazo da economia, pois altera a alocação de recursos e taxas de poupança, como mostra a Figura 1. O sistema bancário, ao prover demanda por depósitos e escolher um *mix* apropriado de investimentos, gera um ambiente de segurança aos poupadores contra risco de liquidez, além de, simultaneamente, facilitar investimentos de longo prazo em projetos de retorno mais elevado. LEVINE (1997) apresenta o papel do sistema bancário e do

mercado de capitais como fatores importantes no desenvolvimento econômico e aponta evidências empíricas que sugerem uma estreita relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, indicando um número crescente de trabalhos que demonstram que o nível de desenvolvimento financeiro é um bom preditor de desenvolvimento econômico futuro:

“theoretical reasoning and empirical evidence suggests a positive, first-order relationship between financial development and economic growth. (...) There is even evidence that the level of financial development is a good predictor of future rates of economic growth, capital accumulation, and technological change” (LEVINE 1997:688-689)

LEVINE & ZERVOS (1996), através de seus resultados, comprovam que a liquidez no mercado de capitais e o grau de desenvolvimento bancário são correlacionados positivamente com crescimento econômico, acumulação de capital e aumento da produtividade:

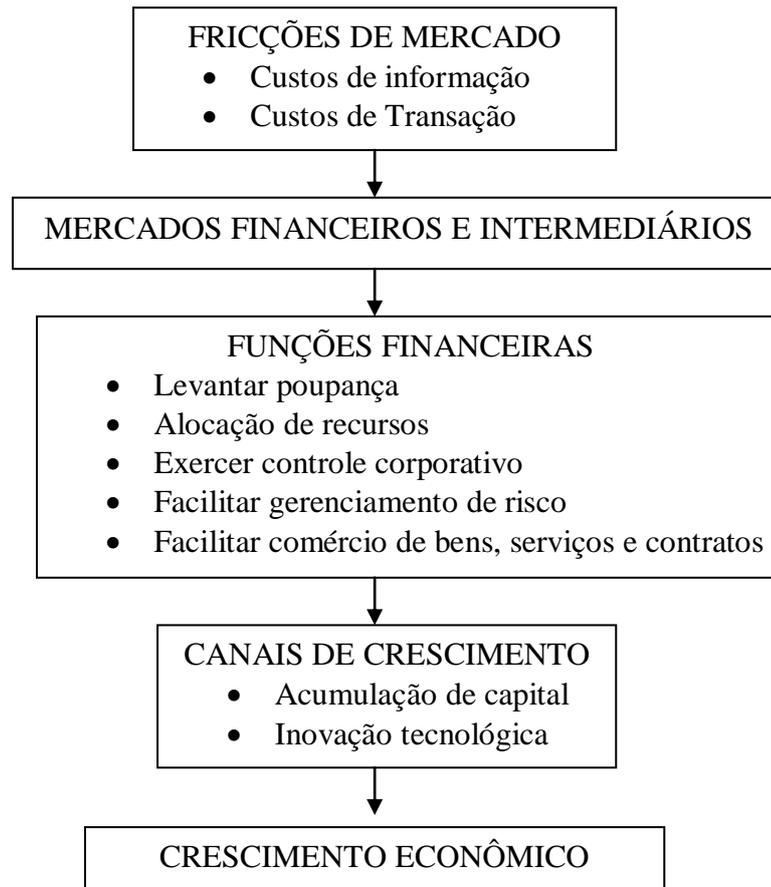
“even after controlling for many factors associated with growth, stock market liquidity and banking development are both positively and robustly correlated with contemporaneous and future rates of economic growth, capital accumulation, and productivity growth. This result is consistent with the view that a greater ability to trade ownership of an economy’s productive technologies facilitates efficient resource allocation, physical capital formation, and faster economic growth”(LEVINE & ZERVOS 1996:29).

De acordo com LEYSHON E THRIFT (1997), a existência de uma infra-estrutura financeira é fundamental para o desenvolvimento regional, pois possibilita aos produtores incrementar sua produtividade através da realização de investimentos e atribui qualidade de vida aos indivíduos, que podem tomar decisões de consumo e poupança não só no curto como também no longo prazo, além de torná-los capazes de se protegerem de flutuações econômicas como recessões e inflação.

RAJAN & ZINGALES (1996) investigam a forma como o desenvolvimento financeiro facilita o crescimento econômico, indicando que desenvolvimento financeiro reduz os custos financeiros externos às empresas. O mercado e as instituições financeiras permitem às firmas superar imperfeições no mercado financeiro tais como risco moral e seleção adversa, o que reduz os custos das firmas em obter recursos externos. Os autores alertam também sobre a importância do financiamento externo para economias em desenvolvimento uma vez que a presença de firmas incipientes e de algumas atividades específicas demanda um bom sistema de financiamento que possibilite viabilizar seu amadurecimento. Segundo os autores, um bom desenvolvimento do mercado de crédito pode também representar uma vantagem comparativa ao país cujas indústrias são mais dependentes de financiamento externo:

“to extent that financial market development (or the lack thereof) is determined by historical accident or government regulation, the existence of a well developed market in a certain country may represent a source of comparative advantage for that country in industries that are more dependent on external finance. Similarly, the costs imposed by a lack of financial development may differentially affect incumbent firms and new entrants, large firms versus small firms, etc. (...) the level of financial development may also be a factor in determining the size composition of an industry as well as its concentration. (RAJAN & ZINGALES 1996:33)

**Figura 1 - Abordagem Teórica do Financiamento ao Crescimento (LEVINE 1997).**



Os autores observam que o desenvolvimento financeiro *ex-ante* facilita o crescimento *ex-post* de setores dependentes de financiamento externo por isso, na ausência de um mercado de capitais perfeitamente integrado, o crescimento de uma região/país pode ser afetado pelo seu desenvolvimento financeiro doméstico.

PARR & BUDD (2000) apontam as economias de localização e de urbanização como justificativas para a concentração da oferta de serviços financeiros, de forma similar ao que ocorre com as atividades do lado real da economia, este já bastante enfatizado pelas teorias clássicas de localização. As economias de localização são os benefícios que as firmas de um mesmo setor desfrutam por se aglomerar espacialmente, como mão-de-obra especializada e redução de custos por acesso facilitado à informação. Já as economias de urbanização

concernem às vantagens obtidas pela aglomeração de firmas de diferentes atividades, nem sempre relacionadas. Dentre estas vantagens, destacam-se facilidades de comunicação e transporte e amenidades urbanas. Em vista disto, parece incontestável que a operação do sistema financeiro, inclusive o bancário, quando exercida segundo as forças de mercado, leva à concentração e à concomitante exclusão financeira de algumas regiões.

STULZ (2000) examina como a organização das atividades financeiras afeta a eficiência com a qual as empresas investem e gerenciam fundos. De acordo com a autora, estruturas financeiras que permitam o desenvolvimento de capital especializado por intermediários financeiros são cruciais para o desenvolvimento econômico. Segundo ela, em uma fraca estrutura financeira, o custo de capital é tão elevado que se torna difícil para empreendedores criar firmas e fazer com que estas invistam de modo eficiente. A questão do desenvolvimento financeiro está relacionada à qualidade das instituições legais, como a lei de falências, e à estabilidade macroeconômica.

Trabalhos empíricos que evidenciam a relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e crescimento econômico foram também obtidos para o Brasil. Os resultados obtidos por MATOS (2002) evidenciaram a existência de impactos diretos e unidirecionais do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico, respaldando a hipótese de que o desenvolvimento financeiro exerce efeito positivo sobre o crescimento da economia no Brasil, sem retroalimentação. Seu estudo dá suporte à hipótese de que o sistema financeiro estimula o crescimento econômico e ressalta a importância de reformas institucionais que fortaleçam a confiabilidade no sistema e permita promover o crescimento econômico do país.

Desta forma, não podemos negligenciar a dinâmica do setor financeiro ao nível regional como aspecto importante ao desenvolvimento econômico. Sem este acesso, a conduta da vida cotidiana numa sociedade capitalista contemporânea é bastante problemática. Não obstante, o desenvolvimento local é dificultado, pois a ausência de uma infra-estrutura financeira aumenta os custos de informação e transação.

Tendo como ponto de partida a relação centro-periferia e o processo de consolidação bancária ocorrido no Brasil pós-Plano Real, pretende-se analisar a dimensão regional do crédito no Brasil, demonstrando o papel relevante que a concentração da atividade financeira exerce sobre os desequilíbrios regionais no Brasil.

### 1.2.1 Bancos em uma Economia Monetária da produção: uma breve introdução

A teoria pós-keynesiana desenvolve uma abordagem a partir do comportamento de uma Economia Monetária da Produção, na concepção firmada por Keynes, onde a moeda não é apenas um meio de troca, mas também uma reserva de valor, pelo seu atributo de transportar a riqueza no tempo. A moeda importa por influenciar, tanto no curto como no longo prazo, o comportamento e as decisões dos agentes econômicos. A teoria monetária pós-keynesiana considera a moeda como uma parte integrante do processo econômico e, desta forma, não é possível distinguir claramente o lado monetário do lado real da economia (DOW 1993). Nessa concepção, a moeda torna-se um ativo, ainda que provida de atributos a ela específicos.

Segundo CARVALHO et al. (2000), Keynes destaca quatro motivos para se demandar moeda: 1) o motivo transacional, relacionado ao volume de moeda que é destinado ao pagamento de compras e pagamentos rotineiros; 2) o motivo precaução, em que a moeda serve para ser transportada para períodos futuros a fim de responder a contingências inesperadas; 3) o motivo especulação, que está ligado à incerteza quanto à variação futura da taxa de juros; e 4) o motivo financeiro, ou *finance*, como chamam os pós-keynesianos, atinente aos saldos monetários designados para dar início ao processo de investimento. CARVALHO et al (2000) esclarecem que, enquanto as demandas transacional e financeira da moeda estão diretamente associadas à circulação produtiva, a demanda especulativa e a por precaução se referem à circulação financeira, onde a moeda é transformada em ativo.

Segundo Keynes, pelo seu atributo de liquidez por excelência, a moeda “acalma” as inquietações dos agentes perante incertezas do futuro características de uma economia monetária. A condição necessária sem a qual não existiria a preferência pela liquidez como meio de conservação da riqueza é a existência de incerteza quanto ao futuro, e a posse da moeda permite aos agentes manter opções abertas perante essas incertezas. Na visão pós-keynesiana, a taxa de juros tem um significado diferente daquele que é atribuído pelas escolas clássicas, ela não é a taxa que equilibra a poupança e o investimento, e sim a que baliza a interação entre a oferta de moeda e sua demanda. Esta interação é orientada pela preferência pela liquidez, ou seja, a preferência por deter o ativo mais líquido e seguro, a moeda, ao invés de investir nos demais ativos.

Para KEYNES (1964), os juros nada mais são do que um pagamento pelo uso do dinheiro, “*uma recompensa da renúncia à liquidez, é uma medida da resistência dos que possuem dinheiro em alienar o seu direito a dispor dele*”. Os juros existem em razão do que

ele intitulou de “preferência pela liquidez”, que é indicador da quantidade do ativo mais líquido, mais seguro e menos rentável (moeda) que os agentes desejam reter. A presença de incerteza quanto à inflação, à taxa de juros futura, ao crescimento econômico e à estabilidade é que produz nos agentes essa preferência pela liquidez. Quanto maior a incerteza, maior será a preferência pela liquidez dos agentes econômicos e, portanto, maior será a taxa de juros necessária para que os agentes econômicos abram mão da liquidez. Para Keynes, incerteza não se confunde com risco probabilístico, pois para ele incerteza se refere a determinados fenômenos econômicos para os quais não existiria base científica para formar cálculos probabilísticos. Desta forma, em períodos de maior incerteza, o prêmio para ativos relativamente mais líquidos deve aumentar em relação aos ativos menos líquidos.

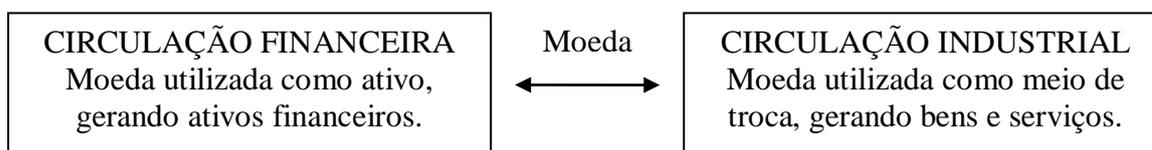
No sistema capitalista, a produção da moeda, distintamente das demais mercadorias, é inelástica porquanto é controlada pela autoridade monetária e sua elasticidade de substituição é nula, o que, qual argumentado por KEYNES (1964), torna os juros resistentes à queda diante de um aumento em sua demanda. Sendo assim, a baixa elasticidade de substituição está ligada ao fato de ser a moeda o padrão para contratos e salários. Logo, estas duas características da moeda, juntamente com a existência de preferência pela liquidez, definem a taxa monetária de juros. Um aumento nesta taxa retarda a produção de riqueza em outros ramos da economia. À medida que se torna mais vantajoso aos empresários deixar de produzir e aplicar seu capital no mercado financeiro, o que torna as taxas de juros um forte fator de desemprego.

Keynes descreve a economia monetária de produção como comportando a existência de duas esferas de circulação da moeda: industrial e financeira, como mostra Figura 2. Na circulação produtiva, “a moeda exerce a sua função de meio de troca, faz girar bens e serviços” (CARVALHO *et al.* 2000) enquanto que na esfera da circulação financeira a moeda se transforma em um ativo que gera ganhos sem levar a crescimento econômico real. Esta última esfera, como aponta HARVEY (1985), é cada vez mais presente à medida que se fortalece o capitalismo financeiro, cuja principal contradição é a tentativa de criar valor sem produzi-lo fisicamente. A moeda é percebida como um “fim em si mesmo”.

Sob o ponto de vista da Economia Monetária da Produção, os bancos desenvolvem uma função útil à produção em uma economia monetária porque são capazes de interferir enormemente na economia. Eles atuam de forma a reduzir os riscos e fornecer liquidez aos investimentos por um lado e alocar esses recursos em financiamentos e empréstimos por outro. Embora existam vários agentes que concedam crédito, em economias capitalistas esse

papel é principalmente realizado pelas instituições financeiras devido ao seu poder de intermediador do sistema financeiro.

**Figura 2 - Economia Monetária da Produção (CARVALHO et al. 2000)**



Como acrescentam CHICK & DOW (1988), os bancos não têm um papel de simples intermediário financeiro do sistema, eles diminuem o grau de incerteza dos agentes, protegendo-os de oscilações. A capacidade de antecipação de receitas pelos bancos tem uma relação direta com o volume de produto gerado pelas firmas, o que conseqüentemente incentiva a produção de riqueza real e reflete sobre a preferência pela liquidez dos agentes.

Os bancos, como qualquer firma capitalista, gerenciam seus ativos e passivos de forma a maximizarem seus resultados financeiros. Esse gerenciamento, no entanto, é regido pelas condições macroeconômicas que afetam suas decisões quanto à busca pela liquidez e rentabilidade por parte das instituições financeiras, mas também pelas condições de competição no setor.

Como mostram PAULA & ALVES JÚNIOR (2003) com o intuito de alavancar suas operações ativas – em particular a concessão de empréstimos – os bancos passam a utilizar ativamente técnicas de administração de passivo, através do gerenciamento de reservas e introdução de inovações financeiras, de modo não só a alterar a composição de seu passivo numa direção que lhe for mais conveniente, como também a aumentar o volume de recursos captados junto ao público. Como resultado dessas estratégias bancárias, a disponibilidade de recursos para o financiamento de gastos dos agentes aumenta, promovendo uma condição necessária para a expansão do nível de produto na economia.

As expectativas possuem forte influência na maneira como os bancos realizam suas operações, influenciando sua preferência pela liquidez e a oferta de crédito. O impacto da preferência pela liquidez e da incerteza sobre a forma de atuação dos bancos é reforçada por PAULA, ALVES JÚNIOR & MARQUES (2001). Segundo os autores, os bancos, através de sua natureza especulativa, buscam equilibrar lucratividade com escala de preferência pela liquidez. Quando as expectativas são otimistas, os bancos privilegiam rentabilidade à liquidez, o que têm impacto positivo nas operações de empréstimos de maior prazo. Por outro lado, em

momentos de pessimismo econômico e alta incerteza, os bancos direcionam suas aplicações para ativos mais líquidos, restringindo o financiamento enquanto perdurar um quadro de expectativas pessimistas.

Segundo o referencial teórico pós-keynesiano, ao longo dos ciclos econômicos, os agentes alteram sua preferência pela liquidez. Assim, durante o período ascendente do ciclo, os agentes estão mais dispostos a assumir riscos e posições mais frágeis na relação entre ativos e passivos, havendo maior alavancagem na geração de recursos. E no período descendente do ciclo há um comportamento reverso, ou seja, há um aumento da preferência pela liquidez dos agentes, podendo haver um racionamento de crédito generalizado e, como a redução do nível de atividade tem impacto direto na renda, há também uma diminuição da capacidade de saldar o endividamento.

De acordo com essa abordagem, os bancos potencializam os movimentos de crescimento e de desaceleração do ciclo econômico. Nos períodos de crescimento os bancos tomam posturas mais agressivas e suprem a demanda por crédito como estratégia para aumentar a fatia de mercado e gerar receitas. E nos períodos de depressão, os bancos passam a adotar posturas mais conservadoras, ou seja, buscam aumentar a liquidez de seus ativos, aumentando as margens de segurança e reduzindo sua exposição ao risco.

Segundo DOW (1999:45) esta confiança está diretamente relacionada à quantidade de conhecimento adquirido pelos bancos: *“(...) the key to the banks is knowledge. It is knowledge which determines not only the allocation of credit among potential borrowers, but also the total of credit insofar as this can be determined by the banks themselves.”*

### **1.3 Moeda e Espaço sob a Perspectiva Pós-Keynesiana**

Em estudos que contemplam a economia regional, observa-se pouco destaque dado à moeda e ao seu papel como promovedores do desenvolvimento econômico regional. Modelos tradicionais de determinação de renda regional, como o neoclássico, de causação cumulativa ou matriz de insumo-produto, não consideram o impacto da moeda e das variáveis financeiras. Ou, quando as consideram, esses estudos têm negligenciado a influência dessas variáveis na desigualdade das regiões e tratam-nas como resultado das diferenças regionais e que afetam a

determinação regional da renda em função das características específicas de cada localidade, e não como causa dessas disparidades.

MARTIN (1999b) afirma que, apesar de existirem trabalhos anteriores sobre o tema, esses não chegavam a construir uma agenda de pesquisa bem definida, somente a partir da década de 1980 inicia-se uma “geografia da moeda”. RODRÍGUEZ-FUENTES (1996) observa que economistas *mainstream* vêem a moeda como um “véu” que facilita as trocas e permite que as coisas funcionem mais rapidamente e comodamente, por isso eles acreditam que o desenvolvimento econômico não tem a ver com moeda, e que renda real depende de fatores reais. Para eles a moeda determina apenas o nível de preços e tanto os bancos quanto o crédito bancário não são vistos como apresentando um papel ativo ou positivo no crescimento econômico.

Segundo ele, nos modelos ortodoxos, bancos são considerados neutros porque eles simplesmente alocam poupanças disponíveis em alternativas de projetos de investimento, e a poupança determinada pelo nível de renda. Ao nível regional há apenas uma chance do sistema bancário ser ativo: quando aloca o crédito nacional entre as diferentes regiões, o que ocorre apenas quando existe algum tipo de falha de mercado (informação imperfeita ou assimétrica), ou barreiras que possam interromper o fluxo financeiro interregional (como custos de transação).

Segundo a abordagem ortodoxa, haverá sempre equilíbrio no fluxo interregional e a moeda não terá importância ao nível regional, se o mercado regional de crédito funcionar corretamente. Uma região não apresentaria problemas de crédito caso tenha uma oferta de crédito perfeitamente elástica. Neste tipo de diagnóstico, parece estar implícita a concepção de uma única direção de causalidade que vai do lado real para o lado financeiro: promovendo expansão do primeiro, as variáveis monetárias se ajustariam automaticamente.

O enfoque pós-keynesiano, que permeia o presente trabalho, se diferencia deste argumento, pois admite que diferenças entre rendas regionais têm fatores estruturais como causa e sugere que as variáveis monetárias podem manter ou ampliar estas desigualdades. Os bancos não são considerados meros intermediários financeiros, sendo ativos em sua alocação de recursos. Nessa abordagem, são considerados tanto o lado da oferta quanto o lado da demanda no mercado de crédito regional.

A oferta e a demanda de crédito são interdependentes e afetadas pela preferência pela liquidez a qual, por sua vez, é relacionada às expectativas que os agentes formam em um ambiente de incerteza. No ponto de vista dos bancos (oferta), a preferência pela liquidez afetará negativamente a sua disposição em conceder empréstimos na região, caso possuam

expectativas pessimistas ou pouco confiáveis sobre a mesma. E sob o ponto de vista dos tomadores de empréstimos (demanda), a preferência pela liquidez do público afetará suas respectivas definições de portfólio. Quanto maior a preferência pela liquidez desses agentes, maior sua demanda por ativos líquidos e menor a demanda por crédito.

Sob essa ótica, surge a indagação sobre a forma como a vinculação da moeda ao espaço pode afetar a dinâmica da economia. Ao se observar o comportamento de variáveis financeiras no espaço, a não-neutralidade da moeda fica ainda mais evidenciada. Em termos regionais, a oferta de serviços bancários será maior quanto mais elevada for a confiança que os bancos depositam no desempenho futuro da economia da região e nos tomadores de empréstimo, e maior o conhecimento que os bancos têm em relação aos agentes. Segundo a concepção pós-keynesiana, o mercado por si só, mesmo se submetido a incentivos, não corrige as distorções. Assim sendo, é importante, mas não suficiente, promover crescimento macroeconômico e realizar reformas que propiciem aumento da oferta de crédito pelos bancos, como a geração de um sistema mais amplo de informações sobre os clientes.

Como mostra CHICK(2006), mesmo que moeda e bancos fossem introduzidos na formulação de teorias sobre o desenvolvimento regional, já haveria duas visões diferentes sobre os rumos do desenvolvimento regional: convergência ou divergência. A hipótese de convergência estabelece que as regiões subdesenvolvidas ou de baixo desempenho econômico, se analisadas em relação a regiões mais prósperas, oferecem oportunidades de investimento superiores, dada a tendência geral de que as taxas de retorno decresçam à medida que o volume de capital aplicado em uma região aumenta, produtividade marginal decrescente. Desta forma, o investimento em regiões atrasadas é estimulado, equalizando gradualmente as taxas de retorno entre as regiões.

Uma segunda visão argumenta que são as regiões prósperas e não as atrasadas que atraem investimentos, portanto o investimento tende a se concentrar nessas regiões. Capital atrai capital e por isso níveis de atividade econômica irão necessariamente divergir. Há algumas variantes dessa tese, como: 1) teoria da *causação cumulativa* que defende que os rendimentos crescentes prevalecem favorecendo regiões desenvolvidas; 2) teoria da *dependência* a qual estabelece que decisões de investimento em regiões periféricas são tomadas por agentes do centro e visa o crescimento da região central em detrimento da periferia e; 3) teoria keynesiana a qual argumenta que a manutenção de disparidades de crescimento regional se baseia no mecanismo multiplicador-acelerador, uma vez que o investimento em uma região promove o desempenho da atividade econômica e atrai novos investimentos.

A realização de transferências de recursos do centro para a periferia, em termos regionais, não é por si só eficaz caso não haja melhoria das expectativas nas regiões deprimidas, pois estes recursos retornariam ao centro na forma de importações e depósitos bancários (DOW 1993). Em situações de estagnação da economia periférica, o vazamento de depósitos, o qual indica o quanto do crédito concedido na periferia é revertido para o centro, é grande e, simultaneamente, a taxa de redepósitos no local é reduzida (CROCCO, 2003).

Com relação a essa diferença na propensão em estender empréstimos em diferentes regiões, os novos keynesianos a justificam a partir de modelos de assimetria de informação para mostrar que bancos nacionais tendem a racionar crédito mais fortemente em regiões periféricas do que bancos menores locais. A teoria pós-keynesiana partilha dessa perspectiva, porém com base metodológica distinta. Os pós-keynesianos não vêem a restrição do crédito como um problema de assimetria de informação, mas sim como um problema de confiança subjetiva na base convencional de informação sobre a região (AMADO 1997; RODRÍGUEZ-FUENTES 2006).

A região é um *locus* na formação de expectativas e os níveis de investimento privado são muito sensíveis a essas expectativas. Regiões que apresentam maior risco podem provocar maior preferência pela liquidez dos agentes econômicos e, dessa forma, a renda não consumida é utilizada para comprar riqueza não produtível (moeda e outros ativos líquidos), permitindo que determinadas regiões possam sofrer de insuficiência de demanda efetiva.

A economia periférica é marcada pela existência de uma economia estagnada e pouco desenvolvimento dos mercados, com predominância do setor primário, manufatura menos desenvolvida tecnologicamente em relação ao centro e baixo grau de sofisticação do sistema financeiro<sup>1</sup>. Uma economia na qual seu dinamismo seria determinado a partir do volume de exportações para o centro. A especialização em poucos setores voltados para exportação torna a economia frágil e excessivamente dependente de importações, tornando-a mais vulnerável a crises que, uma vez se sucedam, podem causar grandes prejuízos. Não obstante, a tentativa de desenvolvimento através de obtenção sucessiva de empréstimos e concessão de subsídios tende ao fracasso por ser incapaz de gerar uma economia auto-geradora; ao contrário, é uma estratégia com propensão a perpetuar, ou mesmo acentuar, a dependência de regiões ou países. Essas características determinariam uma maior incerteza em relação ao desempenho econômico dessa região, implicando maior preferência pela liquidez.

---

<sup>1</sup> Mesmo sem a presença de bancos regionais, podemos considerar que, como mostram CAVALCANTE, CROCCO & JAYME Jr. (2006), as inovações financeiras, implementadas em regiões centrais, estarão disponíveis em regiões periféricas apenas após um lapso de tempo e quanto maiores os custos de transação e informação, maior será esse tempo.

Como oferta e demanda por crédito estão diretamente relacionados na teoria pós-keynesiana, não apenas a partir da política monetária, mas também através de ações defensivas, partindo tanto dos tomadores quanto dos ofertantes de recursos (bancos), regiões menos desenvolvidas tendem a exibir menor dinamismo financeiro, através de seus efeitos sobre o multiplicador monetário e da renda. Há uma concentração de crédito em regiões mais desenvolvidas, pois essas se caracterizam por menores incerteza e preferência pela liquidez.

A incerteza sobre o futuro leva à busca por ativos mais líquidos como forma de proteção e decisões de investimento são postergadas para um momento economicamente mais favorável. Quanto à oferta de crédito, é plausível supor que a rede bancária seja menos desenvolvida nas regiões de economia periférica, do que se conclui que sua capacidade em ofertar crédito seja inferior a dos bancos dos centros econômicos. Além disso, o nível mais reduzido de renda da população permite que o acesso aos bancos seja reduzido, ocasionando menor volume de depósitos em relação à renda e maior retenção de papel-moeda pelo público.

Por outro lado, um centro econômico é descrito como uma economia mais bem-sucedida, com a presença de um sistema financeiro mais sofisticado. Uma região com a economia dominada pela indústria e setor de serviços, onde se localizam as sedes das instituições financeiras, o que teria como resultado maior facilidade na concessão do crédito no centro e dificuldade no acesso às regiões periféricas. Desta forma é razoável concluir que regiões centrais tenham maior disposição para demandar e conceder crédito. Torna-se um processo de causalção cumulativa, onde a redução da preferência pela liquidez do centro permite reduzir a oferta de crédito na periferia, visto que a oferta se desloca para regiões onde haja maior demanda. (CAVALCANTE *et al.* 2004)

DOW (1982; 1993) a partir de elementos da Teoria da Causalção Cumulativa e da Dependência, apresenta alguns exemplos em que o sistema financeiro, juntamente com o lado real da economia, pode promover padrões de desenvolvimento regional desiguais, traduzindo argumentos de preferência pela liquidez na distribuição espacial. Economias contemporâneas, de igual base monetária, possuiriam multiplicadores monetários mais elevados quanto mais otimistas forem as expectativas sobre os preços locais dos ativos; mais líquidos os mercados locais destes ativos; maior o grau de desenvolvimento financeiro e mais favorável seu resultado comercial com outras regiões.

São considerados dois casos extremos de regiões com diferenças significativas: uma região central e uma periférica. O centro é uma região próspera, com mercados ativos e sofisticação financeira. A periferia é uma economia estagnada, com ténues mercados e menor grau de sofisticação financeira. Nesse modelo, mesmo dentro de uma mesma nação, as

inovações financeiras somente se estendem do centro financeiro para regiões mais remotas após um certo *lag* de tempo e custos de transações adicionais e de informação ajudam a preservar esta diferença. Como resultado dessas diferenças, a preferência pela liquidez seria maior na periferia, a liquidez de qualquer ativo seria maior no centro do que na periferia e, no longo prazo, o multiplicador bancário seria maior no centro.

A hierarquia urbana determina uma hierarquia financeira, implicando em uma aglomeração de instituições bancárias e um maior aprimoramento nos serviços ofertados em regiões onde há maior desenvolvimento econômico, como também o tipo de serviço por elas ofertado apresenta maior grau de sofisticação. É o que MARTIN (1999a:9), denomina “circuito geográfico da moeda” que pode ser caracterizado por dois aspectos: a estrutura locacional do sistema financeiro relacionada à estrutura urbana presente em determinada região e sua respectiva centralidade. Esse conceito é de fundamental importância para o entendimento da dinâmica financeira regional e sua relação com a dinâmica econômica.

O Brasil apresenta forte desigualdade regional financeira, reflexo de uma desigualdade econômica. Há uma concentração de agências bancárias em regiões mais desenvolvidas e uma participação relativa maior dessas regiões no volume de depósitos e créditos. A negligência acerca do papel da moeda e do crédito na determinação de desequilíbrios regionais não permitiu devida atenção na literatura quanto aos efeitos da concentração bancária no Brasil pós-Plano Real (1994) no desenvolvimento regional, com exceção de poucos autores.

## **1.4 Bancos e a Questão Regional: evidências da literatura empírica**

### **1.4.1 Evidências da Literatura Internacional**

ALESSANDRINI & ZAZZARO (1999) e MARTIN (1999) mostram que bancos locais tendem a serem mais comprometidos com a economia local e ao mesmo tempo estão mais sujeitos a oscilações econômicas da região. Por outro lado, grandes bancos nacionais conseguem se proteger do declínio de economias locais, ao compensar suas perdas nessas regiões com o sucesso obtido em outras com melhor performance econômica. Bancos com essas características, sede no centro e atuação também na periferia, são mais contidos na

extensão do crédito à periferia devido à maior dificuldade de informação e conhecimento dos agentes locais. Assim, diferentes geografias institucionais permitem gerar diferentes processos de circulação da moeda.

Outro ponto importante para se entender essa dinâmica é a chamada geografia institucional do sistema financeiro, a qual mostra que diferenças institucionais entre países influenciam no desenvolvimento bancário nacional. Desta forma, várias são as implicações decorrentes das diferenças entre um modelo de bancos regionais, onde pequenos bancos têm sede e atuação apenas regional como verificado nos Estados Unidos e Itália, e um modelo de grandes bancos nacionais conforme verificado na Inglaterra e Brasil.

BECK, LEVINE & LOYASA (1999) investigam se as diferenças, entre países, nos direitos legais de credores, eficiência de cumprimento de contratos e padrão de sistema contábil ajudam a explicar as diferenças no nível de desenvolvimento dos intermediários financeiros. Os resultados são de que países com: 1) leis que dão alta prioridade em assegurar os credores o recebimento integral do valor presente em suas ações contra firmas; (2) sistemas legais que rigorosamente fazem cumprir os contratos, incluindo aqueles com governos; (3) padrões contábeis que produzem alta qualidade em termos amplos e permitem a comparabilidade das demonstrações financeiras entre as firmas tendem a ter intermediários financeiros melhor desenvolvidos.

Em estudo para o caso italiano, SAPIENZA (2002) analisa os efeitos das incorporações bancárias sobre as políticas de crédito dos bancos. Como resultado, a pesquisadora observou que bancos grandes e pequenos possuem estruturas organizacionais e estratégias de empréstimos diferentes. Para a análise, as operações de fusão do setor foram divididas em: 1) operações entre firmas que atuam na mesma região e; 2) operações entre firmas que atuam em regiões distintas. Verificou-se que: a) fusões e aquisições que envolveram pequenas participações de mercado geraram ganhos de eficiência benéficos aos tomadores de empréstimos. Se a consolidação ocorre entre bancos com atuação em uma mesma região, a queda nas taxas cobradas aos tomadores é maior do que naquelas operações onde a consolidação envolveu instituições de diferentes regiões; b) quando a incorporação envolve maior poder no mercado local, ganhos de eficiência são ofuscados e os tomadores de empréstimos se deparam com aumentos nas taxas de concessão de crédito; c) concentração bancária afeta de forma diversa os tomadores de empréstimos, dependendo das relações bancárias que estes possuem e; d) pequenos tomadores de recursos, clientes de bancos alvos de aquisições provavelmente não conseguem tomar novos empréstimos no banco resultante da fusão pois bancos consolidados reduzem crédito a pequenos tomadores.

Bancos maiores possuem a maior parte de suas carteiras nas mãos de grandes e médias empresas, enquanto bancos menores concedem crédito a pequenas empresas. Menores bancos possuem vantagem informacional em relação aos menores tomadores de empréstimos porque possuem informações detalhadas das condições econômicas locais. (SAPIENZA 2002: 334). No entanto, essas vantagens parecem desaparecer quando esses bancos menores são incorporados por grandes conglomerados, o que dificulta a concessão de crédito às pequenas empresas, tornando os bancos mais sujeitos à problemas de assimetria de informações. Verifica-se, desta forma, que o processo de concentração bancária afeta os determinantes da decisão do agente financeiro na concessão de crédito.

A integração e o processo de consolidação da indústria bancária têm reduzido a distância econômica entre os centros financeiros. A onda de regulação bancária, progresso na tecnologia de informação e inovação financeira incessante têm permitido uma difusão geográfica de estruturas bancárias e instrumentos que gradualmente aumentam a proximidade operacional dos bancos às economias locais. As vantagens dessa difusão aos tomadores de crédito locais possibilitam uma redução nos custos bancários, maior leque de produtos financeiros disponíveis e maior competição no mercado de crédito. Por outro lado, esse processo de consolidação tem produzido também uma concentração geográfica dos centros decisórios de instituições bancárias o que tem aumentado a distância funcional<sup>2</sup> do sistema bancário das comunidades locais. Desta forma, devido a distribuição assimétrica de informação entre os diferentes organismos e culturas nas comunidades locais, a distância funcional pode influenciar adversamente as relações entre as firmas bancárias e o aumento da restrição financeira para os tomadores locais.

BREVOORT & HANNAN (2004) utilizaram dados bancários anuais para os Estados Unidos durante o período 1997-2001 e, utilizando-se de um modelo econométrico espacial, estimaram a relação entre a distância operacional bancária e o empréstimo comercial e avaliaram se essa relação está evoluindo no tempo. A partir desses dados, encontraram que, mesmo dentro de uma mesma área representando um mercado local, a distância está associada negativamente com a probabilidade de um empréstimo comercial ser concedido e que esse efeito da distância é mais importante quanto menor o tamanho do banco. Seus resultados sugerem que a distância possa ter importância crescente no empréstimo do mercado local e que as mudanças tecnológicas nos mercados de crédito estejam tendo efeitos assimétricos

---

<sup>2</sup> ALESSANDRINI ET AL. (2006) denomina “distância operacional” a distância física que separa o tomador de empréstimo das instituições concessionárias de crédito. “Distância funcional” é denominada a distância entre os tomadores de crédito local e o local onde está estabelecido o centro de decisão do banco.

distintos para cada tamanho de instituição bancária nessa relação entre a distância e concessão de financiamento.

ALESSANDRINI ET AL. (2006), ressaltaram como a onda de fusões e aquisições bancárias por qual passou o mercado de crédito mundial durante os anos de 1990 modificou profundamente a geografia da indústria bancária. Enquanto o número de braços bancários se expandiu em quase todos os países reduzindo a distância operacional entre bancos e tomadores, os centros de decisão bancária e de desempenho de funções estratégicas cada vez mais estão se concentrando em poucos locais, aumentando o que eles denominaram de “distância funcional” entre bancos e comunidades locais. Nesse trabalho, os autores pretenderam verificar se a alocação do crédito é neutra à localização dos centros de decisão e estratégica bancária. Com esse objetivo, analisaram os bancos da Itália e utilizaram-se de análise multivariada para mensurar a correlação entre a distância funcional e operacional e a restrição de financiamento aos tomadores locais. Seus resultados apontam que a restrição de financiamento é sensível ao aumento da distância funcional e que essa distância tem efeitos adversos à disponibilidade de crédito às firmas locais, os quais são particularmente significantes às pequenas firmas.

Corroboram ainda que distância funcional é positivamente relacionada com a possibilidade das firmas depararem-se com racionamento de recursos, maior sensibilidade no fluxo de caixa ao investimento e maior preço do crédito disponibilizado aos tomadores. O impacto negativo das distâncias funcionais existe independentemente da densidade de agências bancárias que operam na província (distância operacional do sistema bancário) e do grau de competição do mercado de crédito. Esses efeitos são ainda mais adversos às pequenas firmas e àquelas localizadas nas províncias ao sul da Itália, região mais pobre do país. Concluem, dessa forma, que os impactos negativos na restrição do financiamento devido ao aumento da distância funcional entre 1996-2003 superou os benefícios advindos do aumento da difusão de agências bancárias ocorridas no mesmo período.

A importância da distância funcional sobre a concessão do crédito é ainda mais importante num país com a dimensão territorial como o Brasil e um modelo bancário centrado em grandes bancos nacionais. As economias locais são diferentes em seu próprio ambiente econômico, institucional, social e cultural. Os gerentes do banco local compartilham dos hábitos, normas e linguagens de negócio dos devedores locais e por isso podem acumular mais informação sobre os agentes daquela região e terem maior capacidade de selecionar bons projetos. Entretanto, essa informação dos devedores locais nas mãos de gerentes do banco

local não é facilmente transferível aos escalões superiores da organização bancária, o que pode ter conseqüências sobre a relação agência-banco.

No entanto, em modelos com grandes bancos, os gerentes das subsidiárias ou filiais regionais estão geralmente aptos a conduzir somente a seleção preliminar de aplicações de empréstimo seguindo regras padronizadas definidas *a priori* pela sede bancária e a palavra final sobre a concessão do crédito é competência dos altos executivos do banco principal. BERGER & DeYOUNG (2000) e (2002) encontram que o custo e a eficiência do lucro banco-sede e dos bancos afiliados estão correlacionados positivamente, e que esta correlação é reduzida com um aumento na distância geográfica entre as duas instituições.

Muitos estudos analisaram o efeito do tamanho do banco na alocação de crédito, nas exigências feitas para o contrato do empréstimo e nas tecnologias do empréstimo. Há grande evidência na literatura de que, em muitos países, os grandes bancos alocam às empresas de pequeno porte uma menor quantidade de seus ativos, mostrando que a consolidação de grandes bancos reduz empréstimos a pequenos negócios. O tamanho do banco também pode afetar a tecnologia do empréstimo. Grandes bancos hierárquicos confiam mais em informações sólidas, tecnologias de “*credit-scoring*” e modalidades impessoais de interação em relação aos pequenos bancos.

Uma questão crucial ainda pouco explorada na literatura recente é a forma como a hierarquia bancária acarreta fricções na organização que conduzem a dificuldades na concessão de crédito dependente intensivamente de informação. Alguns autores enfatizam o tamanho do banco, sugerindo implicitamente que o grau de hierarquia de um banco no conjunto, dependendo do número de níveis hierárquicos intrabancário. Outros reforçam o papel da distância entre a filial local, onde a informação sobre os devedores é coletada, e a matriz dos bancos, onde a autoridade da tomada de decisão está localizada, onde a hierarquia é dependente da localização da filial credora.

ALESSANDRINI, PRESBITERO & ZAZZARO (2007) analisaram o efeito do tamanho do banco e a distância entre as filiais bancárias e seu centro de operações sobre a probabilidade das empresas em introduzir inovações a partir de uma amostra das SMEs<sup>3</sup> italianas. Seus resultados mostraram que a distância entre a autoridade que toma decisão no banco é a característica principal responsável pelo impacto negativo da hierarquia no financiamento da inovação, ou seja, as empresas situadas em províncias onde o sistema bancário local é funcionalmente distante da sede estão menos inclinadas à introdução de

---

<sup>3</sup> “Small and Medium Enterprises” (SME), ou seja, pequenas e médias empresas.

inovações e têm maior probabilidade de incorrerem em racionamento de crédito. Mais especificamente, a distância funcional do sistema bancário local é associada significativamente e negativamente com a probabilidade das SMEs locais introduzirem inovações. Este efeito adverso ocorre devido a restrições mais apertadas de financiamento que as empresas inovadoras experimentam em províncias com um sistema bancário funcional mais distante. O efeito do tamanho da estrutura do sistema bancário local na adoção de inovação pelas empresas é muito mais fraco e restrito às inovações de produtos. Inversamente, identificaram que a fatia de mercado de grandes bancos raramente é estatisticamente significativa e, quando é, o impacto econômico na probabilidade de introduzir uma inovação e um racionamento de crédito é consideravelmente menor que o da distância funcional.

#### 1.4.2 Evidências na Literatura Brasileira

Os estudos sobre economia regional brasileira tem se caracterizado pela avaliação do comportamento das variáveis reais da economia (produção, emprego, salários, etc.), negligenciando-se frequentemente variáveis monetárias e financeiras.

Essa negligência é muitas vezes justificada pela ausência de fontes de dados satisfatórias para a análise regional da perspectiva financeira e monetária (AMADO 1997). Apesar dessas limitações, alguns estudos recentes têm mostrado que é possível extrair conclusões importantes a partir da investigação do comportamento das variáveis monetárias e financeiras distribuídas no espaço brasileiro.

Como mostra AMADO (1998: 81):

“A caracterização geral das economias centrais e periféricas estabelece que as primeiras têm uma trajetória mais estável de crescimento, enquanto as segundas estão mais expostas à instabilidade, portanto, a incerteza é mais intensa nestas últimas. Esse fato faz os agentes das segundas apresentarem uma maior preferência pela liquidez do que os agentes das primeiras. Isso se demonstra tanto na preferência pela liquidez decorrente do motivo precaucional para demandar moeda como no motivo especulativo. A maior demanda decorrente do primeiro motivo deve-se à maior instabilidade dessas economias e, conseqüentemente, à maior possibilidade de ocorrência de despesas imprevistas, ao mesmo tempo que os ativos dessas regiões são menos líquidos em decorrência do menor desenvolvimento institucional desses mercados.”

Em outro trabalho, AMADO (2006), analisa os impactos da concentração do setor bancário brasileiro em termos de divergência ou convergência do crescimento regional. Avalia também se os bancos brasileiros na década de 1990 possuíam caráter regional e quais

bancos possuíam esse caráter, considerando o papel desses bancos tanto na geração de crédito quanto em termos de criação de depósitos. Suas conclusões apontam que o processo de consolidação bancária no Brasil ocorreu em detrimento dos bancos que apresentavam atuação regional. Os bancos incorporados nesse período mostravam um caráter regional marcante em sua atuação e foram incorporados por bancos que tinham sua atuação mais restrita ao Centro-Sul. Percebe-se uma tendência à ampliação das restrições de liquidez para as economias periféricas que levam à limitação de seu crescimento, acentuando as desigualdades regionais.

No entanto, no Brasil essa discussão não tem passado despercebida. Há um grande reconhecimento de que as condições de oferta interna de crédito não estão à altura das necessidades do país, tornando-se um empecilho ao crescimento econômico de longo prazo. Assim alguns estudos como os elaborados por MATOS (2002) e ARAÚJO & DIAS (2006) verificam no Brasil uma relação positiva entre o desenvolvimento do sistema financeiro e a taxa de crescimento da economia. No entanto, com a consolidação do setor bancário e a conseqüente redução do número de agências e fechamento de sedes nas periferias, a informação sobre essas regiões tornou-se menos disponível aos bancos com sede nos centros econômicos. Desta forma, a periferia que apresenta um menor grau de desenvolvimento e maior instabilidade, torna-se natural que os bancos concedam maior volume de crédito às regiões centrais, reduzindo o crédito às regiões menos desenvolvidas (periféricas), intensificando um processo de desigualdade.

JACOB (2003), analisa porque no Brasil o financiamento via bancos, comerciais e múltiplos, não desempenha um papel central no cenário de desenvolvimento econômico, acarretando uma situação de racionamento de crédito por parte dos bancos privados. Sua hipótese sustenta-se no comportamento das instituições financeiras brasileiras, sobretudo os bancos, mostrando que os bancos brasileiros são fortemente inclinados à realização de operações com alta rentabilidade e baixo risco de crédito, proporcionados pelas operações de crédito com garantia de recebíveis, principalmente de curto prazo e custo elevado para o devedor. Os bancos privados têm uma clara opção por operações de crédito de curto prazo, deixando as operações de longo prazo a cargo das três instituições federais (BNDES/CEF/BB). Desta forma, as empresas têm sua capacidade de crédito limitada à disponibilidade de geração de contas a receber, o que em média, segundo o autor, representa cerca de 30% do faturamento anual. O resultado desse processo é uma baixa de alavancagem com capital de terceiros e uma cobertura de endividamento por colaterais de curto prazo. Mostra também, que os empréstimos de longo prazo são compostos por títulos emitidos no exterior, empréstimos de entidades multilaterais e BNDES, fontes de recursos que não estão à

disposição das pequenas e médias empresas brasileiras na mesma medida em que estão disponíveis às grandes.

Essa postura deve-se a uma situação muito confortável em que os bancos brasileiros têm uma alternativa à concessão do crédito sem grandes implicações sobre seus resultados financeiros. O investimento em títulos públicos emitidos pelo governo federal, que além de apresentarem alta liquidez, oferecem elevada taxa de juros. Essa conjuntura os coloca em uma situação favorável para estabelecerem políticas de crédito conservadoras e impede concedam crédito ao setor produtivo que não os oferece as mesmas condições de rentabilidade, liquidez e segurança. Além disso, a situação de concentração do setor, mesmo com o ingresso de bancos estrangeiros, não favorece os preços cobrados pelos empréstimos.

Seu trabalho destaca ainda a importância dos bancos federais em atender o mercado não coberto pelos bancos privados, notadamente àqueles com menor expectativa de retorno. A manutenção desse cenário aprofunda a divisão das atividades bancárias entre os setores privados e o público federal, tornando o segundo grupo responsável por sanar as carências de financiamento de setores estratégicos, a partir de operações com recursos direcionados e taxas administradas.

Na mesma linha, CORRÊA (2006) mostra que na estrutura de financiamento nacional até o início da década de 1990, cabe ao Estado a parte do financiamento do desenvolvimento que abarca oferecimento de crédito com prazos mais longos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil, Banco Nacional de Habitação – BNH e posteriormente a Caixa Econômica Federal, destacando-se ainda as aplicações de recursos públicos captados diretamente em órgãos multilaterais de crédito com destinação prévia e executados por meio de programas específicos por meio de repasses ao Banco do Brasil. Para os intermediadores privados resta o financiamento de curto e médio prazos, concedidos por grandes conglomerados financeiros que atuam em âmbito nacional.

A partir dos dados analisados, a autora observa o crescimento da concentração de empréstimos na região Sudeste, movimento capitaneado pela cidade de São Paulo e reforçado pelas cidades do interior do estado as quais apresentam forte dinamismo econômico. Essa dinâmica é reforçada pela lógica de ação do sistema bancário que, apesar do aumento no número de agências, tem as concentrado nas regiões Sul e Sudeste.

CROCCO & JAYME JR (2006) mostram que em economias periféricas, o setor informal usualmente tem um peso maior na economia que em regiões centrais, acarretando uma relação *cash-depósitos* maior em relação às regiões centrais, gerando um multiplicador

monetário menor e criando dificuldades de acesso ao crédito. Verifica-se, assim, um círculo vicioso que dificulta o investimento em regiões não-centrais.

Os resultados obtidos por VASCONCELOS ET AL (2004) mostraram uma inexistência de impacto estatisticamente significativo do efeito das privatizações sobre a oferta per capita de crédito bancário, resultado surpreendente quando comparado aos estudos realizados em outros países os quais mostraram que, grandes bancos ao adquirirem bancos de menor porte e com foco regional, tendem a reduzir a oferta de crédito na respectiva região de atuação. Os autores acreditam que esse resultado deve-se a promoção de ajustes na estratégia de oferta de crédito realizada por muitos bancos estaduais após 1995, mesmo antes de serem privatizados. Desta forma, quando adquiridos por bancos maiores, nacionais ou estrangeiros, muitos já operavam de forma cautelosa na concessão do crédito. O impacto negativo das aquisições sobre o crédito só foi verificado a partir da análise da transferência de grandes bancos nacionais (Nacional, Econômico, Banorte e Bamerindus), que contribuiu negativamente para a concessão do crédito nos estados.

Ao trabalhar sobre um referencial teórico que assume a moeda como endógena, a análise do impacto regional da moeda deve levar em conta que a preferência pela liquidez dos bancos a qual interfere na disposição a emprestar e a preferência pela liquidez do público a qual interfere no desejo tanto de tomar emprestado quanto de aplicar em ativos não-líquidos são determinantes tanto da demanda por crédito quanto da sua oferta. MENEZES ET AL. (2007) observaram a partir de teste econométrico para 26<sup>4</sup> estados brasileiros, buscando estabelecer uma relação entre a oferta de crédito como variável dependente e a quantidade de agências bancárias e a preferência pela liquidez dos bancos como variáveis explicativas. Seus resultados mostraram uma relação significativamente negativa entre a oferta de crédito e a preferência pela liquidez bancária e uma relação positiva entre o número de agências e a disponibilidade de crédito.

ALMEIDA (2007) analisou o efeito do processo de concentração bancária brasileiro sobre a concessão do crédito. Com o intuito de captar os efeitos da dinâmica da concentração bancária sobre o crédito no corte regional, realizou análise de dados em painel utilizando dados do período de 1995-2004 para os 27 estados brasileiros. Seus resultados mostraram que a consolidação bancária no Brasil teve efeito sobre a redução no crédito concedido, percebendo que a presença de agências e sedes bancárias está relacionada positivamente com

---

<sup>4</sup> Os autores optaram por excluir o Distrito Federal da amostra uma vez que ali se encontra a sede do governo central, fazendo com que algumas operações tanto do passivo quanto do ativo agregado dos bancos apresentem valores que não correspondem necessariamente ao comportamento dos bancos e sim a características específicas do governo federal.

o crédito. A realocização das agências em regiões mais desenvolvidas no país, assim como a concentração regional de sedes bancárias, acarretam uma redução no estoque de crédito per capita das demais regiões. Percebeu ainda que o processo de realocização de agências tem impacto superior ao processo de concentração de sedes bancárias. Dada a relevância do crédito e do sistema bancário para o crescimento da economia, acredita-se que o processo de consolidação bancária ocorrido no Brasil teve um efeito negativo ainda mais violento sobre as regiões menos desenvolvidas. As regiões que deixaram de possuir sedes bancárias e passaram a apresentar percentual maior de pessoas por quantidade de agências, são aquelas regiões menos desenvolvidas do país, e esse cenário torna-se ainda mais prejudicial ao desenvolvimento dessas regiões.

SICSÚ & CROCCO (2006) identificaram algumas evidências da teoria da localização das agências bancárias no Brasil. Perceberam que no caso brasileiro, existe uma alta correlação entre o percentual do PIB estadual/regional em relação ao PIB nacional e o percentual de agências localizadas no estado/região em relação ao total de agências no país. As agências bancárias são atraídas para uma determinada região de acordo com o PIB local, no entanto entenderam que há um PIB-piso que indica se uma região terá pelo menos uma agência bancária ou não. Perceberam também que duas regiões com o mesmo PIB podem apresentar um número de agências variado uma vez que quanto maior a concentração da renda na localidade, menor a quantidade de agências necessárias para realizar negócios com os agentes que detêm a parte relevante do PIB local:

“(...) Isso significa que localidades em que a renda é mais bem distribuída haverá uma quantidade de habitantes por agência bancária menor que as regiões ou Estados que possuem uma renda mais concentrada”. (SICSÚ & CROCCO 2006:226)

CROCCO ET AL (2006a) a partir de análise estatística para as macrorregiões brasileiras<sup>5</sup>, constataram uma clara divisão entre regiões centrais e periféricas, apresentando São Paulo e Rio de Janeiro afastados do restante das regiões do país, seguidos por três grupos medianos, o primeiro formado por Belo Horizonte, Curitiba, Centro-Oeste e Porto Alegre; o segundo por Salvador e Recife e o terceiro pela inclusão de Fortaleza e Belém. A última região considerada é Manaus, muito distante das outras e mostrando resultados ruins para todas as variáveis. Do ponto de vista geográfica, comprovaram clara centralidade do desenvolvimento regional a partir da formação de faixas de desenvolvimento em torno da

---

<sup>5</sup> Os autores trabalharam com 11 macrorregiões, tendo em vista os resultados do projeto “Dinâmica Demográfica, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas” financiado pelo PRONEX (LEMOS *et al.* 2000) e os conceitos de pólo e lugar central: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus e Centro-Oeste (Brasília e Goiânia).

macrorregião de São Paulo. Este entorno tem como centro São Paulo e visivelmente pioram a medida que avançam a noroeste, nordeste e norte.

Apesar de se esperar que sedes e interiores localizados em regiões centrais apresentam valores mais altos para variáveis reais e valores mais baixos para preferência pela liquidez e, ao contrário, sedes e interiores localizados em regiões periféricas apresentam menores valores para variáveis reais e mais altos indicadores de preferência pela liquidez, o estudo sugere que nem sempre as sedes das macrorregiões se assemelham economicamente com as regiões localizadas em seu entorno. Ou seja, observaram casos em que a sede de uma macrorregião apresentava características de regiões centrais, mas seu interior apresentava características de regiões periféricas.

A sede e o interior da macrorregião de São Paulo se destacaram em todas as análises por possuírem elevados valores de emprego nos diversos setores, na remuneração, no número de agências bancárias e os mais baixos índices de preferência pela liquidez do público – PLP – e preferência pela liquidez bancária – PLB. É uma macrorregião bastante diferenciada e pode ser considerada a região mais central e dinâmica do país, além das características econômicas de seu interior serem bastante semelhantes às da sede, permitindo a esta região maior vantagem comparativa na criação de crédito pelos bancos, tanto na sede como no interior. Como resultado final, os autores concluem que regiões centrais encontram maior capacidade de gerar crédito, enquanto regiões periféricas encontram maiores dificuldades.

Lançando mão de algumas hipóteses do pensamento pós-keynesiano sobre a distribuição regional do crédito e baseando-se na interpretação de que as condições econômicas de uma região geram distintos graus de incerteza, CAVALCANTE et al (2006) mostraram que tanto a demanda quanto a oferta de crédito em regiões menos desenvolvidas são menores do que as observadas em regiões com maior potencial econômico. Os autores justificam essa observação na elevada preferência pela liquidez presente em regiões subdesenvolvidas, apresentada tanto pelo público quanto pelos bancos. Essa característica tem como consequência menor demanda por crédito, dada a menor propensão do público a demandar crédito, mas também uma redução na concessão do crédito devida a maior preferência pela liquidez dos bancos. A análise dos dados mostrou que a preferência pela liquidez tanto do público quanto dos bancos são maiores justamente para os estados brasileiros que menos contribuem relativamente para o PIB nacional.

## **CAPÍTULO 2**

# **REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO E CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO CRÉDITO**

### **2.1 Introdução**

Esse capítulo analisa o processo de consolidação bancária brasileiro a partir da implementação do Plano Real, e apresenta suas principais características e impactos sobre a concessão do crédito. A partir de uma análise de dados, ilustra as implicações desse processo sobre o comportamento do setor bancário, sobretudo na concessão de crédito regional.

A seção 2.2, a partir de uma revisão da literatura acerca do tema, mostra o movimento de concentração do setor bancário em âmbito mundial a partir dos anos de 1990. Especificamente no caso do Brasil, o fim da receita de floating bancário, com o início do Plano Real, ajudou a impulsionar a consolidação do setor. Esse processo contou também com o apoio do governo federal, a partir dos programas PROER e PROES, que objetivavam promover um sistema bancário mais robusto. A seção 2.3 apresenta as motivações desse processo no Brasil e suas implicações sobre o comportamento dos bancos brasileiros, principalmente em relação à concessão do crédito.

Dada a relevância do crédito e do sistema bancário para o crescimento econômico, a seção 2.4 expõe, a partir da análise de dados estatísticos, a idéia de que a consolidação bancária ocorrida no Brasil a partir de 1994 acarretou uma redução no crédito concedido. Esse processo reduziu fortemente o número de instituições financeiras de atuação mais regional e possibilitou menor acesso ao crédito a estados periféricos, mesmo tendo em vista o aumento do crédito agregado nos últimos anos.

## 2.2 O Processo de Consolidação Bancária

A partir da exposição realizada no capítulo anterior, verifica-se que o sistema financeiro possui um importante papel para o bom funcionamento da economia e do sistema bancário. Percebe-se, no entanto, a tendência recente de um processo de consolidação do setor bancário no Brasil e no mundo o qual é explicado basicamente por duas hipóteses: a) a primeira, de base estrutural, que defende que fusões e aquisições são motivadas pelo desejo do comprador em obter poder de mercado e assim alcançar maiores margens de lucro e, b) a segunda, hipótese da eficiência que justifica a consolidação do setor como forma de promover práticas mais eficientes de gestão, uma vez que esse processo permite às empresas diminuir seus custos e incorrerem em maiores lucros, ganhando mercado e adquirindo escala de produção.

Alguns fatores que permitiram o processo de consolidação bancária mundial são ressaltados por PAULA & MARQUES (2006b:238-240): a) desenvolvimento das tecnologias de informação e de telecomunicações que gerou novas oportunidades de ganho e aparecimento de novos negócios bancários; b) desregulamentação dos mercados domésticos e a maior abertura para a competição estrangeira que tornaram os mercados mais contestáveis em economias maduras, acarretando a necessidade de ajuste das instituições financeiras em economias emergentes e; c) mudanças no comportamento ou nas estratégias corporativas dos bancos, uma vez que as crescentes pressões exercidas sobre os bancos para manutenção de seus clientes geraram a necessidade de fontes alternativas de *funding* e de maior diversificação de seus riscos e uma nova ênfase ao retorno do acionista, dada a queda nas margens de lucro devido ao aumento da competitividade no setor.

Observou-se um movimento do setor à consolidação, pois através dessa estratégia as instituições buscariam economias de escala, de escopo, de receita e aumento do poder de mercado; ou seja, um *mix* dos objetivos defendidos pelas duas hipóteses supracitadas<sup>6</sup>. As conseqüências dessa tendência, no entanto, também são questionáveis pois o consumidor poderá se defrontar com maiores dispêndios, caso o objetivo da consolidação seja apenas maior poder de mercado, ou, caso a expectativa seja de maiores ganhos de eficiência, deve ser avaliar de que forma o consumidor poderá se beneficiar com esse processo.

---

<sup>6</sup> ALEXANDRE et al. (2006) apontam como causas para a concentração bancária: a busca de ganhos de escala e escopo; externalidades favoráveis como infra-estrutura, capital humano e sistema judicial, na escolha da localização da sede; e ainda “spillovers” informacionais e externalidades geradas pela própria concentração.

Outra possível consequência do processo de fusões e aquisições é o redirecionamento da atuação da instituição financeira. Como assinalam ALEXANDRE et al. (2006:250):

“A ocorrência de uma fusão pode permitir que as instituições financeiras envolvidas nela usufruam sinergias. Quando uma F&A inclui duas (ou mais) instituições que atuam em áreas geográficas distintas, as mudanças administrativas que normalmente se seguem a esse processo geralmente alteram a política de alocação espacial dos recursos da nova instituição, resultando em abertura/fechamento de agências em algumas localidades, redistribuição regional do crédito e de outros produtos financeiros, etc.”

As sinergias podem ser de dois tipos: de custo e de receita. As sinergias de custo estão relacionadas às economias de escala, de escopo ou aumentos de eficiência gerencial e as sinergias de receita estão relacionadas às expectativas de maiores lucros seja pela incorporação de um banco localizado num mercado em crescimento, seja por uma maior estabilidade no fluxo de receitas dada a diversificação geográfica do banco ou ainda pela expansão do banco para mercados com menor concorrência. (ALEXANDRE et al. 2006)

Todavia, mesmo que a motivação para a fusão das operações de instituições distintas seja a maior eficiência, pode-se conceber que a empresa resultante aproveite para obter ganhos de receita considerando seu maior poder de mercado e as condições de concorrência e contestabilidade deste.

No que concerne o grau de concentração do sistema bancário, há um *trade-off* entre estabilidade do sistema e concorrência. Quanto maior a concentração desse mercado, maiores serão as instituições e mais diversificadas suas atuações. Essas características têm impacto positivo sobre a estabilidade do sistema e tendem a diminuir a fragilidade do sistema bancário frente a crises sistêmicas. Por outro lado, uma maior concentração pode também elevar o poder de mercado das instituições, alavancando suas receitas. Com um menor número de instituições, o monitoramento do sistema é mais simples e sua fiscalização facilitada. A redução da competição no setor, em tese, possibilita também menor risco de falências bancárias e crises no sistema, uma vez que as instituições podem atuar de forma mais conservadora.

Outro aspecto bastante relevante acerca dos efeitos da concentração do sistema bancário é a capacidade de troca de informações do cliente de uma instituição para outra. As falhas de mercado e assimetrias de informação existentes são extremamente importantes para o setor bancário, principalmente no que tange as operações de crédito. A importância dessa informação fica ainda mais evidente quando não se consegue transferir facilmente as informações sobre os clientes para outros potenciais emprestadores de recursos. Há um custo na transferência dessa informação e o tomador não consegue trocar de instituição com

facilidade, o que possibilita aos bancos o exercício de poder de mercado mesmo quando há um grande número de instituições atuantes. A assimetria de informação reduz o mercado relevante às operações de crédito, possibilitando nichos de atuação aos bancos, permitindo-os protegerem-se da concorrência e praticarem preços diferentes, dada a distribuição heterogênea de seus clientes no mercado.

No entanto, como mostrado no Capítulo 1, estudos recentes apontam para os efeitos deletérios a que incorrem regiões afetadas pela chamada exclusão financeira, que consiste na carência ou inexistência de serviços que facilitam e ampliam o uso da moeda, ou seja, os serviços bancários e financeiros.

O processo de reestruturação bancária ocorrido nos últimos anos reduziu fortemente o número de instituições financeiras de atuação mais regional com efeitos perversos no desenvolvimento regional. Em um país com as dimensões territoriais do Brasil, isto fica ainda mais evidente, pois a atuação bancária é ainda bastante restrita e concentrada em uma pequena porção do território nacional onde, na maioria das vezes, as agências bancárias são as únicas instituições financeiras presentes.

### **2.3 Comportamento dos Bancos e Reestruturação Bancária no pós- Real**

Durante os anos 1980 e início da década de 1990, o Brasil passou por momentos de elevada instabilidade macroeconômica combinando baixo crescimento econômico com uma inflação alta e persistente. Elevadas taxas de inflação, que em outras experiências históricas levaram a economia à desmonetização e o sistema financeiro ao colapso, no Brasil, contribuíram para alavancar a participação do setor financeiro na renda nacional. As instituições financeiras brasileiras foram surpreendentemente bem sucedidas na implementação de inovações financeiras e no aproveitamento de oportunidades regulatórias, que lhes permitiram não apenas sobreviver em um contexto visto no resto do mundo como hostil à atividade econômica, como também acumular capital, desenvolver-se tecnologicamente e crescer, absorvendo parte considerável do imposto inflacionário gerado.

Durante o longo e intenso período inflacionário, a atividade financeira sustentava-se dos recursos em trânsito (*floating*) e do financiamento ao desequilíbrio das contas públicas,

concentrando-se em operações de curto prazo. As empresas passaram a reproduzir capital através de operações de tesouraria e especulação com estoques e os bancos o faziam no mercado de títulos do governo. O resultado dessa conjuntura era uma baixa propensão para investir por parte das empresas e baixa concessão de crédito pelos bancos, pois ambos tinham um ambiente que lhes oferecia boas condições para obtenção de lucros sem incorrer em riscos maiores, em função da existência de uma institucionalidade conhecida como “moeda indexada”.

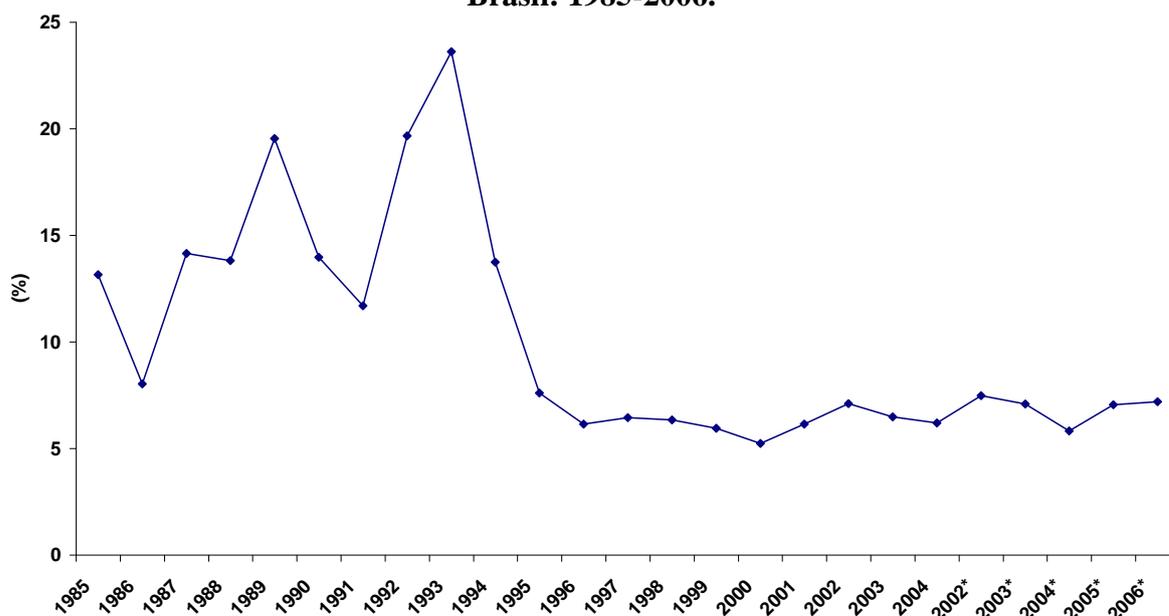
Se, por um lado, os efeitos do processo inflacionário no Brasil contribuíram para desencadear e manter o fenômeno da transferência de renda de outros segmentos para o financeiro, por outro, fizeram prevalecer também o princípio de que os bancos poderiam sobreviver independentemente de sua capacidade de competir, deixando as questões relacionadas com a estrutura de custos e a eficiência produtiva em segundo plano. A qualidade dos serviços prestados também não era objeto de grandes preocupações, uma vez que grande fonte de receitas se encontrava na coexistência de diferentes indexadores de passivos e ativos.

Contudo, com a abertura da economia no início dos anos de 1990 e início do Plano Real, em julho de 1994, foram adotadas medidas capazes de viabilizar a estabilização e reestruturação da economia, tais como a maior abertura ao comércio exterior, mudanças de política industrial visando à inserção mais competitiva de produtos nos mercados internacionais e redução de subsídios a vários setores produtivos. Reformas no ordenamento constitucional do país, notadamente na ordem econômica e na estrutura e funções do setor público, com redefinição da filosofia de seus gastos, também se fizeram necessárias. Essas iniciativas, dentre outras, objetivaram a viabilização do processo de estabilização monetária. O Gráfico 1 mostra a evolução da participação da atividade de intermediação financeira no Valor Adicionado Bruto no Brasil. Percebemos que a partir de 1994 há uma significativa redução da participação do setor financeiro na economia, mantendo-se em um patamar estável desde então.

O novo ambiente de estabilização de preços conjugado a um ambiente mais competitivo permitiram um processo de reordenamento da economia brasileira e uma forte reestruturação do planejamento e negócios das empresas. A estabilização da economia trouxe também modificações consideráveis para o sistema financeiro nacional, uma vez que os bancos se defrontaram com a perda de fonte de renda relevante relacionada à receita inflacionária (*floating*) de recursos como fonte de receita operacional. A estabilização acarretou sérios problemas de liquidez e solvência ao sistema bancário brasileiro, forçando-o

a racionalizar custos e encontrar formas diferentes de obter receitas. Todo o sistema passou por uma forte reestruturação, resultando em forte redução nas despesas com pessoal, aumento de tarifas, diminuição do número de agências bancárias nas regiões mais pobres e investimento em automação financeira (SICSÚ & CROCCO 2006).

**Gráfico 1 - Participação da Atividade de Intermediação Financeira na Economia (%), Brasil: 1985-2006.**



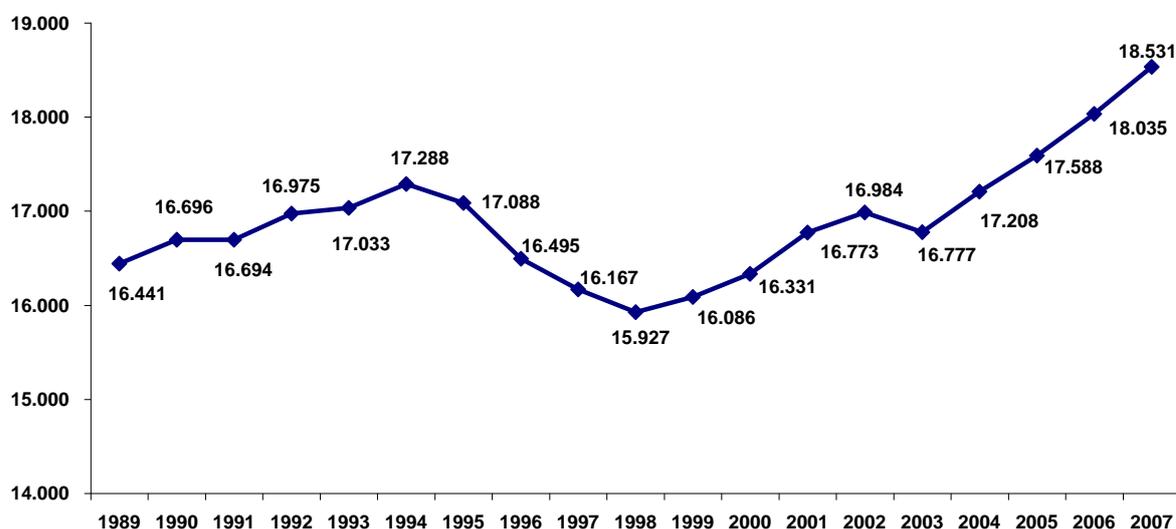
Fonte: Contas Regionais do Brasil, IBGE. (2008)

O Gráfico 2 mostra as seguintes tendências quanto a evolução no total de agências bancárias no período 1989-2007: (a) crescimento no número de agências até 1994, impulsionado pela reforma bancária de 1998 (que instituiu o fim da necessidade de carta patente para abertura de uma nova instituição financeira) e pelo aumento da atividade bancária determinado pela apropriação dos ganhos inflacionários; (b) diminuição do número de agências no Brasil pós-Plano Real (até 1998), período de forte reestruturação bancária devido ao fim das receitas inflacionárias e dos efeitos da “quase” crise bancária de 1995-96; (c) posterior recuperação a partir de 1999 e principalmente a partir de 2004 quando iniciou-se uma fase de boom no crédito bancário, puxado pelo próprio crescimento econômico do período.

A perda de receita inflacionária representou uma grande perda aos bancos brasileiros. Como mostra VASCONCELOS et al. (2004:126), os ganhos inflacionários representavam cerca de 26% da receita total dos 40 maiores bancos brasileiros em 1993, caindo para cerca de 1,3% no segundo semestre de 1995, representando em 1994 “algo próximo a R\$ 19 bilhões de

perda para os bancos decorrentes da estabilização da economia brasileira”<sup>7</sup> (MENDONÇA DE BARROS & ALMEIDA JR. 1997).

**Gráfico 2 – Total de Agências – Brasil, 1989-2007.**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sisbacen.

A Tabela 1 mostra que a receita inflacionária dos bancos brasileiros no período de 1990-1993, anterior ao Plano Real, representava, em média, 38,6% do valor produzido pelos bancos, sendo esses ganhos relativamente mais importantes às instituições públicas do que às privadas. A mesma tabela mostra a queda da receita por *float* nos dois anos seguintes, 1994 e 1995, quando essa receita por *float* representa 20,4% e 0,5% do produto bancário, respectivamente.

A grande demanda reprimida por crédito devido a quase duas décadas de alta inflação e o otimismo devido às novas perspectivas que se abriam à economia brasileira provocaram grande aumento dos gastos de consumidores e empresas. Procurando compensar a perda dos ganhos inflacionários com a estabilização, os bancos aumentaram, já no segundo semestre de 1994, os créditos concedidos ao setor privado. Essa alternativa pareceu factível num momento em que a economia prosperava. Além disso, muitos bancos acreditavam que a expansão das operações de crédito ao setor privado era uma forma de conquistar parcela de mercado e, desta forma, tornar o setor bancário mais competitivo. Como resultado, entre junho de 1994 e março de 1995, o crédito bancário cresceu 80,9%<sup>8</sup>, em especial o crédito para consumo, ampliando fortemente as receitas bancárias originárias de operações de crédito.

<sup>7</sup> BARROS & ALMEIDA JÚNIOR (1997) apud VASCONCELOS ET AL. (2004:126).

<sup>8</sup> BARROS & ALMEIDA JÚNIOR (1997) apud VASCONCELOS et al. (2004:126).

**Tabela 1 – Receitas inflacionárias das instituições bancárias.<sup>9</sup>**

Ano	Receitas Inflacionárias/PIB (%)			Receitas Inflacionárias/produção imputada (%)		
	Privado	Público	Privado + Público	Privado*	Público	Privado + Público
1990	1,4	2,6	4,0	31,3	38,7	35,7
1991	1,4	2,4	3,9	34,7	46,5	41,3
1992	1,7	2,3	4,0	31,3	55,5	41,9
1993	1,6	2,7	4,2	19,6	67,7	35,3
1994	0,7	1,3	2,0	11,1	38,4	20,4
1995	0,0	0,1	0,0	-0,9	2,5	0,6

Fonte: IBGE (1997:44-46).

Obs: (1) Os resultados apurados e a produção imputada referem-se às receitas inflacionárias verificadas para os segmentos de bancos comerciais e múltiplos, incluindo as caixas econômicas.

(2) O resultado negativo resulta de forte aperto da política monetária e um maior volume de recolhimento compulsório.

No entanto, como resultado do crescente desequilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro e os efeitos da crise mexicana em dezembro de 1994, o governo federal, no início de 1995 promoveu um aperto na política monetária, estipulando o aumento do recolhimento compulsório sobre depósitos bancários e aplicações e a elevação da taxa de juros básica. Essas medidas permitiram uma contração da oferta de moeda e acentuaram o quadro de desaceleração econômica, acarretando num aumento dos índices de inadimplência bancária, após os bancos terem expandido seus empréstimos ao setor privado no primeiro ano do Plano Real. Começaram a surgir no período os primeiros casos de problemas financeiros em instituições bancárias. No total, 17 bancos foram liquidados ou sofreram intervenção do Banco Central entre o início do Plano Real e dezembro de 1995, atingindo 110 mil correntistas. (VASCONCELOS *et al.* 2004:127)

Instituições bancárias possuem a prerrogativa de ser o único tipo de empresa capitalista que ao falirem comprometem toda a engrenagem econômica e por esse motivo contam com forte apoio governamental capaz de imunizar crises e falências. Desta forma, dada a eminente situação de insolvência de diversas instituições financeiras no Brasil, as principais políticas de saída do mercado bancário foram a intervenção e liquidação de instituições pelas autoridades monetárias. O Conselho Monetário Nacional e do Banco Central passaram a tomar medidas no sentido de reestruturar e fortalecer o sistema financeiro, tornando-o menos vulnerável a choques. Foram adotadas medidas como a instituição do

<sup>9</sup> Obs: (1) Os resultados apurados e a produção imputada referem-se às receitas inflacionárias verificadas para os segmentos de bancos comerciais e múltiplos, incluindo as caixas econômicas.

Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) e do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e a criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) que resultaram em processos de liquidações, fusões e incorporações.

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) <sup>10</sup> se baseou em dois princípios gerais: a preservação da estabilidade do sistema de pagamentos via garantia dos depósitos dos aplicadores; e a penalização das más políticas bancárias, via transferência do controle acionário das instituições socorridas pelo programa. Os bancos problemáticos foram divididos em "banco bom" e "banco ruim", o primeiro sendo adquirido por outra instituição bancária (depois de saneados por meio das operações PROER), e o segundo sendo liquidado pelo Banco Central.

A Tabela 2 mostra as aquisições de bancos feitas no contexto do PROER, onde se destacam em particular a aquisição do Banco Nacional pelo Banco Unibanco, do Banco Econômico pelo Excel, e do Bamerindus pelo banco britânico HSBC.

**Tabela 2 – Compra de ativos de instituições financeiras com incentivo do PROER, Brasil.**

<b>NOME DA INSTITUIÇÃO VENDIDA</b>	<b>INSTITUIÇÃO COMPRADORA</b>	<b>DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU</b>
Banco Comercial de São Paulo S.A	Banco BNP S.A.	17/04/1996
Banco Econômico S.A	Banco Excel S.A	30/04/1996
Banco Colúmbia S.A	Banco Ford S.A.	08/05/1996
Banco Mercantil S.A	Banco Rural S.A	31/05/1996
Banco Banorte S.A	Banco Bandeirantes S.A	17/06/1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23/08/1996
Banco United	Banco Antônio Queiroz	30/08/1996
Banco Nacional S.A	União de Bancos Brasileiros S.A	18/11/1996
Banco Bamerindus do Brasil S.A	Grupo HSBC	02/04/1997

Fonte: D.O - CADINF - DEORF/COPEC, BACEN.

Salvaguardar o sistema de pagamentos significa proteger os depósitos; penalizar más políticas bancárias, transferir o controle acionário do banco problemático. Desse modo, as

<sup>10</sup> CARVALHO & VIDOTTO (2007) mostram que apesar das autoridades brasileiras defenderem a abertura argumentando que a maior base de capital e superioridade operacional e competitiva do capital estrangeiro tornariam o setor mais eficiente e competitivo, a abertura e o ingresso de grandes bancos estrangeiros no mercado brasileiro não aumentaram a oferta de crédito nem reduziram os *spreads* bancários e os custos para os tomadores. Diretores e porta-vozes dos bancos estrangeiros que ingressaram no País, ao contrário, limitavam-se a promessa genéricas de “qualidade e preço justo”, sem qualquer menção à possibilidade de atuarem de acordo com o prometido pelo governo.

operações PROER foram estruturadas de maneira a preservar a exigibilidade dos depósitos bancários a qualquer tempo. Ao mesmo, ao transferir o controle acionário do banco problemático, o PROER reduziu o risco moral das operações-salvamento.

O PROES foi o mecanismo utilizado pelo governo federal para privatização dos bancos estaduais. A proposta fundamental do PROES era, após tantos programas de ajustamentos frustrados, reduzir ao mínimo a presença de instituições financeiras controladas por governos estaduais no sistema financeiro. Uma característica importante do programa é o fato da adesão do estado ser voluntária, diferentemente da solução de liquidação. Esse mecanismo visava conduzir a uma reestruturação do sistema financeiro estatal, implementado em função dos problemas que vinham ocorrendo em vários bancos estaduais. Mesmo antes das dificuldades enfrentadas pelos bancos estaduais com a estabilização da economia e o fim dos ganhos com o *float* bancário após implementação do Plano Real, já se questionava o papel do Estado no sistema financeiro, em particular dos bancos estaduais. Apontava-se a obtenção de empréstimos por parte dos governos estaduais, nos próprios bancos estaduais, levando ao enfraquecimento dos bancos e do sistema financeiro, dados o pouco zelo na análise de crédito e a pouca garantia fornecida pelos governos estaduais, que muitas vezes eram inadimplentes. Desta forma, a principal motivação do PROES foi reduzir a participação dos bancos estaduais no sistema bancário brasileiro, dentro de um contexto mais amplo de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública.

Como mostra PUGA (1999), na data de estabelecimento do PROES em agosto de 1996, o sistema financeiro público estadual era composto por 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais e ou múltiplos.

A Tabela 3 mostra as privatizações de bancos estaduais que ocorreram no Brasil a partir de 1996. É importante ressaltar que essas privatizações tiveram, em sua grande maioria, a participação de bancos nacionais<sup>11</sup> na aquisição de bancos estaduais saneados, contribuindo para uma diminuição no número de bancos e um aumento da concentração bancária no país.

Um artifício importante para o processo de consolidação bancária no país e o fortalecimento do setor foi o ingresso de bancos estrangeiros no Brasil<sup>12</sup> permitido a partir da liberalização ocorrida em 1995, mas também como parte de uma estratégia de expansão internacional de alguns conglomerados financeiros nos anos 1990, tanto para países desenvolvidos quanto para países emergentes, em um cenário global de desregulamentação

---

<sup>11</sup> A compra do Banespa (SP) pelo Santander é uma importante exceção.

<sup>12</sup> FREITAS (1999:131) destaca a entrada e a ampliação da participação do capital estrangeiro como fatores que aumentaram a solidez patrimonial do sistema bancário brasileiro, uma vez que instituições mais fortes têm maior capacidade de absorção dos choques macroeconômicos reduzindo, assim, a possibilidade de crise sistêmica.

financeira. A partir da Exposição de Motivos nº 311, aprovada pelo presidente da República, o Ministério da Fazenda estabelecia o ingresso ou o aumento de participação financeira estrangeira no sistema financeiro nacional, cujas entradas eram analisadas caso a caso. No início, entretanto, esses ingressos estavam em sua maior parte vinculados à necessidade de aquisição de bancos problemáticos como o Excel-Econômico e Bamerindus.

**Tabela 3 - Privatização de bancos estaduais, Brasil.**

Data	Instituição Privatizada	Instituição Compradora	Valor (R\$ milhões)	Ágio (%)
mai/96	Mercantil de PE S/A. (PE)	Banco Rural	530	-
25/05/1996	Banorte (PE)	Bandeirantes	476	-
26/06/1997	Banerj (RJ)	Itaú	311	0,3
07/08/1997	Credireal (MG)	BCN	127	5,2
04/12/1997	Meridional (RS)	Bozano, Simonsen	266	54
22/06/1998	Baneb (BA)	Bradesco	260	3,2
14/09/1998	Bemge (MG)	Itaú	583	85,7
17/11/1998	Bandepe (PE)	ABN Amro	183	0
17/10/2000	Banestado (PR)	Itaú	1.625	303,2
20/11/2000	Banespa (SP)	Santander	7.050	281,1
08/11/2001	Paraiban (PB)	ABN Amro	76	52
04/12/2001	BEG (GO)	Itaú	665	121,1
24/01/2002	BEA (AM)	Bradesco	183	0
10/02/2004	BEM (MA)	Bradesco	78	1,1
22/12/2005	BEC (CE)	Bradesco	700	28,9
20/11/2008	Nossa Caixa (SP)	Banco do Brasil*	7.186	33,42

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na imprensa e dos autores PAULA & MARQUES (2006) e VASCONCELOS (2004).

Entre 1997 e 1998, prosseguiu o estímulo ao ingresso de bancos estrangeiros no país, processo reforçado pelo discurso de que a internacionalização do sistema bancário tornaria o Brasil menos vulnerável às crises internacionais. Em 2002, entretanto, a turbulência no mercado financeiro na América Latina e o aumento da aversão ao risco global resultou em uma retração na expansão dos bancos estrangeiros tanto na América Latina quanto no Brasil. Como pode ser visto na Tabela 4 abaixo a participação dos bancos estrangeiros no total de ativos do setor bancário cresceu de 8,35% em 1993 para 29,86% em 2001, declinando então para 21,70% em 2006.

CARVALHO & VIDOTTO (2007:406) não atribuem tanta importância ao PROER e à abertura ao capital estrangeiro para a solidez do sistema bancário brasileiro. Não há qualquer garantia de que filiais de bancos estrangeiros exerçam papel decisivo em situações de crise. Os autores sustentam que o fator decisivo para a não-fragilização bancária em períodos de forte instabilidade externa, como na crise cambial de 1998/1999 e nas crises de 2001 e 2002, foi a assunção prévia dos prejuízos pelo Tesouro (com a emissão de títulos com correção cambial em 1998) e a elevação imediata da carga tributária para absorver a forte elevação da dívida pública e os custos de sua rolagem no mercado doméstico, além da mudança no regime

cambial que permitiu a prática de juros nominais bem menores em momentos de instabilidade externa.

**Tabela 4 - Participação percentual por segmento no total de ativos do setor bancário, Brasil: 1993-2006 (%).**

INSTITUIÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos Privados	40,67	41,21	39,16	38,28	36,76	35,29	33,11	35,23	37,21	36,93	40,76	41,70	43,12	47,12
Bancos com Controle Estrangeiro	8,35	7,16	8,39	10,51	12,82	18,38	23,19	27,41	29,86	27,38	20,73	22,43	22,89	21,70
BB	22,93	18,28	13,91	12,52	14,42	17,44	15,75	15,63	16,76	17,12	18,40	17,41	15,36	14,46
CEF	14,51	14,98	16,40	16,47	16,57	17,02	17,06	15,35	10,97	11,66	13,04	11,51	12,05	10,68
Bancos Públicos (+ Caixa Estadual)	13,41	18,17	21,90	21,92	19,06	11,37	10,23	5,62	4,30	5,87	5,79	5,52	5,09	4,50
Cooperativas de Crédito	0,13	0,20	0,24	0,30	0,37	0,50	0,66	0,76	0,90	1,04	1,28	1,43	1,49	1,54

Fonte: COSIF - DEORF/COPEC, BACEN.

Obs.: este quadro teve os saldos para Dez/2006 retificados, de Bancos Privados Nacionais e de Bancos com Controle Estrangeiro, a fim de incluir, respectivamente, saldos de Bancos com Participação Estrangeira e de Filiais no País.

Os autores concluem que o apego do governo ao discurso oficial com argumento pró-abertura escondeu o interesse efetivo de favorecer a estabilidade do setor bancário e da economia. O capital privado estrangeiro, por outro lado, procurou de fato explorar o mercado bancário brasileiro sob as condições preexistentes, sem alterá-las e, aproveitando-se da instabilidade macroeconômica do período e da predisposição oficial em abrir o mercado bancário brasileiro, os bancos estrangeiros impuseram ao Banco Central sua estratégia preferencial de expansão – a aquisição de instituições nacionais privadas de porte grande e médio, frustrando parcialmente o objetivo do BCB de condicionar a entrada dos bancos estrangeiros à aquisição de bancos estaduais federalizados.

Esse argumento é corroborado pelos resultados do estudo publicado pelo FMI<sup>13</sup> que analisou a experiência recente dos bancos estrangeiros em países da América Latina, Ásia e Europa Oriental. No estudo concluiu-se que são limitadas as evidências sobre a contribuição da presença de bancos estrangeiros para a estabilidade do sistema bancário e da oferta de crédito para países emergentes. A entrada de bancos estrangeiros pode contribuir para uma maior estabilidade do sistema bancário, caso a matriz do banco tenha uma forte posição financeira e esteja empenhado em uma estratégia de médio prazo para reforçar sua posição no mercado local. No entanto, torna necessária uma supervisão prudencial eficaz de ambos os lados, tanto do banco sede, quanto de suas filiais locais, para que possam reforçar a

<sup>13</sup> FMI – Fundo Monetário Internacional. Ver MATHIESON & SCHINASI (2000a).

estabilidade do sistema. Requer também contínua partilha de informações entre a matriz e supervisores do país de acolhimento para o desenvolvimento da capacidade das autoridades locais em analisar as implicações dos novos produtos introduzidos pelos bancos estrangeiros. (MATHIESON &SCHINASI 2000b:152-153).

Uma das características mais peculiares do processo de consolidação dos bancos brasileiros foi a participação ativa dos grandes bancos nacionais (principalmente Bradesco, Itaú e Unibanco) no processo de fusões e aquisições bancárias, em resposta à entrada de bancos estrangeiros. A Tabela 5 apresenta as principais aquisições no sistema bancário brasileiro no período de 1995 a 2003, onde se pode observar que: (a) os principais “players” no processo de F&As bancárias foram 3 bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco) e 2 bancos estrangeiros (Santander e ABN-Amro); (b) tais bancos adquiriram instituições de vários portes (pequeno, médio e grande), com predominância de bancos de médio porte (inclusive bancos estrangeiros, como Sudameris), sendo vários deles de atuação geográfica de âmbito regional ou estadual.

Percebe-se que no período posterior à implementação do Plano Real, devido aos motivos enumerados acima relacionados à reestruturação do setor bancário, as medidas prudenciais adotadas com vista à maior segurança, entraram muitas vezes em conflito com o objetivo de estimular a competitividade do setor e, em particular no caso brasileiro, os problemas bancários levaram a que se privilegiasse a solidez do sistema em detrimento aos princípios de defesa da concorrência. (PAULA &MARQUES 2006a:218)

A adesão do Brasil aos Acordos da Basiléia também dificultaram a sobrevivência de algumas instituições de pequeno e médio portes, ao estabelecer, por exemplo, a exigência de capital mínimo de 8% em relação ao risco das operações ativas que teriam de reter. Esse valor foi elevado posteriormente para 10% e, mais tarde, para 11%. Outra medida adotada foi o aumento do capital inicial mínimo para concessão de autorização para funcionamento dos bancos, a qual foi essencial para a intensificação das fusões e aquisições, uma vez que com a impossibilidade de novos aportes dos controladores restaria as soluções de: venda do banco, admissão de novos sócios ou redução das operações ativas. (ROCHA 2001:9)



**Tabela 6 – Número de instituições do sistema financeiro, Brasil: 1988 a 2007.**

Tipos de Instituição	1988	1994	1996	2000	2004	2007
	Dez	Jun	Dez	Dez	Dez	Dez
Banco Múltiplo	4	212	194	163	139	135
Banco Comercial (1)	97	34	38	28	24	20
Banco de Desenvolvimento	11	8	6	5	4	4
Caixa Econômica	5	2	2	1	1	1
Banco de Investimento	49	17	23	19	21	17
<b>Total Sistema Bancário Nacional</b>	<b>166</b>	<b>273</b>	<b>263</b>	<b>216</b>	<b>189</b>	<b>177</b>
Sociedade de CFI	102	42	48	43	46	52
Sociedade Corretora de TVM	-	-	219	187	139	107
Sociedade Corretora de Câmbio	259	288	39	41	47	46
Sociedade Distribuidora de TVM	419	376	283	177	138	135
Sociedade de Arrendamento Mercantil	54	72	75	78	51	38
Sociedade de Crédito Imobiliário, Associação de Poupança e Empréstimo e Sociedade de Crédito Imobiliário Repassadora (2)	55	24	22	18	18	18
Companhia Hipotecária	0	0	3	7	6	6
Agência de Fomento (3)	-	-	-	8	12	12
Cooperativa de Crédito	598	912	1.018	1.311	1.436	1.465
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (4)	-	-	-	11	51	52
Consórcio	-	-	446	407	364	329
<b>Total Sistema Financeiro Nacional</b>	<b>1.819</b>	<b>2.260</b>	<b>2.416</b>	<b>2.504</b>	<b>2.497</b>	<b>2.285</b>

Fonte: Unicad, Banco Central do Brasil

OBS: (1) Inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros.

(2) Inclui Sociedades de Crédito Imobiliário Repassadoras (SCIR) que não podem captar recursos junto ao público.

(3) Em Jan/1999 foi constituída a 1ª Ag. Fomento, nos termos da Res. 2.574, de 17.12.1998.

(4) Em Out/1999 foi constituída a 1ª SCM, nos termos da Res. 2.627, de 2.8.1999.

A Tabela 7 mostra o quantitativo de bancos pela estrutura de capital no período de 1994 a 2006. Observa-se o enxugamento no número total de instituições bancárias no país, principalmente pela redução de bancos privados nacionais, que caíram de 147 em 1994 para 81 em 2006, conforme os registros do Banco Central. Somente os bancos com controle estrangeiro tiveram elevação no número de instituições em funcionamento, subiram de 19 em 1994 para 61 bancos em 2001 e reduziram novamente a partir de 2002 atingindo 159 instituições em 2006. Apesar de alguns grandes bancos privados nacionais terem desaparecido (Nacional, Bamerindus e Banespa), o impacto maior se deu sobre os bancos de médio porte, fossem de atuação regional ou nacional, públicos ou privados. Verifica-se também que dentre as 40 instituições públicas existentes em 1994, restavam apenas 13 em 2006. Essa redução em bancos públicos deve-se, sobretudo, à redução de instituições bancárias estaduais.

De acordo com os dados apresentados por VASCONCELOS *et al.* (2004:129), das 34 instituições bancárias estaduais existentes em 1994, restavam apenas 17 em dezembro de 2000 e 6 ao final de 2002.

**Tabela 7 - Quantitativo de bancos pela estrutura de capital, Brasil: 1994 – 2006.**

Bancos <sup>1</sup>	1994	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Públicos<sup>2</sup></b>	<b>40</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>13</b>
<b>Privados</b>	<b>201</b>	<b>198</b>	<b>190</b>	<b>182</b>	<b>175</b>	<b>175</b>	<b>167</b>	<b>152</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>147</b>	<b>146</b>
Nacionais	147	131	118	105	95	91	81	76	78	82	82	81
Nacionais com Participação Estrangeira <sup>3</sup>	19	26	23	18	15	14	14	11	10	10	8	9
Controle Estrangeiro <sup>4</sup>	19	25	33	43	50	57	61	56	53	49	49	48
Estrangeiros <sup>5</sup>	16	16	16	16	15	13	11	9	9	9	8	8
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>230</b>	<b>217</b>	<b>204</b>	<b>194</b>	<b>192</b>	<b>182</b>	<b>167</b>	<b>165</b>	<b>164</b>	<b>161</b>	<b>159</b>

Fonte: Cosif, Banco Central do Brasil (2008a).

Obs: (1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixa econômica. Posição em dezembro de cada ano.

(2) Inclui caixas econômicas (estaduais, em funcionamento até Jan)1999, e a Caixa Econômica Federal).

(3) Inclui bancos que detém participação estrangeira.

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro (exceto filiais).

(5) Filiais de bancos estrangeiros.

### 2.3.1 A Concentração do Mercado: alguns cálculos

As medidas de concentração são muito utilizadas como forma de indicar a estrutura de um determinado mercado. Estas medidas se dividem em dois grupos: as razões de concentração e os índices de concentração<sup>14</sup>. Nesse trabalho, a tendência de concentração é analisada a partir do indicador de concentração Herfindahl-Hirschman e das Razões de Concentração os quais tratam-se de índices bastante utilizado em estudos de organização industrial e análise de estrutura de mercado de determinado setor industrial.

A razão de concentração de ordem  $k$  ( $RC_k$ ) é um índice positivo que fornece a parcela de mercado das  $k$  maiores bancos. O índice varia entre 0 e 100% e quanto maior o valor do índice, maior é o poder de mercado exercido pelos  $k$  maiores bancos. Supondo “ $m$ ” empresas no mercado, em que as “ $n$ ” primeiras são as que possuem os maiores *market shares*, a razão de concentração de ordem  $k$  ( $RC_k$ ) é dada por:

$$RC_k = \sum_{i=1}^n \beta_i, \text{ em que } \beta_i = \frac{Q_i}{\sum_{i=1}^m Q_i} \text{ é o } market \text{ share da empresa } i.$$

$$\text{Desta forma, a razão pode ser expressa como: } RC_k = \sum_{i=1}^n \frac{Q_i}{\sum_{i=1}^m Q_i}$$

<sup>14</sup> Para esclarecimentos adicionais consultar KUPFER&HASENCLEVER (2002:77-82).

O índice de concentração de Hirschman-Herfindahl (HH) trata-se de um índice positivo e quanto maior o HH, mais elevada é a concentração do mercado. O índice varia entre  $1/n$ , onde  $n$  é o número de empresas atuantes no mercado, e 1. Seu limite superior está associado ao caso extremo de monopólio. Supondo “ $m$ ” empresas no mercado, o índice de Hirschman-Herfindahl (HH) é dado por:

$$IHH = \sum_{i=1}^m \beta_i^2, \text{ em que } \beta_i = \frac{Q_i}{\sum_{i=1}^m Q_i} \text{ é o } market\ share \text{ da empresa } i.$$

$$\text{Desta forma, o índice pode ser expresso como: } IHH = \sum_{i=1}^m \left[ \frac{Q_i}{\sum_{i=1}^m Q_i} \right]^2$$

Nesse trabalho calculamos os valores das RCs e IHH a partir dos dados de ativo total do consolidado bancário<sup>15</sup>. Os valores calculados para o setor bancário brasileiro no período pós-Plano Real estão apresentados na Tabela 8.

Como mostra a Tabela 8, os valores dos índices de concentração (RC) de modo geral mostram que no início do Plano Real houve uma tendência à desconcentração bancária; contudo, a partir de 1999, com a intensificação das F&As bancárias observa-se uma tendência à concentração. Em particular, há uma nítida concentração referente aos ativos totais das cinco maiores instituições financeiras comerciais (RC5), saindo de 53,3% em 1997, alcançando 62,1% em 2003, 60,4% em 2006 e por fim 59,6% em 2007. Em relação aos dez maiores bancos a variação é ainda mais significativa, pois a razão de concentração salta de 65,4% em 1997 para 82,2% em 2006 e 80,5% em 2007.

A partir de 1998 houve uma tendência de reconcentração do segmento privado quanto do estatal devido à redução de bancos oficiais decorrente em parte da privatização de bancos estaduais, do aumento da concorrência do capital estrangeiro no setor (PAULA 1998). Contudo, se analisarmos apenas os dados referentes ao segmento privado, percebemos uma tendência à concentração ainda mais acentuada, uma vez que esse segmento foi mais ativo nesse panorama de fusões e aquisições bancárias. Deve-se ressaltar que tamanha concentração no mercado bancário brasileiro parece apontar a presença de uma estrutura de mercado oligopólica.

O Gráfico 3 apresenta os dados de concentração para o setor privado. Observa-se, nos primeiros três anos subsequentes à implementação do Real em julho de 1994, uma tendência à

<sup>15</sup> Consolidado do Sistema Financeiro Nacional, dados de ativos total do Consolidado Bancário I.

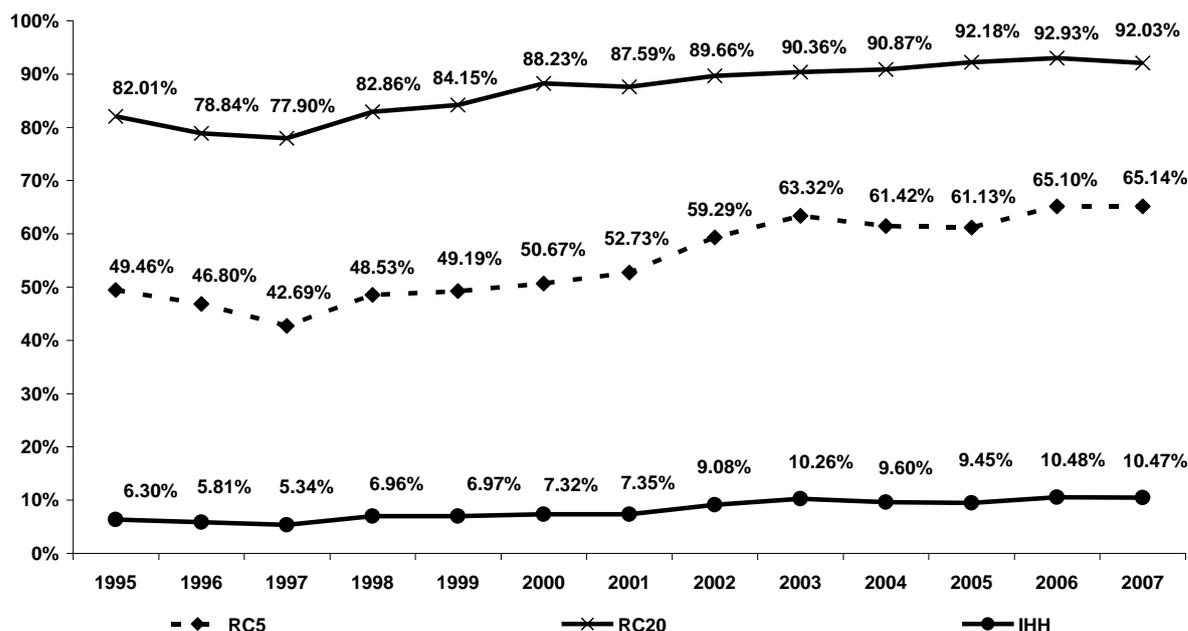
desconcentração dos bancos privados. No entanto, a partir de 1998 houve uma tendência à reconcentração do segmento privado ainda mais intensa em comparação ao setor bancário como um todo, comportamento mantido até 2003. Nos anos de 2004 e 2005 há um fraco processo de desconcentração que é recuperado a partir de 2006.

**Tabela 8 – Indicadores de Concentração Bancária: RCs e HH – Brasil, 1995-2007.**

Ano	RC <sub>2</sub>	RC <sub>5</sub>	RC <sub>10</sub>	RC <sub>20</sub>	HH
1995	34,6%	56,3%	70,6%	83,0%	8,4%
1996	32,1%	55,4%	68,9%	81,5%	7,9%
1997	32,1%	53,3%	65,4%	79,0%	7,4%
1998	36,4%	56,7%	69,6%	84,2%	8,8%
1999	34,3%	55,4%	70,0%	84,7%	8,3%
2000	32,4%	56,6%	72,6%	88,3%	8,1%
2001	29,0%	54,2%	71,9%	87,2%	7,7%
2002	31,6%	59,9%	76,3%	90,0%	8,9%
2003	33,7%	62,1%	79,7%	90,6%	9,7%
2004	31,6%	59,8%	78,7%	90,8%	9,1%
2005	30,9%	58,6%	79,9%	91,6%	8,8%
2006	29,5%	60,4%	82,2%	92,2%	9,0%
2007	28,8%	59,6%	80,5%	91,2%	8,7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de ativos totais consolidados do sistema financeiro nacional (Consolidado Bancário I) disponibilizados pelo Banco Central - Bancos públicos e privados.

**Gráfico 3 – Comportamento dos indicadores de concentração bancária do setor privado. Brasil, 1995-2007.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de ativos totais consolidados do sistema financeiro nacional (Consolidado Bancário I) disponibilizados pelo Banco Central - Bancos Privados.

### 2.3.2 A Evolução do Crédito no Brasil

O Brasil, se comparado com os demais países industrializados ou emergentes, apresenta historicamente baixo nível do estoque de crédito ao setor privado em proporção ao PIB brasileiro, refletindo o potencial de crescimento que essa ferramenta possui no país como um todo. O nível de crédito em relação ao PIB no Brasil situa-se em média de 30% - 40%, como mostra JACOB (2003: p.54), enquanto em alguns países esse nível supera 100%.

A expansão do crédito no país dos últimos anos esteve relacionada a um conjunto de fatores, entre os quais, o (moderado) crescimento do produto e da renda, algumas inovações regulatórias (como o crédito consignado) e mais recentemente uma mudança na composição da dívida pública (diminuindo participação de títulos pós-fixados) e queda na taxa de juros de curto prazo. Esse comportamento sinaliza uma postura menos conservadora e certa redução da preferência pela liquidez dos bancos brasileiros.

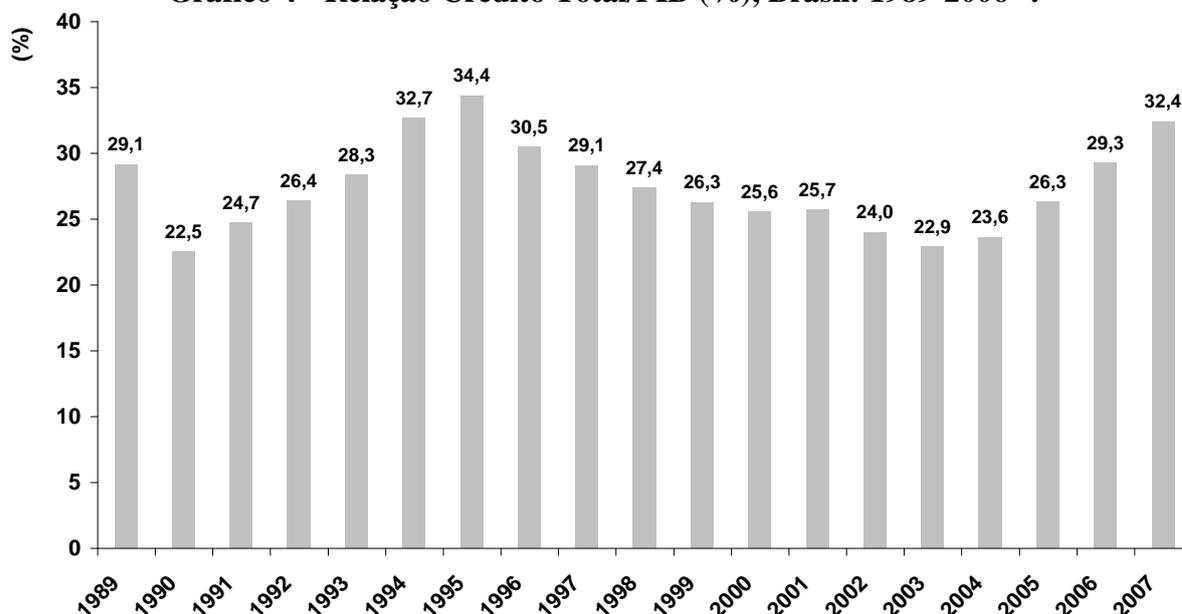
O Gráfico 4 fornece a relação crédito/PIB — que expressa a média anual da razão do total de crédito concedido no país em relação ao PIB brasileiro. Verifica-se que nos dois primeiros anos do Plano Real, 1994 e 1995, houve uma tendência de aumento da relação crédito/PIB no Brasil 34,4% em 1995. A partir de 1996, percebe-se 1995, houve clara trajetória de queda, com redução para 25,6% em 2000. Em 2001 essa relação apresentou leve recuperação, alcançando 25,7% e voltando a cair até 2004. A partir de 2005 observa-se novo aumento para essa relação, atingindo 32,4% em 2007, fenômeno possivelmente associada à retomada parcial do crescimento da economia brasileira a partir de 2004.

Contudo, como ressaltam PAULA & ALVES JÚNIOR (2003), esse comportamento dos bancos durante a expansão não teria necessariamente o efeito de uma mudança mais significativa no grau de aversão ao risco dos agentes envolvidos. Em uma economia monetária da produção, caracterizada pela incerteza, se a percepção dos agentes em relação ao risco indica uma redução do risco, é natural que as empresas tendam a reacomodar seus portfólios no sentido de menor liquidez.

Desta forma, a expansão da oferta de crédito realizada pelos bancos não é resultado de mudanças preconcebidas nas suas preferências na composição de seu portfólio, como reflexo de uma menor aversão ao risco, mas sim do fato de que os bancos, sob condições de incerteza não-probabilística, procurarem respaldar seu comportamento com base em convenções como avaliação do histórico da relação entre banco e cliente e acompanhamento das estratégias

adotadas, em média, por seus concorrentes. Sendo assim, é natural que os bancos, na fase de crescimento, aumentem sua exposição ao risco, independente dos retornos esperados nos projetos de investimento.

**Gráfico 4 - Relação Crédito Total/PIB (%), Brasil: 1989-2006<sup>16</sup>.**



Fonte: BCB-DEPEC, Séries temporais do Banco Central. (BACEN 2008b).

Essa expansão recente do crédito a partir de 2005 evidencia o comportamento convencional dos bancos previsto na teoria, ou seja, no contexto de crescimento recente da economia brasileira e redução da incerteza quanto ao futuro, os bancos reduzem sua preferência pela liquidez e aderem à convenção de agir como as empresas que estão obtendo maiores lucros estão fazendo. Nessa perspectiva, os bancos que mais obterão lucros são aqueles os que mais emprestam. A maior alavancagem e a menor liquidez dos ativos, antes temidas pelos banqueiros por aumentar a exposição dos bancos ao risco, passam a compor a estratégia dos bancos como forma de fazer frente aos concorrentes e maiores investimentos e maior grau de endividamento passam a ser imperativos da concorrência.

A relação entre as operações de crédito e o PIB pode ajudar a entender o quão desenvolvido é o sistema financeiro nos estados e regiões. No caso brasileiro, no entanto, para a concessão de crédito ao setor produtivo formado por empresas privadas há uma forte inclinação dos bancos em realizar operações com garantias, dentre elas recebíveis de firmas e veículos. Ao agirem dessa forma os bancos limitam a capacidade de obtenção de crédito pelos agentes econômicos, podendo resultar em uma situação de racionamento de crédito.

<sup>16</sup> (BACEN 2008a; IBGE 2008)

Observa-se que até hoje a economia brasileira não apresenta um sistema de financiamento do desenvolvimento bem consolidado e, numa retrospectiva histórica, como analisa ALVES JR. (2002:332): *“Esse subsistema de financiamento, tecnologicamente avançado e bastante diversificado, foi muito competente para sobreviver à instabilidade, mas não se mostrou capaz de gerar o volume de crédito e o funding do investimento, em condições razoáveis para estimular o crescimento econômico sustentável”*.

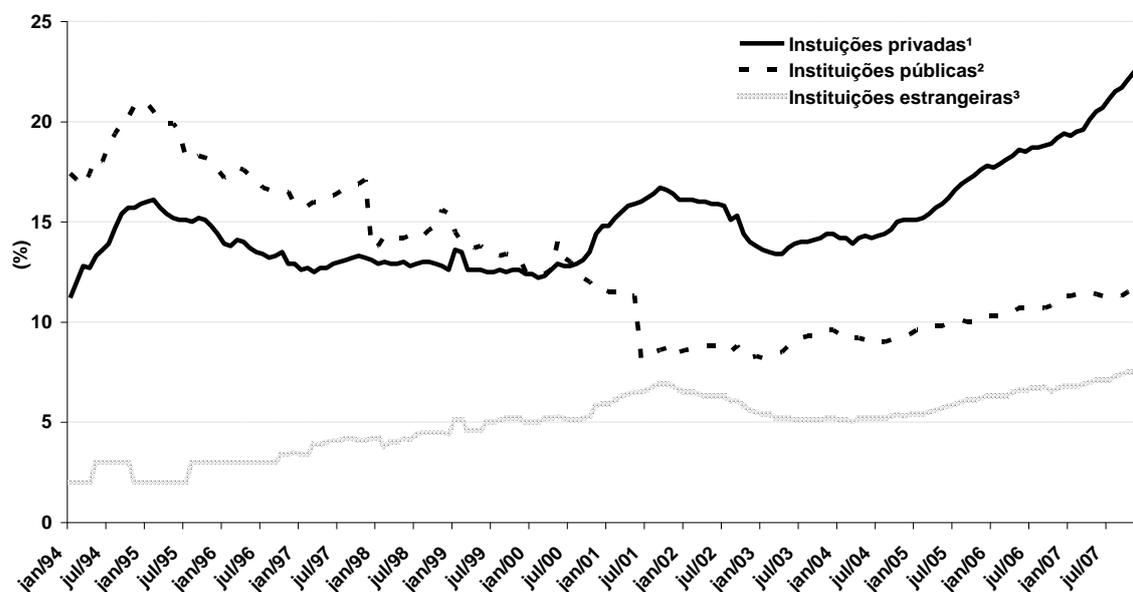
Percebemos que esse intenso processo de consolidação bancária no país alterou a forma como o mercado está estruturado, resultando em um ambiente de menor concorrência. Em termos de promover a oferta de crédito, o processo de reestruturação bancária apresentou resultados frustrantes; por outro lado, no plano microeconômico, ele promoveu a solidificação do sistema bancário brasileiro, tornando-o capaz de resistir aos efeitos nocivos de choques econômicos, reduzindo a possibilidade de risco sistêmico. No entanto, ao que tange o aspecto regional, o movimento de privatização de bancos públicos estaduais e a consolidação do sistema em torno de grandes bancos privados nacionais e estrangeiros dificilmente foram neutros em termos de distribuição regional do crédito e nos interesses das instituições bancárias.

Ao considerarmos a distinção de propriedade de capital dos bancos, constatamos a predominância da concessão do crédito por instituições públicas até meados de 2000. No entanto, do início de 1997 a dezembro de 2002 percebemos um aumento no crédito concedido por instituições privadas nacionais. Observamos também que as instituições privadas estrangeiras, apesar da histórica baixa participação no volume total de crédito, aumentaram recorrentemente sua participação desde o início de 1994, atingindo cerca de 8% do crédito total concedido em dezembro de 2007.

A importância relativa dos bancos públicos no Brasil é historicamente destacada. A partir do Gráfico 5 observamos a maior participação do crédito concedido por instituições públicas no total concedido nos seis primeiros anos posteriores à implementação do Real, mesmo em que pese a redução da participação dos bancos públicos no total do crédito a partir do início de 1995. No recente *boom* de crédito a partir de 2004 observa-se também que o mesmo foi liderado principalmente por bancos privados nacionais

Essa importância histórica do setor público na concessão de crédito no sistema financeiro brasileiro pode sinalizar a influência dos bancos estaduais na concessão de crédito e nos levar a questionar os efeitos da aquisição de bancos estaduais sobre a distribuição e ampliação do crédito no país, sobretudo para os estados que tiveram bancos com foco de atuação mais regional privatizados.

**Gráfico 5 - Relação crédito/PIB por tipo de instituição financeira, Brasil: jan/94 a dez/07.**



Fonte: BCB-DEPEC, Séries temporais do Banco Central. (BACEN 2008b).

Notas: (1) As instituições privadas referem-se àquelas em que as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas e residentes no País detêm participação superior a 50% no capital votante, de acordo com a Carta Circular nº 2.345, de 25.01.93.

(2) As instituições públicas referem-se àquelas em que os Governos Federal, Estadual e Municipal detêm participação superior a 50% no capital votante, de acordo com a Carta Circular nº 2.345, de 25.01.93.

(3) As instituições estrangeiras referem-se àquelas que têm sob controle estrangeiro, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante; incluem também as constituídas e sediadas no exterior com dependência ou filial no País, de acordo com a Carta Circular nº 2.345, de 25.01.93.

Como há na literatura internacional fortes evidências sobre os efeitos da oferta de crédito sobre a *performance* econômica no longo prazo é interessante avaliar os efeitos da consolidação do setor bancário teve sobre o crédito. Em particular, iremos avaliar se o recente processo de concentração bancária está contribuindo ou não para reforçar as desigualdades econômicas regionais do país.

## **2.4 Bancos e a Questão Regional no Brasil: algumas evidências recentes.**

Como vimos na seção anterior, o processo de reestruturação por qual passou o setor bancário brasileiro a partir de 1994 reduziu fortemente o número de instituições financeiras de

atuação mais regional e resultou na redução tanto de bancos estaduais como de grupos privados de médio porte com foco principal em seus estados e regiões de atuação. Submeteu também as regiões menos desenvolvidas às decisões estratégicas de grandes grupos bancários nacionais e estrangeiros, a maioria com sede na cidade de São Paulo. Este processo coloca em questão se o mesmo resulta ou não de uma redução da oferta de serviços e créditos bancários em estados/regiões mais pobres. Há autores que têm destacado que a recente onda de F&As<sup>17</sup> e de internacionalização bancária em escala mundial, ao mesmo tempo em que amplia a base de clientes bancarizados, resulta também em um processo de “exclusão financeira”, no qual segmentos de mais renda (da população ou pequenas empresas) têm acesso aos serviços bancários a custos relativamente maiores do que os demais clientes e estabelecem relações financeiras que freqüentemente resultam em uma “armadilha da dívida” (dívidas crescentes que têm que ser renegociadas)<sup>18</sup>. Este tipo de análise pode ser estendido para possíveis efeitos excludentes das F&As bancárias sobre as regiões/estados/cidades de mais baixo poder aquisitivo.

Concomitante à redução de instituições financeiras, houve também um processo de concentração regional dos centros decisórios das instituições bancárias atuantes no Brasil e a formação de grandes conglomerados bancários sediados majoritariamente em São Paulo. De acordo com os dados do Banco Central de quantitativo de instituições com sede nas UFs em 2007, das 2.437 instituições financeiras brasileiras, a região Sudeste continha 56% delas, ou seja 1.375, com São Paulo e Rio de Janeiro concentrando 40% (976) das instituições brasileiras. A Tabela 9 mostra a distribuição das instituições financeiras pelos estados brasileiros dos estados de acordo com o número de instituições financeiras presentes.

Contudo, em que pese o recente crescimento do número de agências bancárias no país, o sistema bancário brasileiro parece atuar de forma diferenciada no espaço, comportamento este que reforça as desigualdades regionais. VASCONCELOS *et al.* (2004) analisaram os efeitos que esse processo teve na redução na densidade do número de agências em todos os estados brasileiros, à exceção do Rio de Janeiro, e avaliaram que mesmo os bancos públicos federais pareciam direcionar seu foco estratégico para os grandes mercados do Sul e Sudeste, reduzindo relativamente sua presença no Norte e Nordeste. Ademais, o crescimento da proporção de municípios no país desprovidos de agências bancárias parece evidenciar uma exclusão financeira de parte da população brasileira e precário acesso ao atendimento bancário.

---

<sup>17</sup> Fusões e aquisições.

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, Dymksi (2007).

Tabela 9 - Quantitativo de instituições e participação (%) por UF e região geográfica, Brasil: 1998-2007.

UF/Região	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	total	part. (%)																		
Alagoas	8	0,3%	9	0,4%	11	0,4%	12	0,5%	11	0,4%	12	0,5%	12	0,5%	13	0,5%	13	0,5%	14	0,6%
Bahia	66	2,7%	68	2,8%	73	2,9%	80	3,2%	82	3,2%	88	3,5%	81	3,2%	79	3,2%	77	3,1%	75	3,1%
Ceará	36	1,5%	37	1,5%	35	1,4%	41	1,6%	49	1,9%	50	2,0%	49	2,0%	48	1,9%	41	1,7%	39	1,6%
Maranhão	5	0,2%	5	0,2%	6	0,2%	7	0,3%	6	0,2%	7	0,3%	6	0,2%	7	0,3%	6	0,2%	7	0,3%
Paraíba	20	0,8%	22	0,9%	23	0,9%	25	1,0%	23	0,9%	24	0,9%	24	1,0%	23	0,9%	23	0,9%	23	0,9%
Pernambuco	27	1,1%	27	1,1%	31	1,2%	34	1,3%	37	1,5%	33	1,3%	33	1,3%	31	1,3%	34	1,4%	33	1,4%
Piauí	2	0,1%	3	0,1%	3	0,1%	5	0,2%	6	0,2%	6	0,2%	6	0,2%	6	0,2%	6	0,2%	6	0,2%
Rio Grande do Norte	20	0,8%	17	0,7%	19	0,8%	22	0,9%	18	0,7%	18	0,7%	18	0,7%	16	0,6%	16	0,7%	17	0,7%
Sergipe	9	0,4%	9	0,4%	9	0,4%	9	0,4%	9	0,4%	8	0,3%	8	0,3%	8	0,3%	8	0,3%	10	0,4%
<b>NORDESTE</b>	<b>193</b>	<b>7,9%</b>	<b>197</b>	<b>8,0%</b>	<b>210</b>	<b>8,4%</b>	<b>235</b>	<b>9,3%</b>	<b>241</b>	<b>9,5%</b>	<b>246</b>	<b>9,7%</b>	<b>237</b>	<b>9,5%</b>	<b>231</b>	<b>9,4%</b>	<b>224</b>	<b>9,2%</b>	<b>224</b>	<b>9,2%</b>
Acre	3	0,1%	4	0,2%	4	0,2%	4	0,2%	5	0,2%	6	0,2%	6	0,2%	6	0,2%	6	0,2%	6	0,2%
Amapá	-	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%
Amazonas	11	0,4%	11	0,4%	11	0,4%	11	0,4%	12	0,5%	11	0,4%	11	0,4%	12	0,5%	12	0,5%	12	0,5%
Pará	45	1,8%	44	1,8%	45	1,8%	46	1,8%	44	1,7%	43	1,7%	43	1,7%	42	1,7%	40	1,6%	42	1,7%
Rondônia	8	0,3%	13	0,5%	15	0,6%	21	0,8%	26	1,0%	27	1,1%	27	1,1%	26	1,1%	27	1,1%	26	1,1%
Roraima	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%
Tocantins	2	0,1%	3	0,1%	8	0,3%	8	0,3%	9	0,4%	5	0,2%	5	0,2%	4	0,2%	4	0,2%	6	0,2%
<b>NORTE</b>	<b>71</b>	<b>2,9%</b>	<b>78</b>	<b>3,2%</b>	<b>86</b>	<b>3,4%</b>	<b>93</b>	<b>3,7%</b>	<b>99</b>	<b>3,9%</b>	<b>95</b>	<b>3,7%</b>	<b>95</b>	<b>3,8%</b>	<b>93</b>	<b>3,8%</b>	<b>92</b>	<b>3,8%</b>	<b>95</b>	<b>3,9%</b>
Distrito Federal	50	2,0%	52	2,1%	51	2,0%	56	2,2%	55	2,2%	55	2,2%	55	2,2%	47	1,9%	45	1,8%	45	1,8%
Goiás	45	1,8%	46	1,9%	49	2,0%	51	2,0%	51	2,0%	52	2,1%	54	2,2%	57	2,3%	59	2,4%	59	2,4%
Mato Grosso	35	1,4%	38	1,5%	45	1,8%	51	2,0%	53	2,1%	50	2,0%	48	1,9%	44	1,8%	46	1,9%	47	1,9%
Mato Grosso do Sul	22	0,9%	23	0,9%	24	1,0%	24	0,9%	22	0,9%	22	0,9%	19	0,8%	18	0,7%	18	0,7%	18	0,7%
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>152</b>	<b>6,2%</b>	<b>159</b>	<b>6,5%</b>	<b>169</b>	<b>6,7%</b>	<b>182</b>	<b>7,2%</b>	<b>181</b>	<b>7,1%</b>	<b>179</b>	<b>7,1%</b>	<b>176</b>	<b>7,0%</b>	<b>166</b>	<b>6,7%</b>	<b>168</b>	<b>6,9%</b>	<b>169</b>	<b>6,9%</b>
Espírito Santo	57	2,3%	62	2,5%	67	2,7%	65	2,6%	63	2,5%	61	2,4%	55	2,2%	55	2,2%	52	2,1%	52	2,1%
Minas Gerais	387	15,8%	394	16,0%	393	15,7%	381	15,0%	374	14,7%	372	14,7%	365	14,6%	359	14,6%	354	14,5%	347	14,2%
Rio de Janeiro	292	11,9%	282	11,5%	273	10,9%	263	10,4%	253	10,0%	243	9,6%	230	9,2%	216	8,8%	207	8,5%	202	8,3%
São Paulo	846	34,6%	836	34,0%	838	33,5%	831	32,8%	812	32,0%	808	31,9%	798	32,0%	782	31,7%	779	31,8%	774	31,8%
<b>SUDESTE</b>	<b>1.582</b>	<b>64,7%</b>	<b>1.574</b>	<b>64,0%</b>	<b>1.571</b>	<b>62,7%</b>	<b>1.540</b>	<b>60,8%</b>	<b>1.502</b>	<b>59,2%</b>	<b>1.484</b>	<b>58,6%</b>	<b>1.448</b>	<b>58,0%</b>	<b>1.412</b>	<b>57,3%</b>	<b>1.392</b>	<b>56,9%</b>	<b>1.375</b>	<b>56,4%</b>
Paraná	145	5,9%	151	6,1%	160	6,4%	162	6,4%	178	7,0%	183	7,2%	193	7,7%	200	8,1%	200	8,2%	201	8,2%
Rio Grande do Sul	195	8,0%	192	7,8%	196	7,8%	201	7,9%	203	8,0%	211	8,3%	213	8,5%	216	8,8%	212	8,7%	211	8,7%
Santa Catarina	109	4,5%	108	4,4%	113	4,5%	120	4,7%	132	5,2%	136	5,4%	135	5,4%	146	5,9%	159	6,5%	162	6,6%
<b>SUL</b>	<b>449</b>	<b>18,3%</b>	<b>451</b>	<b>18,3%</b>	<b>469</b>	<b>18,7%</b>	<b>483</b>	<b>19,1%</b>	<b>513</b>	<b>20,2%</b>	<b>530</b>	<b>20,9%</b>	<b>541</b>	<b>21,7%</b>	<b>562</b>	<b>22,8%</b>	<b>571</b>	<b>23,3%</b>	<b>574</b>	<b>23,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.447</b>	<b>100%</b>	<b>2.459</b>	<b>100%</b>	<b>2.505</b>	<b>100%</b>	<b>2.533</b>	<b>100%</b>	<b>2.536</b>	<b>100%</b>	<b>2.534</b>	<b>100%</b>	<b>2.497</b>	<b>100%</b>	<b>2.464</b>	<b>100%</b>	<b>2.447</b>	<b>100%</b>	<b>2.437</b>	<b>100%</b>

Fonte: BCB/CADINF - DEORF/COPEC (BACEN 2008a).

A Tabela 10 ilustra a distribuição geográfica das agências bancárias no território brasileiro no período de 1994 a 2007. Constata-se que de forma geral, todos os estados brasileiros perderam participação relativa no número de agências ao longo do período analisado, com exceção dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal, que aumentaram sua participação; e os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Amazonas que mantiveram em 2007 a mesma participação que detinham em 1994.

Percebe-se a região Sudeste aumentou sua participação percentual praticamente em todo o período entre 1994 e 2007. Em 1994, a região Sudeste concentrava 50,1% do total de agências brasileiro, em 2001 detinha 54,9%, sua participação percentual teve ligeira queda nos anos de 2004-2006, com posterior reconcentração e atingindo, em 2007, 54,8% desse total. A região Sul apresentou queda na participação no total de agências em todo o período analisado, concentrando 21,4% em 1994 até alcançar 19,7% em 2007.

A região Norte representou comportamento semelhante ao da região Sul, sua participação foi reduzindo ano a ano. Em 1994 concentrava cerca de 16% do total de agências no Brasil mas, em 2007, continha 14,1% desse total. A região Nordeste apresentou queda em sua participação também praticamente em todo período analisado, com um breve crescimento em sua participação no ano de 2004 quando concentrou 14,5% do total de agências bancárias no Brasil. Em 1994 sua participação era de 16,1%, reduzindo para 14,1% ao final de 2007.

A região Centro-Oeste também apresentou queda em sua participação entre 1994 e 2007. Detinha, em 1994, 8,2% das agências bancárias brasileiras e em 2007, 7,5% de participação. Apesar do crescimento do número de agências no Distrito Federal ao longo desse período, esse aumento foi mais do que compensado pela perda relativa no total de agências pelos outros estados, sobretudo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que reduziram sua participação de 1,7% em 1994, para 1,4% e 1,3% em 2007, respectivamente.

O processo de consolidação do setor bancário no Brasil parece ter uma relação muito forte com a teoria de economias centrais e periféricas. Há uma atuação bancária concentradora, privilegiando a intermediação financeira em localidades mais ricas. O Gráfico 6 mostra a participação relativa das regiões brasileiras na atividade de intermediação financeira<sup>19</sup>, com significativo destaque para a região Sudeste, em detrimento das demais regiões.

---

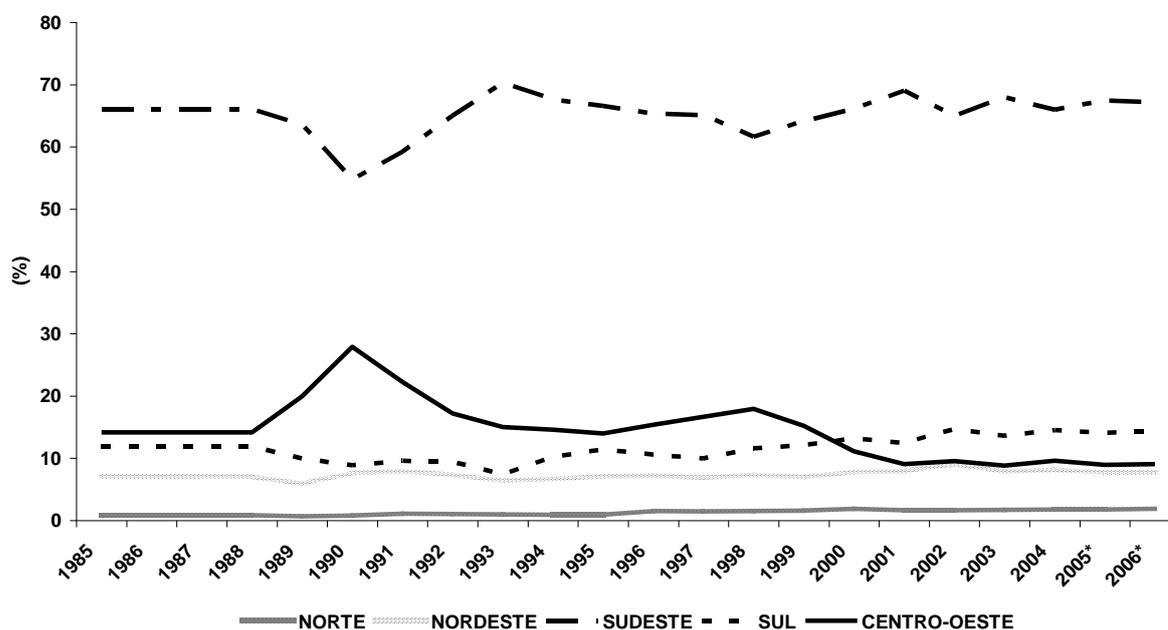
<sup>19</sup> O IBGE denomina intermediação financeira as instituições que “operam com a capacidade de criar, coletar e redistribuir fundos financeiros”. (IBGE 2008:43)

Tabela 10 - Quantitativo de agências e participação (%) por UF e região geográfica, Brasil: 1994-2007 (anos selecionados).

UF/REGIÃO	1994		1996		1998		2000		2002		2004		2006		2007	
	total	part.(%)														
Alagoas	161	0,9%	150	0,9%	109	0,7%	106	0,6%	112	0,7%	123	0,7%	126	0,7%	128	0,7%
Bahia	885	5,1%	786	4,8%	733	4,6%	723	4,4%	726	4,3%	745	4,3%	762	4,2%	776	4,2%
Ceará	386	2,2%	361	2,2%	329	2,1%	321	2,0%	338	2,0%	358	2,1%	369	2,0%	377	2,0%
Maranhão	292	1,7%	269	1,6%	244	1,5%	241	1,5%	247	1,5%	225	1,3%	226	1,3%	234	1,3%
Paraíba	189	1,1%	177	1,1%	148	0,9%	147	0,9%	151	0,9%	170	1,0%	173	1,0%	180	1,0%
Pernambuco	503	2,9%	478	2,9%	414	2,6%	411	2,5%	433	2,5%	470	2,7%	480	2,7%	488	2,6%
Piauí	119	0,7%	109	0,7%	108	0,7%	101	0,6%	105	0,6%	113	0,7%	117	0,6%	118	0,6%
Rio Grande do Norte	136	0,8%	129	0,8%	122	0,8%	124	0,8%	130	0,8%	134	0,8%	149	0,8%	154	0,8%
Sergipe	173	1,0%	155	0,9%	142	0,9%	144	0,9%	148	0,9%	156	0,9%	162	0,9%	166	0,9%
<b>NORDESTE</b>	<b>4.838</b>	<b>28,0%</b>	<b>4.610</b>	<b>27,9%</b>	<b>4.347</b>	<b>27,3%</b>	<b>4.318</b>	<b>26,4%</b>	<b>4.392</b>	<b>25,9%</b>	<b>4.498</b>	<b>26,1%</b>	<b>4.570</b>	<b>25,3%</b>	<b>4.628</b>	<b>25,0%</b>
Acre	41	0,2%	36	0,2%	23	0,1%	24	0,1%	25	0,1%	31	0,2%	35	0,2%	35	0,2%
Amapá	18	0,1%	17	0,1%	14	0,1%	13	0,1%	16	0,1%	23	0,1%	27	0,1%	28	0,2%
Amazonas	135	0,8%	124	0,8%	119	0,7%	120	0,7%	129	0,8%	131	0,8%	148	0,8%	155	0,8%
Pará	298	1,7%	270	1,6%	248	1,6%	247	1,5%	251	1,5%	272	1,6%	299	1,7%	304	1,6%
Rondônia	100	0,6%	94	0,6%	72	0,5%	73	0,4%	73	0,4%	87	0,5%	89	0,5%	91	0,5%
Roraima	20	0,1%	20	0,1%	13	0,1%	13	0,1%	14	0,1%	17	0,1%	19	0,1%	19	0,1%
Tocantins	90	0,5%	98	0,6%	64	0,4%	66	0,4%	70	0,4%	80	0,5%	87	0,5%	92	0,5%
<b>NORTE</b>	<b>702</b>	<b>4,1%</b>	<b>659</b>	<b>4,0%</b>	<b>553</b>	<b>3,5%</b>	<b>556</b>	<b>3,4%</b>	<b>578</b>	<b>3,4%</b>	<b>641</b>	<b>3,7%</b>	<b>704</b>	<b>3,9%</b>	<b>724</b>	<b>3,9%</b>
Distrito Federal	235	1,4%	233	1,4%	248	1,6%	257	1,6%	288	1,7%	303	1,8%	313	1,7%	322	1,7%
Goiás	587	3,4%	562	3,4%	528	3,3%	510	3,1%	540	3,2%	543	3,2%	566	3,1%	574	3,1%
Mato Grosso	298	1,7%	247	1,5%	202	1,3%	208	1,3%	213	1,3%	235	1,4%	246	1,4%	255	1,4%
Mato Grosso do Sul	303	1,8%	283	1,7%	213	1,3%	215	1,3%	217	1,3%	222	1,3%	227	1,3%	232	1,3%
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1.423</b>	<b>8,2%</b>	<b>1.325</b>	<b>8,0%</b>	<b>1.191</b>	<b>7,5%</b>	<b>1.190</b>	<b>7,3%</b>	<b>1.258</b>	<b>7,4%</b>	<b>1.303</b>	<b>7,6%</b>	<b>1.352</b>	<b>7,5%</b>	<b>1.383</b>	<b>7,5%</b>
Espírito Santo	318	1,8%	302	1,8%	279	1,8%	282	1,7%	305	1,8%	318	1,8%	369	2,0%	376	2,0%
Minas Gerais	1.873	10,8%	1.826	11,1%	1.777	11,2%	1.770	10,8%	1.849	10,9%	1.830	10,6%	1.859	10,3%	1.898	10,2%
Rio de Janeiro	1.438	8,3%	1.393	8,4%	1.437	9,0%	1.555	9,5%	1.654	9,7%	1.616	9,4%	1.703	9,4%	1.755	9,5%
São Paulo	4.991	28,9%	4.914	29,8%	4.997	31,4%	5.295	32,4%	5.507	32,4%	5.527	32,1%	5.886	32,6%	6.118	33,0%
<b>SUDESTE</b>	<b>8.620</b>	<b>49,9%</b>	<b>8.435</b>	<b>51,1%</b>	<b>8.490</b>	<b>53,3%</b>	<b>8.902</b>	<b>54,5%</b>	<b>9.315</b>	<b>54,8%</b>	<b>9.291</b>	<b>54,0%</b>	<b>9.817</b>	<b>54,4%</b>	<b>10.147</b>	<b>54,8%</b>
Paraná	1.379	8,0%	1.265	7,7%	1.228	7,7%	1.243	7,6%	1.272	7,5%	1.243	7,2%	1.284	7,1%	1.281	6,9%
Rio Grande do Sul	1.495	8,6%	1.401	8,5%	1.340	8,4%	1.341	8,2%	1.369	8,1%	1.407	8,2%	1.462	8,1%	1.489	8,0%
Santa Catarina	825	4,8%	796	4,8%	776	4,9%	781	4,8%	802	4,7%	829	4,8%	852	4,7%	886	4,8%
<b>SUL</b>	<b>3.699</b>	<b>21,4%</b>	<b>3.462</b>	<b>21,0%</b>	<b>3.344</b>	<b>21,0%</b>	<b>3.365</b>	<b>20,6%</b>	<b>3.443</b>	<b>20,3%</b>	<b>3.479</b>	<b>20,2%</b>	<b>3.598</b>	<b>20,0%</b>	<b>3.656</b>	<b>19,7%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.288</b>	<b>100,0%</b>	<b>16.495</b>	<b>100,0%</b>	<b>15.927</b>	<b>100,0%</b>	<b>16.331</b>	<b>100,0%</b>	<b>16.984</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.208</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.035</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.531</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Sisbacen. (BACEN 2008c)

**Gráfico 6 - Participação das Grandes Regiões na Atividade de Intermediação Financeira, Brasil: 1985 – 2006.**



Fonte: Contas Regionais do IBGE, referência 1985 e 2002. (IBGE 2008)

Nota: \*Nova metodologia de cálculo de cálculo do Valor Adicionado Bruto utilizada pelo IBGE.

O Gráfico 7 ilustra graficamente a comparação entre participação econômica e a participação na atividade de intermediação financeira para cada estado brasileiro nos anos de 1994, 1998, 2002 e 2006 e a Tabela 11 fornece a participação relativa das unidades da federação nas atividades econômicas como um todo e também somente na atividade de intermediação financeira.

Observa-se expressiva participação do Distrito Federal na atividade de intermediação financeira, em relação à sua participação nas demais atividades econômicas. Esse fato se deve, como o próprio IBGE adverte, a muitas operações do Banco Central, Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, e ainda operações do Tesouro Nacional serem contabilizadas no Distrito Federal. Observa-se a relevante predominância do estado de São Paulo tanto em sua participação na economia brasileira quanto na participação na atividade financeira. No entanto, apesar do estado apresentar participação econômica praticamente constante no PIB brasileiro durante os anos analisados, sua participação na atividade financeira aumenta no mesmo período, enfatizando a tendência de concentração dessa atividade no estado. A participação de São Paulo na atividade financeira cresce de 47,7% em 1994 para 50,4% em 2006.

A região Sul apresentou significativo aumento na atividade de intermediação financeira, de 10,2% em 1994 para 14,2% em 2006. Rio Grande do Sul, Paraná e Santa

Catarina, que concentravam 4,2%, 4,8% e 1,2% em 1994, respectivamente; passaram a concentrar em 2006 5,9%, 5,8% e 2,5% desta atividade. Em oposto, verifica-se uma perda relativa da participação econômica desses estados nesse mesmo período. Os estados da região Sul, que em 1994 respondiam por 18,7% da produção total brasileira; em 2006 passaram a responder por concentraram 16,3%, essa queda deve-se principalmente a perda relativa do Rio Grande do Sul que caiu de 8,9% (1994) para 5,8% (2006).

Verifica-se um movimento de uma concentração geográfica das atividades financeiras em comparação com a concentração das demais atividades econômicas em São Paulo e nos estados da Região Sul. Esse processo deve-se também ao fato de que serviços financeiros tendem a se concentrar fortemente em grandes centros econômicos.

As regiões Norte e Centro-Oeste, que apresentam as menores expressões econômicas em âmbito nacional, a concentração econômica variou de 6,1% em ambos em 1994, para 6,1% e 8,0% , respectivamente, em 2006. Destaca-se a perda relativa do Distrito Federal que em 1994 detinha 12,6% de participação, passa a deter 5,7% ao final de 2006, devido principalmente a maior participação de bancos privados no sistema financeiro nacional.

Esses dados corroboram a hipótese abordada teoricamente pelos pós-keynesianos de que um sistema bancário baseado em grandes bancos como o brasileiro, produz tendência à concentração bancária<sup>20</sup>. Não apenas porque as sedes bancárias concentram-se em grandes centros econômicos, no caso do Brasil principalmente em São Paulo, mas também porque alimenta e acentua o processo de concentração das demais atividades econômicas, principalmente a atividade industrial.

Neste sentido, segue a idéia de Myrdal de causação acumulativa: mais confiança pressupõe mais negócios e maior capacidade de alcançar economias de escala, que inspiram ainda mais confiança, perpetuando esse mecanismo. Desta forma, como sugere DOW (1999), o desenvolvimento das diversas regiões tende a ser afetado pelo diferente estágio de desenvolvimento bancário. Segundo essa teoria, a lógica de mercado permite a concentração de crédito em regiões centrais, devido à maior estabilidade e menor incerteza. Desta forma, as firmas localizadas próximas aos grandes centros têm posição privilegiada na obtenção de crédito e a serviços bancários mais diversificados.

---

<sup>20</sup> Dow (1999) apresenta alguns modelos em que o sistema financeiro, juntamente com o lado real da economia, pode fomentar padrões de desenvolvimento regional desiguais. A autora conclui que existe uma tendência, inerente ao sistema financeiro, de se concentrar em determinados locais, notadamente nos centros financeiros mais desenvolvidos. A tendência relaciona-se à capacidade de os bancos localizados nestes centros inspirarem maior confiança nos agentes econômicos e, portanto, gerarem mais crescimento e lucros.

**Tabela 11 - Participação da UF no PIB e na Atividade de Intermediação Financeira, Brasil: 1994 a 2006 (anos selecionados).**

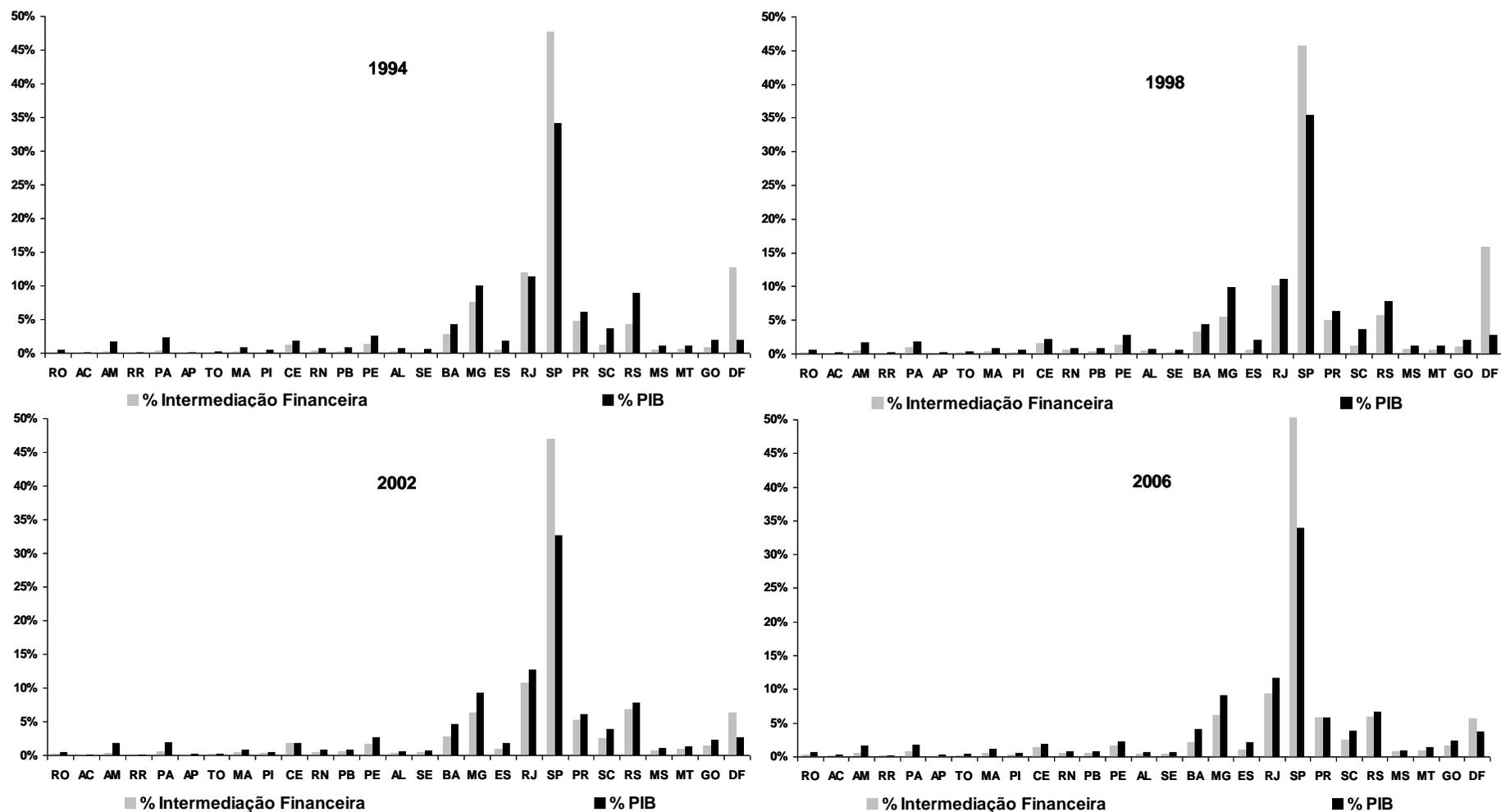
UF/REGIÃO	1994		1996		1998		2000		2002		2004		2006*	
	PIB (%)	Int. Financeira (%)												
Alagoas	0,7%	0,2%	0,7%	0,2%	0,7%	0,3%	0,6%	0,4%	0,7%	0,4%	0,7%	0,4%	0,7%	0,3%
Bahia	4,3%	2,8%	4,2%	2,9%	4,2%	3,1%	4,4%	2,5%	4,6%	2,8%	4,9%	2,4%	4,1%	2,2%
Ceará	1,9%	1,3%	2,0%	1,6%	2,1%	1,4%	1,9%	1,3%	1,8%	1,8%	1,9%	1,7%	2,0%	1,4%
Maranhão	0,8%	0,2%	0,9%	0,2%	0,8%	0,3%	0,8%	0,5%	0,8%	0,5%	0,9%	0,5%	1,2%	0,5%
Paraíba	0,8%	0,2%	0,8%	0,2%	0,8%	0,2%	0,8%	0,4%	0,9%	0,6%	0,8%	0,5%	0,8%	0,5%
Pernambuco	2,6%	1,4%	2,7%	1,4%	2,7%	1,2%	2,6%	1,6%	2,7%	1,7%	2,7%	1,5%	2,3%	1,7%
Piauí	0,5%	0,1%	0,5%	0,1%	0,5%	0,1%	0,5%	0,3%	0,5%	0,4%	0,5%	0,3%	0,5%	0,7%
Rio Grande do Norte	0,7%	0,4%	0,8%	0,4%	0,7%	0,4%	0,8%	0,4%	0,9%	0,5%	0,9%	0,5%	0,9%	0,5%
Sergipe	0,6%	0,1%	0,6%	0,2%	0,6%	0,2%	0,5%	0,4%	0,7%	0,5%	0,7%	0,4%	0,6%	0,3%
<b>NORDESTE</b>	<b>12,9%</b>	<b>6,7%</b>	<b>13,2%</b>	<b>7,2%</b>	<b>13,1%</b>	<b>7,3%</b>	<b>13,1%</b>	<b>7,8%</b>	<b>13,5%</b>	<b>9,1%</b>	<b>14,1%</b>	<b>8,1%</b>	<b>13,1%</b>	<b>7,7%</b>
Acre	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%
Amapá	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,0%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%
Amazonas	1,7%	0,2%	1,8%	0,4%	1,7%	0,4%	1,7%	0,5%	1,9%	0,4%	2,0%	0,4%	1,7%	0,5%
Pará	2,4%	0,4%	1,8%	0,9%	1,7%	0,8%	1,7%	0,9%	1,9%	0,6%	1,9%	0,8%	1,9%	0,8%
Rondônia	0,4%	0,1%	0,5%	0,1%	0,5%	0,1%	0,5%	0,2%	0,5%	0,2%	0,6%	0,2%	0,6%	0,2%
Roraima	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%
Tocantins	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,3%	0,2%	0,4%	0,2%
<b>NORTE</b>	<b>5,1%</b>	<b>0,9%</b>	<b>4,6%</b>	<b>1,5%</b>	<b>4,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>4,6%</b>	<b>1,9%</b>	<b>5,0%</b>	<b>1,6%</b>	<b>5,3%</b>	<b>1,8%</b>	<b>5,1%</b>	<b>1,9%</b>
Distrito Federal	1,9%	12,6%	2,1%	13,1%	2,7%	15,8%	2,7%	8,3%	2,7%	6,3%	2,5%	6,2%	3,8%	5,7%
Goiás	2,0%	0,8%	1,9%	1,3%	1,9%	1,0%	2,0%	1,4%	2,3%	1,5%	2,3%	1,6%	2,4%	1,7%
Mato Grosso	1,1%	0,6%	1,0%	0,5%	1,1%	0,5%	1,2%	0,8%	1,3%	1,0%	1,6%	1,0%	1,5%	0,9%
Mato Grosso do Sul	1,1%	0,5%	1,1%	0,5%	1,1%	0,6%	1,1%	0,6%	1,1%	0,8%	1,1%	0,8%	1,0%	0,8%
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>6,1%</b>	<b>14,6%</b>	<b>6,1%</b>	<b>15,3%</b>	<b>6,8%</b>	<b>17,9%</b>	<b>7,0%</b>	<b>11,1%</b>	<b>7,4%</b>	<b>9,6%</b>	<b>7,5%</b>	<b>9,6%</b>	<b>8,7%</b>	<b>9,0%</b>
Espírito Santo	1,8%	0,5%	1,9%	0,5%	1,9%	0,5%	2,0%	1,2%	1,8%	0,9%	2,0%	1,1%	2,2%	1,1%
Minas Gerais	10,0%	7,6%	10,1%	5,4%	9,8%	5,4%	9,6%	6,0%	9,3%	6,3%	9,4%	7,4%	9,1%	6,2%
Rio de Janeiro	11,3%	11,9%	11,1%	10,5%	11,0%	10,0%	12,5%	10,9%	12,6%	10,7%	12,6%	9,3%	11,6%	9,3%
São Paulo	34,1%	47,7%	34,9%	48,9%	35,5%	45,7%	33,7%	48,0%	32,6%	47,0%	30,9%	48,1%	33,9%	50,4%
<b>SUDESTE</b>	<b>57,3%</b>	<b>67,6%</b>	<b>58,1%</b>	<b>65,4%</b>	<b>58,2%</b>	<b>61,6%</b>	<b>57,8%</b>	<b>66,1%</b>	<b>56,3%</b>	<b>65,0%</b>	<b>54,9%</b>	<b>66,0%</b>	<b>56,8%</b>	<b>67,1%</b>
Paraná	6,1%	4,8%	6,1%	4,0%	6,2%	4,9%	6,0%	5,3%	6,1%	5,3%	6,2%	5,7%	5,8%	5,8%
Rio Grande do Sul	8,9%	4,2%	8,1%	5,4%	7,7%	5,6%	7,7%	5,9%	7,8%	6,9%	8,1%	6,3%	6,6%	5,9%
Santa Catarina	3,7%	1,2%	3,8%	1,1%	3,5%	1,1%	3,9%	2,0%	3,9%	2,6%	4,0%	2,4%	3,9%	2,5%
<b>SUL</b>	<b>18,7%</b>	<b>10,2%</b>	<b>18,0%</b>	<b>10,5%</b>	<b>17,5%</b>	<b>11,6%</b>	<b>17,6%</b>	<b>13,2%</b>	<b>17,7%</b>	<b>14,7%</b>	<b>18,2%</b>	<b>14,5%</b>	<b>16,3%</b>	<b>14,2%</b>

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, IBGE. (IBGE 2008)

Nota: \*Referência 2002. Demais dados referência 1985.

Como mostram MENEZES *et al.* (2007), no Brasil existe ainda um outro agravante. A instalação da atividade industrial em regiões periféricas, sob incentivos governamentais, foi realizada nesses locais principalmente a partir de criação de filiais por empresas cujas sedes encontram-se em regiões centrais. Há, dessa forma, vazamento de depósitos e as operações de crédito ocorrem onde as sedes das empresas estão. “Constata-se a prevalência de um processo circular vicioso que, na ausência de intervenção, tende a se perpetuar” (MENEZES *et al.* 2007:297).

Gráfico 7 – Comparação entre a participação da UF no PIB e na Intermediação Financeira, Brasil: 1994, 1998, 2002 e 2006.

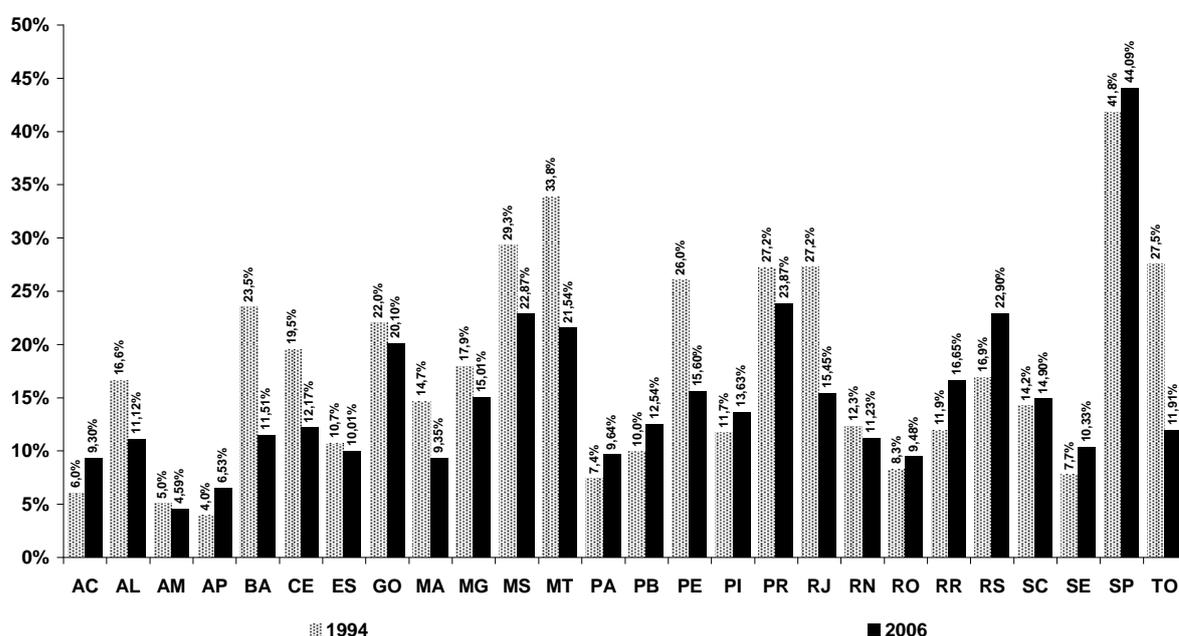


Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, IBGE. (IBGE 2008)

Nota: \*Referência 2002. Demais dados referência 1985.

A relação crédito/PIB no Brasil além de baixa encobre grandes diferenças entre os estados. O Gráfico 8 exibe a evolução das razões crédito/PIB<sup>21</sup> por estado entre 1994 e 2006 e aponta a significativa desigualdade da relação crédito bancário/PIB estadual entre os diferentes estados brasileiros. O estado de São Paulo apresenta uma relação crédito/PIB bastante superior aos demais estados brasileiros. Em 1994 essa relação era de 41,8%, subindo para 44,1% em 2006, percentual bem distante dos valores observados para os outros estados, o Distrito Federal<sup>22</sup> foi excluído da análise por apresentar características bastante distintas dos demais estados brasileiros, dificultando assim a análise gráfica.

**Gráfico 8 - Razão crédito/PIB estadual, Brasil: 1994 e 2006.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de crédito do Banco Central e Contas Regionais do IBGE. (BACEN 2008c; IBGE 2008)

Os dados apresentados na Tabela 12 ressaltam a forte concentração de crédito bancário nos estados do Sudeste ocorrida na última década. Acredita-se que esse comportamento se deve, em boa parte, à aquisição de bancos com marcada atuação regional por grandes conglomerados bancários sediados na região. A mudança do controle desses bancos para o Sudeste fez com que as operações de crédito também fossem deslocadas para essa região. De fato, há uma excessiva concentração do crédito na região Sudeste.

<sup>21</sup> É errôneo utilizar o termo “PIB” para o total da atividade econômica desenvolvida pelos estados. Os valores que chamamos “PIB estadual” são na verdade o Valor Adicionado Bruto por estado, calculados pelo IBGE na publicação Contas Regionais. Mantivemos o termo PIB para facilitar o entendimento e a comparação com a razão apresentada anteriormente na qual comparamos o total de crédito concedido no país com o PIB brasileiro.

<sup>22</sup> O Distrito Federal apresentou em 1994 um relação crédito/PIB de 156% e de 33% em 2006. O resultado obtido em 1994 compromete a análise gráfica dos demais estados brasileiros. O Distrito Federal trata-se de uma exceção por ser sede dos dois maiores bancos públicos brasileiros e outras instituições públicas, o que tem influência nos valores informados de concessão de crédito sem refletir necessariamente a realidade.

**Tabela 12 - Participação do estado no crédito total concedido, Brasil: 1994-2007.**

Estado/Região	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DF	10,4%	5,7%	2,7%	4,9%	7,6%	9,8%	8,9%	7,7%	5,0%	5,3%	4,6%	4,9%	4,7%	4,1%
GO	1,2%	2,2%	1,8%	4,2%	1,7%	1,4%	1,4%	1,3%	1,3%	1,6%	1,8%	1,9%	1,9%	1,7%
MS	1,1%	1,1%	1,1%	1,0%	0,8%	0,8%	0,7%	0,6%	0,7%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%
MT	0,8%	1,3%	1,4%	1,7%	1,5%	1,1%	1,0%	0,9%	0,9%	1,1%	1,3%	1,3%	1,2%	1,1%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>13,5%</b>	<b>10,4%</b>	<b>7,2%</b>	<b>11,9%</b>	<b>11,6%</b>	<b>13,1%</b>	<b>11,9%</b>	<b>10,6%</b>	<b>7,9%</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,5%</b>	<b>9,1%</b>	<b>8,7%</b>	<b>7,7%</b>
AL	0,4%	0,4%	0,4%	0,6%	0,6%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
BA	3,9%	3,6%	1,4%	2,6%	2,7%	2,8%	2,9%	2,5%	2,0%	2,1%	2,0%	1,9%	1,8%	1,5%
CE	1,6%	1,8%	2,0%	1,3%	1,3%	1,1%	1,0%	1,1%	0,8%	0,9%	1,1%	1,0%	0,9%	0,8%
MA	0,8%	0,4%	0,3%	1,2%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%
PB	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,3%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
PE	2,5%	2,9%	2,1%	2,0%	2,0%	1,8%	1,6%	1,3%	1,1%	1,0%	1,1%	1,2%	1,4%	1,3%
PI	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
RN	0,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	0,3%
SE	0,2%	0,2%	0,2%	1,0%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
<b>Nordeste</b>	<b>10,3%</b>	<b>10,0%</b>	<b>7,2%</b>	<b>9,7%</b>	<b>8,6%</b>	<b>8,6%</b>	<b>8,2%</b>	<b>7,1%</b>	<b>5,8%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,1%</b>	<b>5,6%</b>
AC	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
AM	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%	1,6%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
AP	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
PA	0,6%	0,6%	8,0%	2,0%	0,8%	0,7%	0,6%	0,6%	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%
RO	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
RR	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
TO	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
<b>Norte</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,2%</b>	<b>8,8%</b>	<b>2,9%</b>	<b>2,8%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,2%</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,2%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,5%</b>
ES	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	0,8%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%	0,8%
MG	5,7%	6,0%	4,8%	4,7%	4,6%	4,8%	5,1%	4,7%	4,8%	5,0%	5,6%	6,4%	5,2%	5,1%
RJ	17,9%	11,1%	6,7%	7,5%	10,3%	9,9%	11,2%	8,5%	8,7%	8,4%	7,9%	7,5%	6,9%	6,6%
SP	38,3%	44,6%	52,7%	51,7%	49,1%	48,9%	49,6%	56,1%	60,1%	57,9%	56,5%	55,3%	57,3%	60,5%
<b>Sudeste</b>	<b>62,5%</b>	<b>62,4%</b>	<b>64,9%</b>	<b>64,8%</b>	<b>64,7%</b>	<b>64,6%</b>	<b>66,8%</b>	<b>70,1%</b>	<b>74,3%</b>	<b>72,0%</b>	<b>70,8%</b>	<b>70,1%</b>	<b>70,2%</b>	<b>73,0%</b>
PR	4,4%	9,0%	5,5%	4,5%	4,7%	5,0%	4,7%	4,8%	4,5%	4,8%	5,2%	5,0%	5,3%	5,0%
RS	5,6%	5,4%	4,9%	4,5%	5,5%	5,4%	5,2%	4,5%	4,7%	5,3%	5,8%	6,1%	5,8%	5,2%
SC	2,3%	1,7%	1,6%	1,7%	2,0%	1,9%	1,8%	1,7%	1,8%	1,9%	2,1%	2,2%	2,2%	2,1%
<b>Sul</b>	<b>12,4%</b>	<b>16,1%</b>	<b>12,0%</b>	<b>10,8%</b>	<b>12,2%</b>	<b>12,3%</b>	<b>11,7%</b>	<b>11,0%</b>	<b>10,9%</b>	<b>12,0%</b>	<b>13,1%</b>	<b>13,3%</b>	<b>13,3%</b>	<b>12,2%</b>
<b>BRASIL</b>	<b>100,0%</b>													

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de crédito obtidos no Sisbacen (BACEN 2008c).

Podemos observar um aumento da participação relativa das regiões Sul e Sudeste no crédito total concedido em praticamente todo o período a partir de 1994. Paralelamente, observa-se a diminuição da participação de todas as outras regiões brasileiras (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) no total de crédito ofertado pelo sistema financeiro no mesmo período. Em 1994 a região Sudeste concentrava 62,5% do crédito concedido no Brasil, seguido pelas regiões Centro-Oeste<sup>23</sup> (13,5%) e Sul (12,4%). No entanto, em 2007, a região Sudeste respondia por 73% do crédito disponibilizado, seguido pelas regiões Sul (12,2%) e Centro-Oeste (7,7%). Esses dados fornecem evidências de que a consolidação do setor foi acompanhada por uma concentração do crédito.

No Brasil, a relação entre a participação no PIB e a participação nas operações de crédito não é direta e a partir dos dados atesta-se que São Paulo ampliou sua vantagem em

<sup>23</sup> Tal desempenho explica-se pela presença do Distrito Federal, sede da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, tal como de diversas instituições públicas que adquirem crédito através dessas instituições públicas.

relação aos demais estados, tanto em termos de estado-sede de conglomerados bancários, como na participação do crédito concedido no país e desempenho na relação crédito/PIB estadual.

A partir da concentração da atividade financeira e do crédito em estados com melhor desempenho econômico, sobretudo São Paulo partir de 1994, pode-se conceber que o mercado bancário possa estar contribuindo para o aprofundamento das desigualdades regionais brasileiras.

OREIRO (2005:3) argumenta que a teoria pós-keynesiana da firma bancária não é capaz de avaliar o impacto sobre o preço e a disponibilidade do crédito bancário de um aumento do grau de concentração no setor bancário e ressalta a redução da “eficiência social<sup>24</sup>” dos bancos a partir desse processo de fusões e aquisições bancárias. O nível de atividade econômica, no entanto, não depende apenas do volume de crédito concedido pelos bancos, mas também da forma como esse crédito é concedido.

A interdependência entre oferta e demanda de crédito regional é um fator chave da teoria pós-keynesiana. Como apresentamos no Capítulo 1, oferta de crédito é influenciada tanto pela preferência pela liquidez quanto pelo estágio de desenvolvimento bancário e as expectativas possuem forte influência na maneira como os bancos realizam suas decisões. Regiões menos desenvolvidas com bancos em estágios menos desenvolvidos têm menor capacidade de criação de crédito, pois estão mais suscetíveis a baixas taxas de poupança e depósitos. Espera-se assim que um processo de concentração bancária que diminua a participação dos bancos com atuação mais regional tenda a acentuar as restrições financeiras dessas regiões.

Considerando que bancos e tomadores de empréstimos tenham seu comportamento diferenciado segundo sua localização em regiões periféricas ou centrais, onde o nível de informação, o risco e a disposição em emprestar ou tomar emprestado variam, com reflexo sobre os níveis de preferência pela liquidez e aversão ao risco dos agentes. Desta forma, acredita-se que a preferência pela liquidez do setor bancário interfira em sua disposição a emprestar e determine a oferta de crédito em determinada região.

A partir dessa visão, acreditamos que o novo ambiente de concentração do setor bancário acarretou alterações sobre a decisão de conceder crédito, uma vez que reflete a diferenciação das regiões em centro e periferia. Os diversos dados apresentados nesse capítulo apontam uma significativa desigualdade entre os estados brasileiros, tanto em termos

---

<sup>24</sup> O autor utiliza o termo de eficiência social utilizado por Dymski que a define como uma medida de melhoria de acesso ao capital por grupos de tomadores que historicamente se deparavam com barreiras. (DYMSKI 1999)

econômicos quanto na oferta ao crédito e acesso ao atendimento bancário, o que representa também uma desigualdade na formação de expectativas ao longo do território que tem impacto sobre a concessão de crédito.

O Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe) do Cedeplar/UFMG calculou um Índice de Preferência pela Liquidez dos Bancos (PPLB) a partir das contas do ativo e passivo do sistema financeiro, composto por:

$$PPBL = \frac{DEPVISTA}{EMP + TIT} \therefore$$

DEPVISTA = depósitos à vista do setor privado

EMP + TIT = empréstimos e títulos descontados.

As contas utilizadas foram: (a) “depósitos à vista”, que representa a intenção do público em manter seus ativos mais líquidos possíveis; e (b) “Operações de Crédito”, que, em certo grau, representa a disposição bancária em emprestar dinheiro (ou tornar seus ativos menos líquidos). É esperado que quanto maior o índice, maior a preferência pela liquidez dos bancos; ou seja, os bancos estão emprestando menos (ficando com ativos mais líquidos). (CAVALCANTE *et al.* 2006). O Mapa 1 abaixo exhibe os valores encontrados para o índice de preferência pela liquidez bancária distribuídos nos estados brasileiros nos anos de 1994 e 2006<sup>25</sup>.

Os indicadores de PPLB mostram que de forma geral, os maiores valores de preferência pela liquidez são obtidos para os estados mais periféricos e com menor peso na economia nacional.

O Mapa 2 exhibe a participação relativa dos estados na economia brasileira e demonstra que tanto em 1994 quanto em 2006, grande parte da produção brasileira concentrava-se em apenas cinco estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

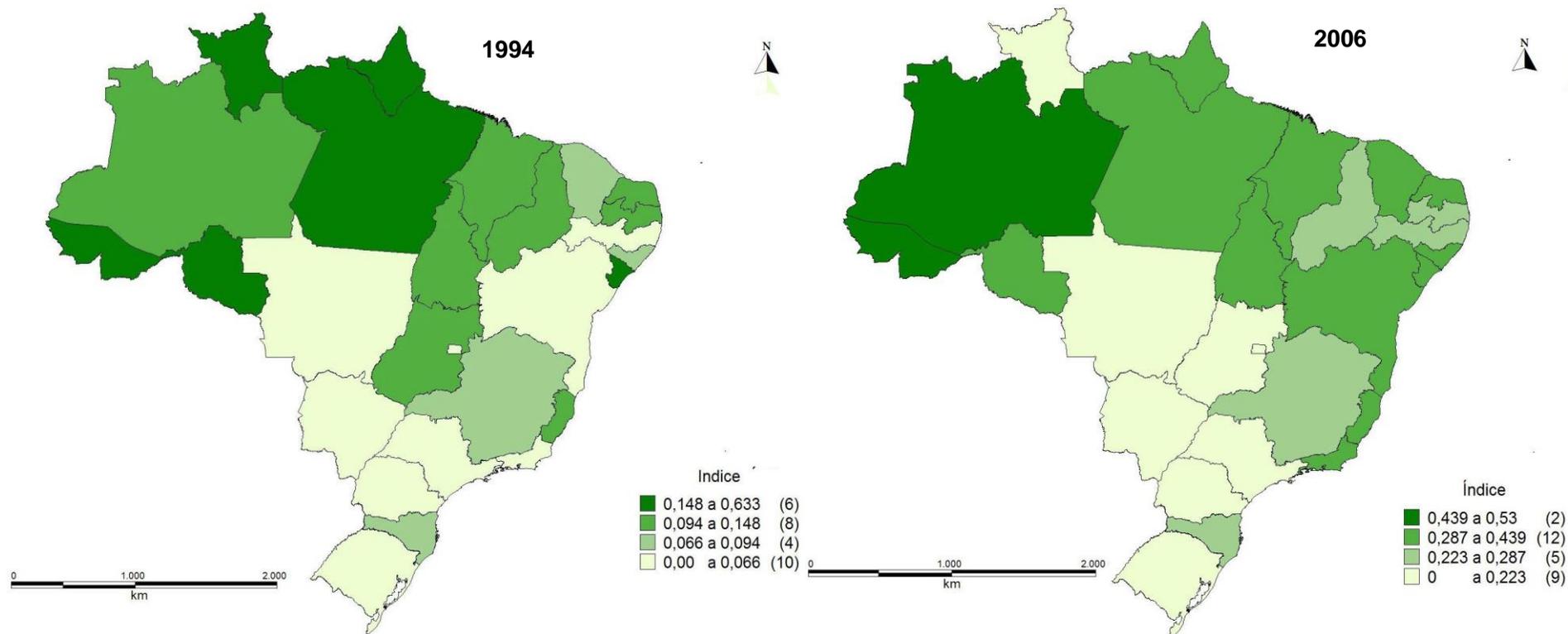
O Mapa 3 ilustra a distribuição a participação relativa no crédito concedido entre os estados brasileiros, indicando a grande concentração do crédito concedido em poucos estados, observa-se ainda que essa situação se intensifica de 1994 para 2006.

Os mapas a seguir apresentam a concentração econômica e do crédito nos estados brasileiros. Essa análise confirma a hipótese de que o crédito se concentra fortemente nos estados/regiões em que a economia é mais vigorosa. Essa concentração é ainda mais evidente quando comparamos a concentração do crédito à concentração econômica.

---

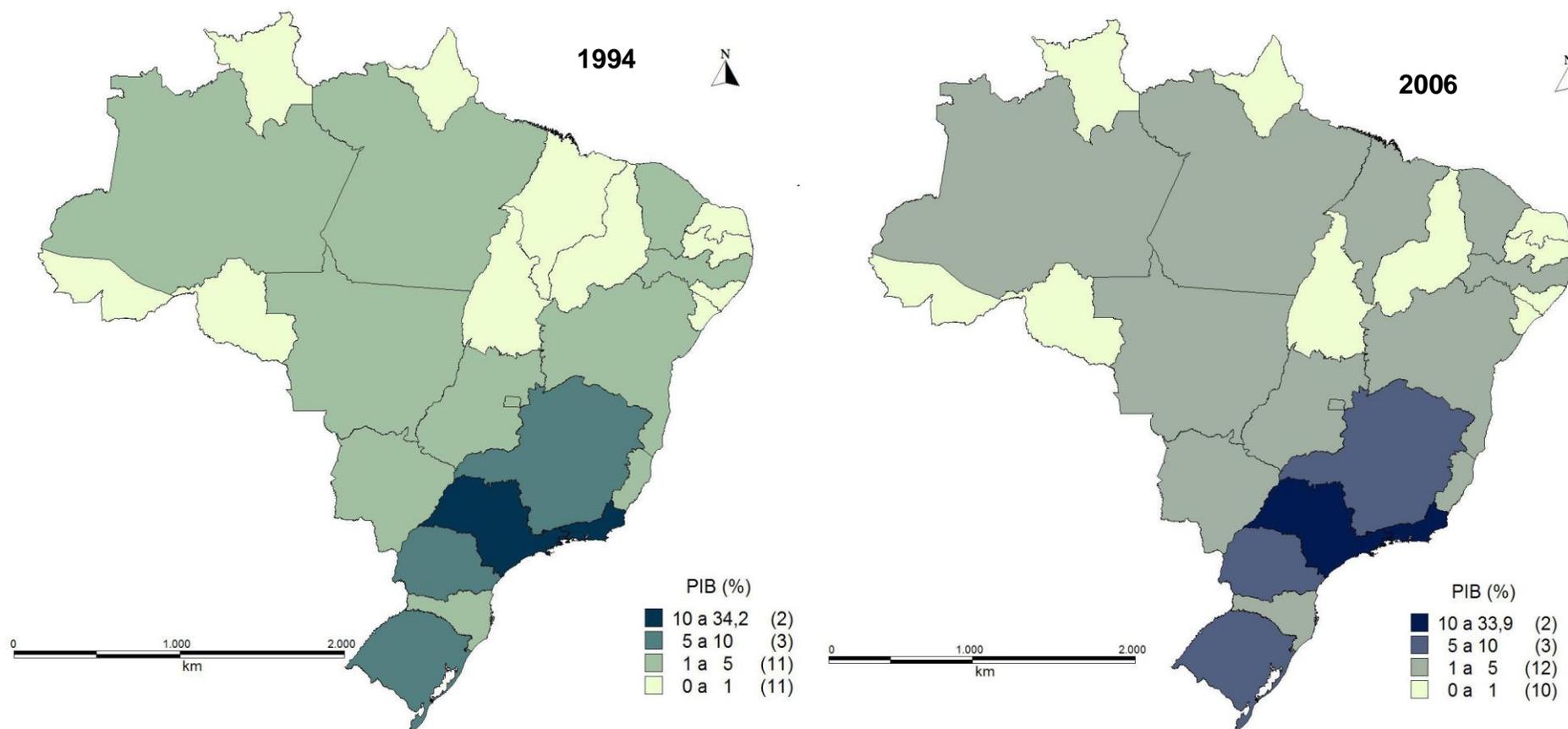
<sup>25</sup> Os dados calculados pelo Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe) do Cedeplar/UFMG para o índice de preferência pela liquidez dos bancos (PPLB) foram gentilmente cedidos pelos pesquisadores.

Mapa 1 - Índice de preferência pela liquidez dos bancos, Brasil: 1994 e 2006.



Fonte: Elaboração própria a partir da Malha Municipal Digital do Brasil e indicador de preferência pela liquidez bancária calculado pelo LEMTe/Cedeplar/UFMG (IBGE 2005; LEMTe 2008).

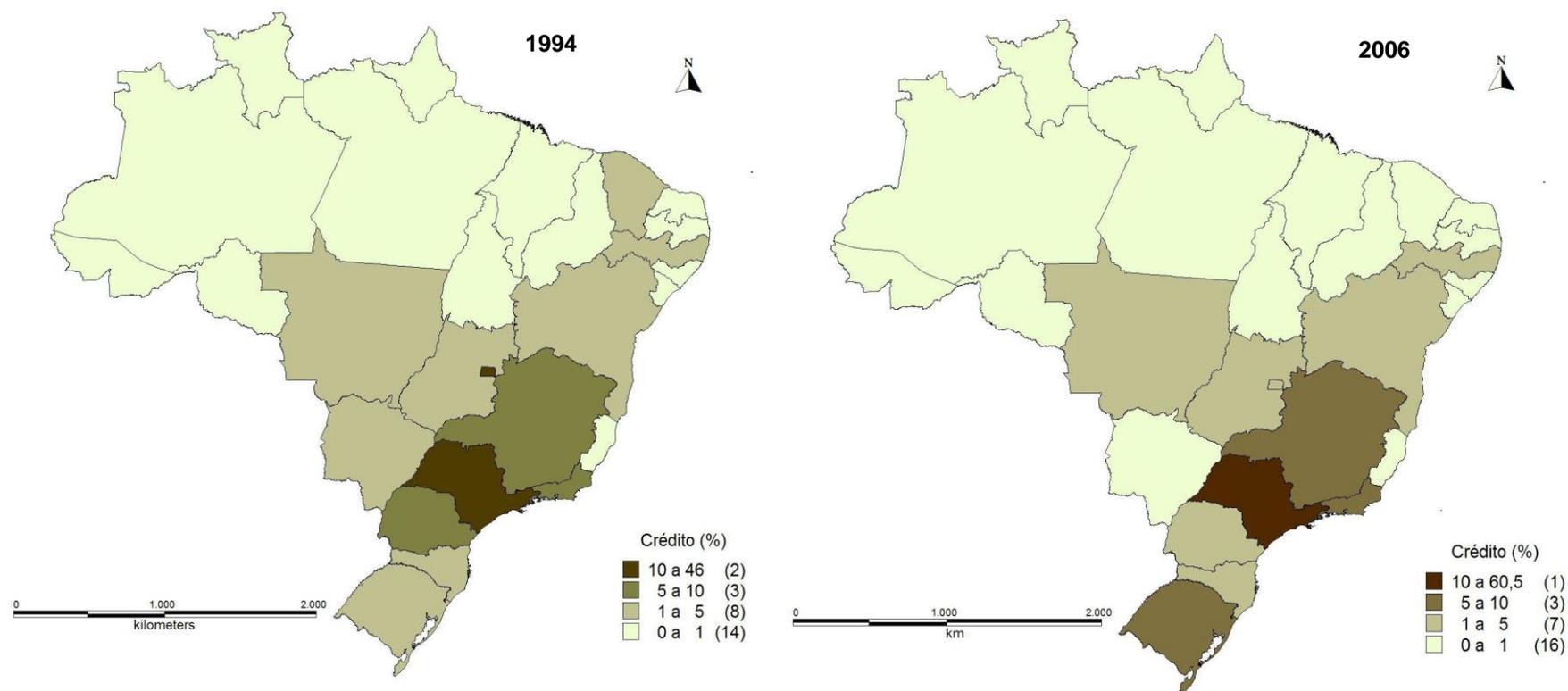
Mapa 2 - Participação econômica por estado, Brasil: 1994 e 2006<sup>26</sup>.



Fonte: Elaboração própria a partir da Malha Municipal Digital do Brasil do IBGE e Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, IBGE (IBGE 2005, 2008).

<sup>26</sup> Refere-se a o Valor Adicionado Bruto por estado.

**Mapa 3 - Participação no crédito por estado, Brasil: 1994 e 2006 .**



Fonte: Elaboração própria a partir da Malha Municipal Digital do Brasil do IBGE e dados obtidos no Sisbacen (IBGE 2005; BACEN 2008c).

## 2.5 Conclusões

Ao longo deste capítulo, apresentamos e discutimos o processo de reestruturação do setor bancário observado no mundo, e no Brasil desde o início do Plano Real. Foram também apresentados e examinados uma série de dados que mostram a distribuição da atividade bancária e do crédito bancário concedido no Brasil.

Observamos que, em conexão com o processo de reestruturação do sistema financeiro no país, São Paulo ampliou sua vantagem em relação aos demais estados brasileiros, tanto em termos de estado-sede de grupos bancários, como em participação relativa no crédito concedido e na razão crédito total/PIB. Em 2006, a razão crédito total/PIB Brasil foi de 29,3%, mas quando desagregamos os dados para os estados, verifica-se que em São Paulo, essa razão é de 44,1%, bastante superior à razão verificada para os demais estados que, excluindo São Paulo, apresentam razão média de 14%. O mesmo acontece quando verificamos os dados de participação relativa no crédito total concedido por UF. Observamos que o estado de São Paulo concentrou em 2007 60,5% do crédito total, e os estados da região Sudeste juntos, 73,0%, ou seja, os 27% restantes do crédito concedido no Brasil estavam divididos entre 23 estados brasileiros, representando em média 1% para cada unidade da federação fora da região Sudeste.

Esses dados corroboram a hipótese de que o processo de consolidação pelo qual vem passando o sistema bancário brasileiro, em vez de favorecer a redução das desigualdades entre os estados, vem ampliando-a. Essa constatação permite-nos também perceber que a recorrente discussão sobre o baixo nível de crédito como proporção do PIB no Brasil precisa também envolver aspectos regionais. A partir dessa perspectiva acreditamos na importância de avaliar as condições de financiamento do desenvolvimento regional brasileiro de forma a buscar caminhos que impeçam esse resultado desfavorável.

No próximo capítulo, por meio de estudo de dados em painel, avaliaremos alguns possíveis determinantes da concentração do crédito nos estados brasileiros e a influência de variáveis monetárias e estruturais nesse comportamento.

## **CAPÍTULO 3**

# **CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA E CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO CRÉDITO: UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA PARA OS ESTADOS BRASILEIROS**

### **3.1 Introdução**

Como vimos no capítulo anterior, o processo de reestruturação pelo qual passou o setor financeiro brasileiro após a estabilização da economia trouxe grande mudança nas estratégias e comportamentos do sistema financeiro, além de ter levado à diminuição da concorrência no setor.

A abordagem pós-keynesiana auxilia o entendimento desta dinâmica no âmbito regional. Segundo esta linha de pensamento, as diferenças estruturais existentes entre as diversas regiões de um país levam a um círculo vicioso (com relação às variáveis reais e monetárias) que tende a ampliar/perpetuar as desigualdades, ao invés de minimizá-las. Resumidamente, em locais mais atrasados (periferia), a incerteza é maior e como consequência a disponibilidade de crédito é menor (devido à maior preferência pela liquidez dos agentes econômicos), reduzindo o nível de investimento. Nesse contexto, amplia-se a incerteza nestas regiões, o que desestimula ainda mais o investimento, situação que se perpetua. Comportamento oposto ocorre nas áreas mais desenvolvidas (DOW 1993).

Com relação à motivação em ampliar empréstimos para regiões distintas, os novos keynesianos utilizam o argumento de assimetria de informações para justificar o racionamento de crédito mais rigoroso para regiões periféricas em um sistema bancário como o brasileiro, baseado em grandes bancos nacionais. Segundo essa abordagem, um sistema de bancos locais amplia o acesso de regiões periféricas ao crédito. Os teóricos pós-keynesianos partilham esse ponto-de-vista, sobre uma perspectiva distinta, pois não observam essa restrição ao crédito como um problema de assimetria de informação, mas sim como um problema de confiança subjetiva do agente bancário na base convencional de informação sobre a região periférica.

AMADO (1997) partindo da abordagem pós-keynesiana de incerteza, tempo e moeda, percebeu que as fortes diferenças estruturais observadas entre as diversas regiões no Brasil,

conduzem a uma dinâmica monetária que tende a ampliar as desigualdades. Dadas as características estruturais das regiões periféricas e suas relações com as economias centrais, a autora observou que o comportamento privado dos agentes acaba por gerar círculos viciosos, que não dizem respeito às variáveis reais apenas.

CROCCO *et al.* (2006b) demonstraram que a centralidade<sup>27</sup> pode ser considerada um importante determinante do desenvolvimento desigual das regiões e é influenciada pelo comportamento de variáveis financeiras, levando a uma maior diversificação dos setores secundário e terciário. Maior centralidade amplia as alternativas de investimento dos bancos e à possibilidade de diversificação em suas carteiras, reduzindo sua preferência pela liquidez. Por outro lado, os empresários reduzem também sua preferência pela liquidez. A maior diversificação, devido à maior centralidade, gera externalidades positivas que podem ser apropriadas pelas firmas, atenuando a incerteza no local. As regiões mais centrais tendem a desenvolver-se mais que regiões mais atrasadas, uma vez que seus agentes apresentam uma menor preferência pela liquidez.

Nesses modelos, com base na teoria pós-keynesiana, a moeda exerce papel relevante na determinação da renda e do emprego, podendo ser responsável pela manutenção e ampliação das diferenças regionais. Ou seja, interfere diretamente no processo de desenvolvimento de um país ou região.

Com base nesse referencial teórico, pode-se conceber que o processo de consolidação bancário pelo qual vem passando o sistema bancário brasileiro, independentemente de suas causas, vem afetando negativamente o crédito e conseqüentemente o próprio crescimento da economia. Com o intuito de sistematizar essa abordagem num modelo que permita captar os impactos do processo de consolidação bancária e das aquisições de bancos estaduais e regionais pelos grandes bancos nacionais ou de controle estrangeiro no Brasil, sobre uma perspectiva da concessão e distribuição do crédito regionalmente, efetuamos neste capítulo um teste econométrico, utilizando como método análise de painel, que qualificará esse argumento.

Na seção 3.2 detalhamos o modelo utilizado, fontes de dados e a metodologia empírica adotada (dados em painel). Na seção 3.3 apresenta e avalia os resultados obtidos. Os resultados obtidos no exercício empírico mostram indícios a favor da hipótese de que o processo de reestruturação bancária ocorrido no Brasil teve um efeito negativo sobre a disponibilidade de crédito, principalmente nas regiões periféricas.

---

<sup>27</sup> Determinada região/estado/país atua como região central perante as regiões de seu entorno.

## 3.2 Metodologia de tratamento dos dados

Com o intuito de analisarmos o impacto da concentração do setor bancário brasileiro sobre a concessão regional de crédito utilizamos a metodologia de análise de painel que nos permite estimar os efeitos de outras variáveis econômicas sobre o crédito bancário.

### 3.2.1 A Estimação de Dados em Painel

A análise de dados em painel (ou longitudinal) envolve, resumidamente, uma avaliação conjunta de dados em cortes transversais (*cross section*) observados ao longo do tempo (séries temporais). Os dados em painel têm uma dimensão espacial e outra temporal, por isso conseguem captar relações que modelos de *cross-section* ou de séries temporais não são capazes de fazer adequadamente sozinhos. Dentre as principais vantagens desse método estão: a) controle da heterogeneidade individual, b) aumento da eficiência pelo maior número de observações (aumento dos graus de liberdade e redução da colinearidade), c) incorporação da análise temporal (mais adequada para estudar dinâmicas de ajustamento) e, por fim, d) melhoria da especificação dos modelos. Em contrapartida, suas limitações são relacionadas aos problemas de abrangência, cobertura e sistematicidade dos dados, que se tornam mais complexos neste tipo de estimação. (GUJARATI 2006)

De forma geral, a equação do modelo é a que segue:  $y_{it} = z'_i \alpha + x'_{it} \beta + \varepsilon_{it}$

Com  $k$  regressores em  $x_{it}$ , não incluindo o termo da constante. A heterogeneidade, ou efeito individual é  $z'_i \alpha$  onde  $z_i$  contém um termo constante e um conjunto de indivíduo ou grupo de variáveis específicas, que podem ser observados, em nosso caso cada estado (UF), os quais são tidos como uma constante ao longo do tempo  $t$ . Desta forma, esse modelo apresenta-se como um modelo de regressão clássico. Se  $z_i$  é observada para todos os indivíduos, logo o modelo pode ser tratado como um modelo linear simples e ajustar-se por mínimos quadrados. Em um “painel equilibrado”, todas as unidades de corte transversal têm o mesmo número de observações de séries temporais.

Em uma análise de painel, algumas alternativas de modelagem podem ser utilizadas, dentre elas modelos de efeito fixo e de efeito aleatório, também conhecido como *modelo de*

*correção dos erros.* Os modelos de efeito fixo correspondem à introdução de uma variável categórica para representar as unidades observadas, enquanto que nos modelos de efeito aleatório, o intercepto é suposto ser aleatório, sendo descrito por uma distribuição de probabilidade, ou seja, o tamanho do efeito populacional é uma variável aleatoriamente distribuída com média e variância próprias. Além disso, exploramos um modelo hierárquico com intercepto e coeficientes variando.

Para escolhermos entre os dois modelos utilizamos o teste de Hausman, os resultados serão apresentados na próxima seção. Neste trabalho utilizamos o método dos Mínimos Quadrados Generalizados (GLS – Generalized Least Squares) ou modelo de Efeitos Aleatórios. Nesse método, os termos constantes de cada indivíduo são aleatoriamente distribuídos ao longo de cada *cross section* que compõe o painel. Os interceptos refletem um grupo de perturbações análogas aos erros, entretanto existe apenas uma regressão para cada período. Aceita-se que essas perturbações interferem na variável dependente, mas não são incluídas explicitamente no modelo (GREENE 2003:283-334).

O modelo fixo não foi apropriado em virtude da falta de homogeneidade das estimativas de correlação sendo portanto recomendável o modelo aleatório. A análise de subgrupo, estratificado por década de publicação, também apresentou heterogeneidade.

No modelo com efeitos aleatórios, a equação básica é a seguinte:

$$\begin{aligned} y_{it} &= E[z'_i \alpha] + \{z'_i \alpha - E[z'_i \alpha]\} + x'_{it} \beta + \varepsilon_{it} \\ &= \alpha + x'_{it} \beta + u_i + \varepsilon_{it} \end{aligned}$$

Onde:

$y_{it}$  = variável dependente relacionada a cada corte transversal e a cada período;

$\alpha$  = constante;

$\beta$  = coeficiente das variáveis independentes;

$x'_{it}$  = variável independente relacionada a cada corte transversal e a cada período;

$u_i$  = termo constante no tempo relacionado a cada observação;

$\varepsilon_{it}$  = erro relacionado a cada corte transversal e a cada período.

No entanto, ao invés de tratarmos  $z'_i \alpha$  como fixo, supomos que é uma variável aleatória com valor médio  $z' \alpha$ . O valor do intercepto é então representado por:

$z'_i \alpha = z' \alpha + u_1$  onde  $i= 1, 2, \dots, n$  e  $u_1$  é um termo aleatório com média zero e variância

$\sigma_u^2$ .

### 3.2.2 O Modelo Adotado

Com base nos argumentos teóricos e análise de dados apresentados nos capítulos anteriores e amplo exame de uma série de variáveis, a equação básica do modelo de painel a ser estimado é a seguinte:

$$\ln credito_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \ln popagen_{i,t} + \beta_2 \ln deposito_{i,t} + \beta_3 \ln plb_{i,t} + \beta_4 \ln int\ finan_{i,t} + \beta_5 \ln IHH_t + \varepsilon$$

Onde:

- 1)  $\ln credito_{i,t}$ : logaritmo natural da participação relativa da UF no crédito total concedido no país (variável dependente).
- 2)  $\ln popagen_{i,t}$ : logaritmo natural da razão entre a população e a quantidade de agências da UF (variável independente).
- 3)  $\ln deposito_{i,t}$ : logaritmo natural da participação relativa da UF nos depósitos totais do país (variável independente).
- 4)  $\ln plb_{i,t}$ : logaritmo natural do índice de preferência pela liquidez dos bancos – PLB, (variável independente).
- 5)  $\ln int\ finan_{i,t}$ : logaritmo natural da participação relativa da UF no total da atividade de intermediação financeira (variável independente).
- 6)  $\ln IHH_t$ : logaritmo natural do índice de concentração de Hirschman-Herfindahl<sup>28</sup> (variável independente).

O objetivo do exercício empírico é analisar os determinantes da participação relativa do crédito por estado. O modelo apresenta como variável dependente<sup>29</sup> a participação relativa do estado no crédito total concedido no país. Como variáveis independentes estão: 1) o logaritmo natural da razão entre a população e o número de agências; 2) o logaritmo natural da participação relativa do estado nos depósitos totais; 3) o logaritmo natural do índice de preferência pela liquidez; 4) o logaritmo natural da participação relativa do estado na atividade de intermediação financeira e; 5) o logaritmo natural do índice de concentração de Hirschman-Herfindahl.

<sup>28</sup> Trata-se de um dado nacional, os valores desse indicador são repetidos para todos os estados a cada ano.

<sup>29</sup> A variável foi convertida para logaritmo natural.

Nossa amostra abrange dados anuais referentes ao período de 1995 a 2006, para as 27 unidades federativas brasileiras (26 estados e Distrito Federal). Observamos que alguns trabalhos como VASCONCELOS et al. (2004) e MENEZES (2007) excluem de sua análise o Distrito Federal, conforme informamos no capítulo 2, a fim de evitar um viés na análise diante das características inerentes à UF. Nesse trabalho manteremos o Distrito Federal em nossa análise, pois acreditamos que não somente o Distrito Federal apresenta características específicas, mas também as outras UF, como São Paulo principalmente.

Além disso, a proposta desse trabalho é avaliar os efeitos da concentração bancária sobre a concessão do crédito e características específicas, conforme avaliamos, são captadas exatamente em estimações a partir de dados em painel.

### 3.2.3 Informações e Fontes de dados

Nas estatísticas bancárias mensais o dado de crédito por UF com o qual trabalhamos é denominado “Operações de Crédito”, calculada através de critérios estabelecidos no COSIF<sup>30</sup>, É composto por empréstimos e títulos descontados, financiamentos, financiamentos rurais<sup>31</sup> à agricultura e pecuária, financiamentos agroindustriais, rendas a apropriar de operações de financiamentos rurais e agroindustriais, financiamentos imobiliários, outras operações de crédito, outros créditos, provisão para operações de crédito, créditos em liquidação e operações especiais. Os dados de crédito foram obtidos a partir do Sisbacen e referem-se ao valor médio de crédito nos doze meses do ano em cada unidade da federação (UF). Para o cálculo do indicador *credito* utilizado em nossa análise, dividimos o crédito médio total de cada estado pelo crédito total médio concedido no Brasil. Esse indicador foi transformado em logaritmo natural.

O dado de população por UF foi obtido no IBGE, na publicação Contas Regionais do Brasil (IBGE 2008).

---

<sup>30</sup> Conta 160 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O COSIF foi criado com a edição da Circular 1.273, em 29 de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, o que veio a facilitar o acompanhamento, análise, avaliação do desempenho e controle das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. (BACEN 2008d)

<sup>31</sup> Financiamentos rurais à agricultura e pecuária envolvem custeio/investimento e comercialização.

O total de agências por UF foi obtido no Sisbacen e trabalhado pela autora (BACEN 2008). Foi utilizado o total de agências com balancetes processados pelo Banco Central a fim de compatibilizar os dados de agências com os dados totais de crédito e depósitos utilizados no modelo, uma vez que esses dados são retirados dos balancetes em questão. Para construção da razão *popagen*, dividimos a população da unidade da federação pelo número de agências processadas<sup>32</sup> na UF naquele ano. Após cálculo, a razão foi transformada em logaritmo natural.

Nas estatísticas bancárias mensais, o dado de depósitos por UF com o qual trabalhamos é denominado “Saldo de Depósitos<sup>33</sup>”. É composto pela soma dos depósitos à vista dos governos, depósitos à vista do setor privado, depósitos de poupança e depósitos interfinanceiros, de acordo com critérios estabelecidos pelo COSIF. Os dados de depósitos foram obtidos a partir do Sisbacen e trabalhados pela autora (SISBACEN 2008). Referem-se ao valor médio do saldo de depósitos nos doze meses do ano em cada unidade da federação. Para o cálculo do indicador *deposito* utilizado em nossa análise, dividimos o depósito médio de cada estado pelo saldo total de depósitos no Brasil. Essa relação foi convertida em logaritmo natural.

O indicador *plb* foi obtido através da conversão para logaritmo natural calculado pelo Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe) do Cedeplar/UFMG<sup>34</sup>.

A variável *intfinan* foi obtida através do logaritmo natural da participação relativa de cada unidade federativa na atividade de intermediação financeira<sup>35</sup>. Esses dados foram calculados a partir dos valores absolutos da atividade de intermediação financeira no Valor Adicionado Bruto, obtidos em Contas Regionais do Brasil publicação do IBGE e disponibilizadas no site do Instituto. (IBGE 2008).

---

<sup>32</sup> Tal diferenciação não será mais realizada, o número de agências processadas será, doravante, denominado simplesmente de número de agências.

<sup>33</sup> Trata-se da soma das contas 400, 410, 420 e 430 do COSIF.

<sup>34</sup> Para maiores informações verificar em MENEZES et al. (2007). (LEMTe 2008)

<sup>35</sup> O Sistema de Contas Nacionais valoriza a produção deste setor pela soma de três componentes: 1) os serviços cobrados explicitamente - serviços bancários; 2) os serviços sem cobrança explícita, medidos de forma indireta, que correspondem ao total de rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimentos de fundos próprios e 3) os aluguéis recebidos (produção secundária). O segundo componente é denominado serviços de intermediação financeira indiretamente medidos. Sua estimativa se dá pelo diferencial entre juros recebidos e juros pagos.

E por fim, a variável **IHH** foi obtida através do cálculo do índice de concentração Hirschman-Herfindahl a partir de dados de ativo total do Consolidado Bancário I<sup>36</sup>. Dados obtidos no Consolidado do Sistema Financeiro Nacional disponibilizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN 2008a).

#### 3.2.4 Variáveis Explicativas e Relações Esperadas

Buscando-se identificar as variáveis-chave na concessão do crédito regional, foram incluídas na análise as variáveis independentes apresentadas na seção anterior. Procurou-se selecionar um conjunto diversificado de variáveis explicativas que captem fatores monetários (como preferência pela liquidez bancária), fatores relativos ao acesso da população aos serviços bancários (indicador de acesso ao serviço bancário e de concentração geográfica da atividade financeira) e indicadores de concentração de mercado (IHH).

Com a utilização do método de painel, espera-se constatar as relações entre as variáveis explicativas e a variável dependente, sumarizadas na Tabela 13.

Cabe a ressalva de que, na impossibilidade de distinguir os valores de crédito provenientes de bancos privados e públicos em cada região, o total de empréstimos em regiões periféricas sejam razoavelmente superiores ao que seriam caso considerássemos apenas a oferta privada de crédito. Infelizmente não há distinção desses valores por unidade da federação, mas apesar desse inconveniente, acredita-se possível estabelecer relações importantes entre as variáveis.

Acredita-se que um maior (menor) acesso da população local ao atendimento bancário, facilite (dificulte) a concessão de crédito na região. Nesse modelo, a variável que mede a presença bancária em relação ao tamanho da população é razão população por agência - variável **popag**. Espera-se que valores maiores (menores) dessa razão reflitam de forma negativa sobre a participação do estado no total de crédito concedido.

A participação da UF no saldo de depósitos total – representado pela variável **deposito**, baseada na abordagem de que bancos atuam ativamente na administração do passivo como

---

<sup>36</sup> Aglutinado das posições contábeis das instituições bancárias do tipo Conglomerado Bancário I, conglomerado em cuja composição se verifica pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial; e Instituições Bancárias Independentes I, instituições financeiras do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica que não integrem conglomerado.

característica da evolução do sistema bancário<sup>37</sup>. Acredita-se encontrar uma relação positiva entre o percentual de depósitos concentrado pela UF, variável de *funding* de recursos do banco, e a participação do estado no crédito concedido total. Caso essa relação não seja verificada, pode ser um indicador de vazamento de crédito entre as regiões.

O índice de preferência pela liquidez bancária interfere na disposição dos bancos em emprestar recursos aos tomadores, ou seja, de acordo com o referencial teórico utilizado, quanto menor a preferência pela liquidez dos bancos na UF, maior o desejo dos bancos em emprestar recursos e maior a participação da UF no crédito total concedido. Esse conceito é representado nesse modelo pela variável *ppl*.

A variável *intfinan* funciona como uma *proxy* de concentração geográfica da atividade bancária, uma vez que a atividade de intermediação financeira inclui outros serviços financeiros, não só aqueles realizados pelo setor bancário. A relação esperada dessa variável com a variável dependente é positiva. Como argumentado por DOW (1999), o desenvolvimento das diversas regiões tende a ser afetado pelo diferente estágio de desenvolvimento bancários. Grandes centros urbanos tendem a sediar grandes bancos e concentrar serviços financeiros. Desta forma, firmas localizadas próximas a grandes centros têm posição privilegiada na obtenção de crédito e a serviços bancários mais diversificados.

A relação da variável *IHH* com o total de crédito concedido é indeterminada, pois ao passo que se espera que quanto maior a concentração do setor bancário, maior a qualidade e diversificação dos bancos e maior a quantidade de serviços financeiros por eles ofertados, atuando no sentido de desconcentração do crédito; entretanto, economistas alinhados à teoria pós-keynesiana argumentam, por outro lado, que o processo de concentração bancária observado em muitos países tem apresentado efeitos perversos sobre a distribuição do crédito regional.

Nesse trabalho não iremos avaliar a diferença que existe na concessão de empréstimos por bancos públicos e privados, nem abordar a questão regulatória. Desta forma, mesmo que se deduza que essas questões são importantes e podem realizar efeito negativo sobre o crédito, não serão consideradas nessa análise.

Cabe ressaltar que esse trabalho não tem objetivo de estabelecer previsão de relações futuras entre as variáveis, e sim de analisar a relação entre as variáveis em eventos passados a fim de corroborar a teoria proposta. A abordagem pós-keynesiana, linha teórica na qual se baseia este trabalho, tem como uma de suas hipóteses principais a não-ergodicidade dos

---

<sup>37</sup> Os estágios do sistema bancário são abordados por CHICK (1986).

eventos, ou seja, considera que regularidades observadas no passado não poderiam ser logicamente transferidas para o futuro. Sob essa perspectiva, utilizar um modelo econométrico como ferramenta para previsão de eventos futuros poderia parecer contraditório com as hipóteses básicas dessa linha teórica. No entanto, consideramos que o uso desse instrumental para fins de explicar eventos passados e analisar a comportamento passado de variáveis distintas seja plausível e de bastante utilidade como forma de afirmar essa base teórica.

**Tabela 13 - Resumo das variáveis explicativas e relações esperadas.**

Variável independente	Indicador	Relação esperada
Acesso ao serviço bancário na UF	População(UF)/Agência(UF) 1) <i>lnpopagen</i>	<b>Negativa</b> , pois se espera que quanto maior o indicador na UF, pior o acesso da população do estado a serviços bancários, inclusive crédito.
Participação da UF nos depósitos totais do país	Depósitos bancários(UF)/depósitos bancários(Brasil) 2) <i>lndeposito</i>	<b>Positiva</b> , pois se espera que o aumento na participação relativa dos depósitos ( <i>funding</i> de recursos dos bancos) seja acompanhado de um acréscimo na oferta de crédito.
Índice de preferência pela liquidez bancária da UF	Depósito a vista do setor privado(UF)/empréstimos e títulos descontados(UF) 3) <i>lnplb</i>	<b>Negativa</b> , pois se espera que quanto maior a preferência pela liquidez bancária na UF, menor a oferta de crédito.
Indicador de concentração geográfica da atividade financeira	Valor adicionado bruto na atividade de intermediação financeira(UF)/ VAB na atividade de intermediação financeira(Brasil) 4) <i>lnintfinan</i>	<b>Positiva</b> , pois se espera que a oferta crédito seja maior (menor) em função do crescimento (diminuição) relativo da atividade financeira, ou seja, do aprofundamento da atividade financeira na UF.
Índice de concentração do setor bancário no Brasil	Índice de concentração Hirschman-Herfindahl (Brasil)  5) <i>lnIHH</i>	<b>Indeterminada</b> , pois embora espera-se que o efeito da concentração bancária seja correlacionado positivamente com a concentração de crédito, como a variável dependente aqui utilizada é um índice de crédito relativo, tal efeito (do IHH) tenderá a ser positivo para os estados mais ricos (aumentando a participação relativa do estado no crédito) e negativa para os estados mais pobres (reduzindo a participação relativa no crédito destes estados).

### 3.3 Resultados Obtidos

Os dados em painel são também chamados de “dados combinados”, uma vez que reúnem combinação de séries temporais e observações em corte transversal.

Neste trabalho analisamos, ao longo do tempo, todas as unidades da federação do Brasil. A Tabela 14 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo da análise de painel e a Tabela 15 exhibe a matriz de correlação dessas variáveis.

**Tabela 14 - Sumário das estatísticas descritivas das variáveis do modelo: 1995-2006.**

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Incredito	324	-4.798109	1.705752	-8.522205	-0.509929
Inpopagen		9.579392	0.480858	8.714189	10.535510
Indeposito		-5.022933	1.799945	-8.521955	-0.550112
Inplb		-1.643685	0.624304	-4.558001	-0.179982
Ininterfin		-4.840325	1.752896	-9.318178	-0.653986
InIHH		-2.468420	0.077404	-2.610293	-2.328385

Fonte: Sumário de estatísticas fornecido pelo Stata 9.0.

**Tabela 15 – Matriz de correlação das variáveis do modelo: 1995-2006.**

Variáveis	Incredito	Inpopagen	Indeposito	Inplb	Ininterfin	InIHH
<b>Incredito</b>	1					
<b>Inpopagen</b>	-0.7052	1				
<b>Indeposito</b>	0.9547	-0.6566	1			
<b>Inplb</b>	-0.6541	0.5201	-0.4793	1		
<b>Ininterfin</b>	0.9628	-0.661	0.9781	-0.4875	1	
<b>InIHH</b>	-0.0189	0.0567	0.0191	0.3662	0.0609	1

Fonte: Stata 9.0.

A partir da matriz de correlação, observa-se correlação negativa entre as variáveis de participação relativa no crédito (variável dependente), com as variáveis explicativas população/agência, com o índice de preferência pela liquidez, resultados já esperados.

Observa-se que o índice de concentração do setor bancário (Hirschman-Herfindahl) apresenta fraca correlação com todas as variáveis; ressaltamos, no entanto, que o índice de Hirschman-Herfindahl apresenta certa limitação ao ser correlacionado com as demais variáveis incorporadas ao modelo, uma vez que ele apresenta o mesmo valor para todos os estados a cada ano, ao contrário das demais variáveis.

As variáveis independentes, participação relativa nos depósitos e participação relativa na intermediação financeira são fortemente e positivamente correlacionadas com a variável de participação relativa no crédito (dependente), em linha com as relações descritas anteriormente.

Em relação às variáveis explicativas, percebe-se correlação negativa entre a variável de população/agência com as variáveis participação relativa nos depósitos e participação relativa na atividade de intermediação financeira, resultado já esperado, respaldando-se no referencial teórico pós-keynesiano, ou seja, um menor acesso ao atendimento bancário, representado por maiores valores de *popagen*, levam-nos a supor que o estado apresente menor peso na atividade financeira em relação aos outros estados e também uma participação menor no total de depósitos.

A variável *popagen* mostra correlação positiva com o índice de preferência pela liquidez, a relação apesar de fraca, também corrobora a relação prevista na teoria, onde regiões com menor acesso ao atendimento bancário, os agentes bancários apresentam preferência pela liquidez superior.

Em relação ao comportamento da variável dependente participação relativa nos depósitos, verifica-se uma relação fraca e negativa com o índice de preferência pela liquidez e uma relação forte e positiva com a variável participação relativa na atividade de intermediação financeira.

O software estatístico utilizado foi o Stata 9.0. Todas as variáveis foram logaritmizadas de forma a reduzir o desvio padrão dos coeficientes, homogeneizando as unidades, mas também para facilitar a análise dos coeficientes obtidos no modelo. Os dados estão apresentados no Anexo 1.

Para todas as variáveis incluídas no modelo foi realizado teste de raiz unitária para descartar a hipótese da presença de dados não-estocásticos e incorrer em regressão espúria<sup>38</sup>. Os testes estão disponibilizados no Anexo 2 desse trabalho.

Os testes rejeitaram a hipótese de raiz unitária para todas variáveis a um intervalo de confiança de 95%, com exceção da variável *lnIHH*<sup>39</sup>, que como já explicamos anteriormente, apresenta certa limitação quando comparada a outras variáveis. No entanto, julgamos importante mantê-la no modelo, como um indicador de concentração do setor bancário no Brasil, de forma a corroborar o intuito proposto por esse trabalho que é verificar de que forma a concentração do setor bancário no país afetou a piora na distribuição do crédito regionalmente.

A estimação de dados em painel foi estruturada agrupando-se as várias *cross sections*, de forma a captar a variação dos efeitos das variáveis explicativas entre as UFs ao longo da série histórica.

Na análise de painel, foram rodados dois modelos: 1) efeitos aleatórios e; 2) efeitos fixos, os resultados são apresentados no Anexo 3 e Anexo 4. O estimador de efeitos fixos assume que o efeito específico é correlacionado com o vetor de variáveis explicativas -  $E(\beta_i/X_i) \neq 0$ , ou seja, pressupõe que os efeitos individuais de cada unidade da federação são relacionados com as variáveis incluídas no modelo. Nesse modelo, admite-se que os coeficientes são idênticos para todos os indivíduos. Já o estimador de efeitos aleatórios

---

<sup>38</sup> Regressões com resultados aparentes significantes a partir de dados não relacionados. A significância aparente da regressão é falsa. Isso acontece quando utilizamos na análise de regressão séries não estacionárias. O teste de raiz unitária é utilizado para testar diretamente a estacionariedade de uma série temporal (HILL *et al.* 2003:393-398).

<sup>39</sup> A variável pode ser aceita como não-estocástica a um nível de significância de 70%.

assume que o efeito fixo é não correlacionado com as demais variáveis explicativas. Para escolhermos entre os dois estimadores, realizamos o teste de Hausman.

O teste de Hausman<sup>40</sup>, que compara os ajustes entre os modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios, disponibilizado no Anexo 5. O teste foi estimado em 5,34, inferior ao valor crítico da tabela qui-quadrado com 5 graus de liberdade é 9,48. Tal resultado não significativo denota que os erros do modelo são não correlacionados e se deve aceitar a hipótese  $H_0$ , de que o efeito aleatório é mais consistente.

Os resultados apontaram para a não-rejeição da hipótese nula de diferença não sistemática entre os coeficientes estimados pelos dois métodos. Em posse desse resultado, a literatura sugere a utilização do método dos Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) ou efeitos aleatórios, em detrimento do método dos Mínimos Quadrados com Variáveis *Dummy* (LSDV) ou efeitos fixos.

Desta forma, os resultados obtidos no modelo com efeitos fixos foram desconsiderados e a análise será realizada a partir dos resultados alcançados pelo modelo de efeitos aleatórios mostrados na Tabela 16.

**Tabela 16 – Resultado da análise de painel com efeitos aleatórios (Modelo 1\*).**

```
. xtreg lncredito lnpopagen lndeposito lnplb lninterfin lnIHH, re
```

Random-effects GLS regression	Number of obs	=	324
Group variable (i): estado	Number of groups	=	27
R-sq: within = 0.6474	Obs per group: min =		12
between = 0.9861	avg =		12.0
overall = 0.9752	max =		12
Random effects u_i ~ Gaussian	Wald chi2(5)	=	2768.85
corr(u_i, X) = 0 (assumed)	Prob > chi2	=	0.0000

	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
lnpopagen	-.1471626	.0714148	-2.06	0.039	-.287133 - .0071922	
lndeposito	.4644432	.0408311	11.37	0.000	.3844158 .5444706	
lnplb	-.6300246	.0266781	-23.62	0.000	-.6823127 -.5777364	
lninterfin	.3067514	.0377801	8.12	0.000	.2327038 .3807989	
lnIHH	.8666005	.1616576	5.36	0.000	.5497575 1.183443	
_cons	1.532834	.7573883	2.02	0.043	.0483805 3.017288	
sigma_u	.16327208					
sigma_e	.18104272					
rho	.44852549	(fraction of variance due to u_i)				

Fonte: Stata 9.0.

Nota: \*Modelo 1 inclui *lnIHH*.

<sup>40</sup> O teste Hausman procura comparar a eficiência entre modelos, dois a dois. Em um caso de efeitos fixos, o teste de Hausman estabelece  $H_0$ : efeitos aleatórios são consistentes e  $H_1$ : efeitos aleatórios não são consistentes (modelos de efeitos fixos sempre fornecem resultados consistentes). Se  $H_0$  não for aceita, conclui-se que o modelo de efeitos fixos oferece resultados mais consistentes do que os do modelo de efeitos aleatórios. (WOOLDRIDGE 2002:288-291). Os testes de Hausman realizados neste trabalho se encontram no Anexo 5 e Anexo 8.

O poder de explicação do modelo, a partir das variáveis selecionadas foi 97,52%, como mostra o  $R^2$  *overall*. Os coeficientes estimados para as variáveis independentes são todos significativos em um intervalo de confiança de 95% ( $t$ -statistic > 1,96). Em modelos do tipo *log-log*, os coeficientes obtidos mensuram a elasticidade da variável dependente em relação às variáveis explicativas, ou seja, captam a variação relativa na participação do estado no crédito (variável dependente), dada uma variação relativa nas variáveis independentes.

Concentrando-nos no estimador de efeitos aleatórios, podemos realizar algumas inferências coerentes com a relação esperada entre as variáveis explicativas incorporadas ao modelo e a variável dependente. Os resultados corroboram a relação esperada entre as variáveis.

Conforme esperado, os coeficientes das variáveis *lnpopagen* e do *lnplb* apresentaram sinais negativos. Segundo o enfoque de impacto regional da moeda, espera-se que a preferência pela liquidez dos bancos interfira em sua predisposição a emprestar e seja determinante na oferta de crédito. Esse resultado reafirma a relação discutida na teoria, maiores índices de preferência pela liquidez refletem-se negativamente sobre a participação do estado no crédito. Assim, um aumento de 1% no índice de preferência pela liquidez bancária, diminui em 63% a participação do estado no total no crédito total concedido.

Verifica-se também, que o aumento de 1% na razão população/agência, reduz em 14,71% a participação do estado no crédito.

Os coeficientes das variáveis *lndeposito* e *lninterfin* apresentam sinais positivos, também conforme esperado. A variável *lnIHH*, cujo resultado era indeterminado, apresentou coeficiente positivo.

Percebe-se que um aumento de 1% na participação da UF no saldo de depósitos aumenta em 46,44% a participação relativa da mesma no crédito total. Ademais, um aumento de 1% na participação relativa do estado na atividade de intermediação financeira ocasiona um aumento de 30,67% na participação do estado no crédito total concedido.

Por fim, o coeficiente do índice de Hirschman-Herfindahl apresenta coeficiente positivo, indicando que a maior concentração do setor bancário no Brasil reflete-se positivamente sobre a participação relativa do estado no crédito concedido. Acreditamos, no entanto, que esse resultado é devido ao maior peso exercido pelos estados mais ricos sobre a distribuição do crédito, e também ao aumento dessa participação superior para esses estados em detrimento dos estados mais pobres. Desta forma, essa tendência torna mais forte a

influência do IHH sobre a distribuição do crédito mais positiva, do que negativa. Esse resultado pode ser melhor analisado em trabalhos posteriores.

Para dar maior robustez ao exercício empírico, um modelo alternativo (Modelo 2) foi calculado retirando da especificação do modelo o IHH como variável explicativa, para avaliarmos o resultado dos novos coeficientes. O modelo 2, portanto, é:

$$\ln credito_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \ln popagen_{i,t} + \beta_2 \ln deposito_{i,t} + \beta_3 \ln plb_{i,t} + \beta_4 \ln int finan_{i,t} + \varepsilon$$

Novamente foram estimadas duas regressões: um com efeitos fixos e outros com efeitos aleatórios. Foi realizado teste de Hausman para verificar o modelo mais apropriado. Esses resultados estão apresentados no Anexo 6, Anexo 7 e Anexo 8.

Verifica-se, entretanto, a partir do teste de Hausman, que a exclusão do indicador de concentração do sistema bancário no Brasil (*lnIHH*), torna o modelo de efeitos fixos mais adequado, ou seja, os efeitos individuais de cada unidade observada estão relacionados com as variáveis do modelo. O que torna a comparação entre os dois modelos interessante. Os novos coeficientes estão apresentados na Tabela 17.

**Tabela 17 - Resultado da análise de painel com efeitos fixos (Modelo 2\*).**

```
. xtreg lncredito lnpopagen lndeposito lnplb lninterfin, fe
```

Fixed-effects (within) regression	Number of obs	=	324
Group variable (i): estado	Number of groups	=	27
R-sq: within = 0.6300	Obs per group: min =		12
between = 0.9813	avg =		12.0
overall = 0.9585	max =		12
	F(4, 293)	=	124.73
corr(u_i, Xb) = 0.9252	Prob > F	=	0.0000

lncredito	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
lnpopagen	.227525	.1247826	1.82	0.069	-.0180588 .4731087
lndeposito	.1938765	.0726497	2.67	0.008	.0508951 .3368579
lnplb	-.5461828	.0254897	-21.43	0.000	-.5963489 -.4960166
lninterfin	.2666431	.0397194	6.71	0.000	.1884716 .3448145
_cons	-5.610944	1.422475	-3.94	0.000	-8.410508 -2.811381
sigma_u	.79299634				
sigma_e	.1915				
rho	.94489647	(fraction of variance due to u_i)			

F test that all u\_i=0: F(26, 293) = 12.51 Prob > F = 0.0000

Fonte: Stata 9.0.

Nota: \*Modelo 2 exclui lnIHH.

Percebe-se que no novo modelo (Modelo 2), que a razão população/agência, apresenta sinal diferente ao encontrado no primeiro modelo, e uma variação de 1% nessa razão aumenta

em 22,75% a participação do estado no crédito concedido. Esse resultado é questionável uma vez que a esse coeficiente é significativo em um intervalo de confiança de 90%. No Modelo 1 o coeficiente estimado apresentava um nível de significância superior. Esse resultado pode indicar que a inclusão da variável *lnIHH* é importante e deixa o modelo melhor especificado.

No próximo capítulo faremos algumas considerações sobre os resultados obtidos e iremos sugerir algumas medidas que permitam minimizar os efeitos negativos sobre a concentração da atividade bancária sobre a distribuição regional do crédito encontrados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi mostrado ao longo dessa dissertação, há um relativo (e crescente) consenso na literatura internacional de que a disponibilidade de crédito é variável fundamental na determinação do crescimento econômico no longo prazo. Embora a existência de um sistema financeiro desenvolvido e disposto a atender a demanda por crédito de potenciais tomadores não seja condição suficiente para desenvolvimento de uma região, é, por certo, uma condição necessária. Na ausência de oferta de crédito, os agentes só realizam investimentos até o limite estipulado por seus próprios recursos previamente acumulados, o que pode restringir a acumulação de capital físico e atrasar a trajetória tecnológica de uma região, subvertendo assim seu potencial de crescimento econômico.

Segundo a visão teórica pós-keynesiana, a relação entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico é bastante estreita. Essa escola, ao introduzir a incerteza como fator fundamental na determinação do comportamento dos agentes e na decisão do investimento, atribui relevante papel à moeda (e do setor bancário) no processo de desenvolvimento de um país ou região. Moeda e bancos não são neutros do ponto de vista dos seus impactos sobre a atividade econômica, inclusive no que se refere as desigualdades regionais.

A relação entre desenvolvimento financeiro e desenvolvimento econômico ganhou importância diante do processo de consolidação do setor bancário nos últimos anos e os efeitos desse processo sobre a concessão de crédito no Brasil, sendo tal efeito diferenciado no espaço econômico do país.

Nesta dissertação, avaliamos a questão da distribuição do crédito bancário nos estados brasileiros, procurando analisar os impactos da concentração bancária sobre a distribuição do crédito regional. Percebemos que, em consonância com o processo de consolidação do sistema financeiro brasileiro, intensificado a partir da adoção do Plano Real e estimulado por programas do governo federal como PROER e PROES, os estados mais desenvolvidos, com destacada desenvoltura para São Paulo – estado onde se concentra a maioria das sedes dos grandes conglomerados bancários -, têm ampliado sua vantagem relativa em relação às demais unidades da federação, tanto em termos de concentração da atividade financeira e acesso a serviços bancários mais desenvolvidos, como também na participação relativa do estado no crédito ofertado no país.

No período analisado nesta dissertação de 1994 a 2007, percebe-se uma piora na concentração do crédito entre os estados brasileiros e uma maior concentração da atividade de intermediação financeira em São Paulo. Além disso, apesar da expansão recente de agências bancárias no Brasil, esse aumento se deu de forma mais intensa em regiões mais desenvolvidas, em detrimento de regiões mais atrasadas (periféricas), dificultando o acesso dessas populações ao serviço bancário. A partir do regressão (em dados de painel) apresentada no Capítulo 3, fica evidente a relação fortemente positiva entre a menor (maior) presença de agências na unidade da federação e a menor (maior) disponibilidade de crédito na mesma.

Assim, fundamentando-se na teoria pós-keynesiana, que atribui uma importância crucial ao impacto da moeda e dos bancos sobre o desenvolvimento regional, pode-se conceber que o recente processo de reestruturação do setor bancário no Brasil, ao provocar intensas modificações nas estratégias e comportamentos dos agentes atuantes no sistema financeiro, contribuiu também para a piora da distribuição do crédito regional, contribuindo por este canal para a manutenção das desigualdades econômicas entre os estados brasileiros .

Os resultados obtidos na análise de painel apresentada no Capítulo 3 se alinham a teoria apresentada e corroboram essa argumentação. Embora a relação entre a concentração bancária no Brasil e a distribuição relativa do crédito entre os estados brasileiros aponte uma ligação positiva entre as duas variáveis e, à primeira vista, esse resultado pareça destoante do que pretendíamos mostrar, julgamos que crescimento do crédito em proporções bastante superiores nos estados brasileiros mais desenvolvidos (centrais) afetou significativamente a relação entre essas variáveis. O mesmo não pode ser constatado quando observamos o crescimento da participação relativa no crédito para os estados menos desenvolvidos (periféricos). Além disso, devemos levar em consideração que um aumento da participação de um estado no crédito concedido é, necessariamente, relacionado à perda relativa de outro estado.

Ademais, esse raciocínio é também encorajado a partir da análise da forte relação positiva encontrada entre a variável explicativa “participação relativa do estado na atividade de intermediação financeira” e a variável dependente “participação relativa do estado no crédito total”. Essa forte relação direta entre as variáveis, mesmo se lembrarmos que a variável independente trata-se de uma *proxy* da concentração geográfica da atividade bancária, aponta os desdobramentos dos efeitos de uma concentração da atividade bancária sobre as realidades regionais. A concentração dos serviços bancários e de atividades financeiras em regiões mais desenvolvidas do país acarretam uma piora da distribuição de

crédito nas regiões mais pobres do país. Esses resultados são corroborados por outros trabalhos já realizados, como VASCONCELOS et al.(2004), (ALMEIDA 2007) e MENEZES et al. (2007).

A novidade desta dissertação em relação a outros trabalhos empíricos relativos a concentração regional do crédito no Brasil é que, além de fatores monetários (como preferência pela liquidez) e específicos dos bancos (população/agências), procuramos destacar de que modo a recente reestruturação bancária em curso no país tem afetado as desigualdades no crédito. Foi neste sentido que incluímos como variáveis explicativas um índice nacional de concentração do mercado bancário (IHH) e um indicador de concentração geográfica da atividade financeira. De modo geral, podemos dizer que os resultados obtidos na pesquisa empírica mostram que a concentração regional do crédito no Brasil no período 1994-2006 resultou tanto de fatores monetários (preferência pela liquidez e depósitos bancários da UF/depósitos totais do país), fatores intrínsecos ao comportamento dos bancos (população/agência na UF) e indicadores de concentração geográfica e de mercado.

Devemos, entretanto, ressaltar que apesar de verificarmos empiricamente os efeitos do processo de concentração do setor bancário sobre o crédito, não podemos esquecer que o Brasil apresenta concentração da atividade em muitos outros setores da economia, sobretudo o setor industrial. Muitas sedes de empresas localizam-se em grandes centros e, sendo assim, as várias operações de crédito realizadas pela empresa são contabilizadas no estado-sede, apesar dos recursos serem aplicados em projetos de outras regiões, o que resulta em uma certa distorção nos dados disponíveis.

O Brasil exibe historicamente uma baixa relação crédito/PIB, em torno de 30% a 40%. Essa relação é ainda mais peculiar quando desagregamos essa relação para as unidades da federação e percebemos a grande diferença dessa razão entre os estados brasileiros, com grande destaque para o estado de São Paulo, em detrimento dos demais estados brasileiros. Esse fato reflete o potencial de crescimento ou desigualdade econômica que essa ferramenta possui em âmbito nacional, sobretudo em regiões periféricas onde essa razão é ainda menor.

Esse comportamento, em adição aos resultados obtidos no modelo estimado no Capítulo 3, e a relação verificada entre as variáveis especificadas, parecem indicar favoravelmente a utilização de políticas governamentais que estimulem a ação de bancos públicos e privados com foco de atuação mais regional. Conforme salienta CROCCO (2004:326), “(...) *qualquer diretriz de desenvolvimento regional deve ter em seu bojo aspectos relacionados à regulamentação do sistema financeiro, deixando, assim, de ser um assunto tratado apenas sob ótica macroeconômica(...)*”. Nesse sentido, uma reforma nas

bases legais e estruturais que aumentem a competitividade do setor, tal como aplicação de diferentes taxas aos depósitos compulsórios, pode ter efeitos positivos sobre a concessão de crédito, sobretudo se consideradas as características distintas entre as regiões. Trabalhos mais específicos poderão melhor qualificar e dar robustez a essa hipótese.

Uma legislação que favoreça a criação de bancos de atuação regional, tanto públicos como privados, é bem-vinda. Como mostrado anteriormente, a expansão dessa classe de bancos, dado seu foco de atuação e a melhor qualidade na informação sobre agentes locais, possibilita maior acesso ao crédito por regiões não-centrais. Esses bancos também têm maior interesse no bom desempenho das empresas locais, pois delas depende fortemente sua sobrevivência.

Enfim, julgamos que não só o aperfeiçoamento do sistema financeiro, a melhor distribuição da atividade bancária e o melhor acesso aos serviços bancários possibilitem o aumento e a melhor distribuição do crédito no país. No entanto, acreditamos que a adoção de medidas relacionadas à regulamentação do sistema financeiro e que busquem a construção de um sistema de financiamento eficiente no Brasil, ao que pese as diferenças regionais, podem contribuir para minorar o efeito perverso e vicioso comprovado ao longo dessa dissertação, onde distintas realidades regionais de acesso ao sistema financeiro intensificam o processo de desigualdade entre os estados brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESSANDRINI, P., PRESBITERO, A. F. & ZAZZARO, A. (2006). "Banks, Distances and Financing Constraints for Firms." Quaderno de Ricerca **266**.
- ALESSANDRINI, P., PRESBITERO, A. F. & ZAZZARO, A. (2007). "Bank Size or Distance: What hampers innovation adoption by SMEs?" Quaderno de Ricerca **304**.
- ALESSANDRINI, P. & ZAZZARO, A. (1999). A 'Possibilist' Approach to Local Financial System and Regional Development: The Italian Experience. Money and the space economy. Martin, R. Chichester ; New York, John Wiley: x, 337 p.
- ALEXANDRE, M., LIMA, G. T. & CANUTO, O. (2006). "Determinantes das decisões locais da atividade financeira." Nova Economia **16**(2): 243-263.
- ALMEIDA, D. B. D. C. (2007). Bancos e Concentração do Crédito no Brasil: 1995-2004. Cedeplar. Belo Horizonte/MG, UFMG: 89.
- ALVES JR., A. J. (2002). "Sistematização do debate sobre "Sistema de Financiamento do Desenvolvimento"." Desenvolvimento em Debate **2**: 331-398.
- AMADO, A. M. (1997). "A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana." Estudos Econômicos, **31**(2), pp. 285-319. abril/junho **27**(3): 417-440.
- AMADO, A. M. (1998). "Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana." Revista de Economia Política **18**(1).
- AMADO, A. M. (2006). Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. JR., F. G. J. & CROCCO, M. Belo Horizonte, Autêntica: 344.
- ARAÚJO, E. C. D. & DIAS, J. (2006). "Endogeneidade do setor financeiro e crescimento econômico uma análise empírica para a economia brasileira (1980-2003)." Revista de Economia Contemporânea **10**(3): 575-610.
- BACEN (2008a). Consolidado do Sistema Financeiro Nacional, Banco Central do Brasil.
- BACEN (2008b). "SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais".
- BACEN (2008c). Sisbacen - sistema de Informações do Banco Central do Brasil.
- BACEN (2008d). "Sistema Financeiro Nacional - Informações cadastrais e contábeis."
- BECK, T., LEVINE, R. & LOYASA, N. (1999). "Finance and the Sources of Growth." Journal of Monetary Economics **46**: 31-77.
- BERGER, A. N. & DEYOUNG, R. (2000). "The Effects of Geographic Expansion on Bank Efficiency." Federal Reserve Bank of Chicago WP 2000-14.
- BERGER, A. N. & DEYOUNG, R. (2002). "Technological Progress and the Geographic Expansion of the Banking Industry." Federal Reserve Bank of Chicago WP 2002-07.
- BREVOORT, K. P. & HANNAN, T. H. (2004). "Commercial lending and distance: evidence from Community Reinvestment Act data." Federal Reserve Board Mimeo.

- CARVALHO, C. E. & VIDOTTO, C. A. (2007). "Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros." Nova Economia **17**(3): 395-425.
- CARVALHO, F. C., SOUZA, F. E., SICSÚ, J., PAULA, L. F. & STUDART, R. (2000). Economia monetária e financeira: teoria e política. Rio de Janeiro, Campus.
- CAVALCANTE, A., CROCCO, M. & JAYME-JR., F. G. (2006). Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Crocco, M.&Jr., F. G. J. Belo Horizonte - MG, Autêntica. **237**: 22.
- CHICK, V. (1986). "The evolution of the banking system and the theory of saving investment and interest. ." Économies et Sociétés **3**(Monnaie et Production (MP)).
- CHICK, V. (2006). Bancos e regiões: algumas lições da experiência europeia. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. JR., F. G. J.&CROCCO, M. Belo Horizonte, Autêntica: 344.
- CHICK, V. & DOW, S. C. (1988). A Post Keynesian Perspective on the Relation Between Banking and Regional Development. Post-Keynesian Monetary Economics: New Approaches to Financial Modelling. Arestis, P., Edward Elgar: 219-250.
- CORRÊA, V. P. (2006). Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico - um estudo dos anos 1980 e 1990. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. JR., F. G. J.&CROCCO, M. Belo Horizonte, Autêntica: 344.
- CROCCO, M., CAVALCANTE, A., BARRA, C. & VAL, V. (2006a). Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. JR., F. G. J.&CROCCO, M. Belo Horizonte, Autêntica: 344.
- CROCCO, M., CAVALCANTE, A., BARRA, C. & VAL, V. (2006b). Polarização regional e sistema financeiro. Moeda e território : uma interpretação da dinâmica regional brasileira. CROCCO, M.&JAYME-JR, F. G. Belo Horizonte, Autêntica Editora: 231-269.
- CROCCO, M. & JAYME-JR, F. G. (2006). O Ressurgimento da Geografia da Moeda e do Sistema Financeiro. Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Crocco, M.&Jr., F. G. J. Belo Horizonte - MG, Autêntica. **237**: 22.
- DOW, S. C. (1982). "The regional composition of the money multiplier process." Scottish Journal of Political Economy **29**(1).
- DOW, S. C. (1993). Money and the economic process. Aldershot, E. Elgar.
- DOW, S. C. (1999). Stages of banking development and the spatial development of financial systems. Money and the space economy. MARTIN, R. Chichester ; New York, John Wiley: p. 31-48.
- DYMSKI, G. (1999). The Bank Merger Wave. New York, M.E Sharpe.
- GREENE, W. H. (2003). Econometric Analysis. Upper Saddle River, N.J., [Great Britain], Prentice Hall.
- GUJARATI, D. (2006). Econometria Básica. Rio de Janeiro, Elsevier.
- HARVEY, D. (1985). The urbanization of capital. Oxford, Blackwell.

- HILL, R. C., GRIFFITHS, W. E. & JUDGE, G. G. (2003). Econometria. São Paulo, Saraiva.
- IBGE (1997). Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais, 1990-1995. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (2005). Malha Municipal Digital do Brasil.
- IBGE (2008). Contas Regionais do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- JACOB, C. A. (2003). Crédito Bancário no Brasil: uma interpretação heterodoxa. Instituto de Economia/IE. Campinas/SP, Unicamp: 154.
- KEYNES, J. M. (1964). Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- KUPFER, D. & HASENCLEVER, L. (2002). Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro, Elsevier.
- LEMOS, M. B., DINIZ, C. C., GUERRA, L. P. & MORO, S. (2000). A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar.
- LEMTe (2008). Laboratório de Estudos em Moeda e Território., Cedeplar/UFMG.
- LEVINE, R. (1997). "Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda." Journal of Economic Literature **35**(2): 688-726.
- LEVINE, R. & ZERVOS, S. (1996). Stock markets, banks, and economic growth. Washington, DC, World Bank, Policy Research Dept., Finance and Private Sector Development Division.
- LEYSHON, A. & THRIFT, N. J. (1997). Money/space : geographies of monetary transformation. London ; New York, Routledge.
- Martin, R. (1999a). Money and the space economy. Introduction. Chichester ; New York, John Wiley: x, 337 p.
- MARTIN, R. (1999b). Money and the space economy. Chichester ; New York, John Wiley.
- MATHIESON, D. & SCHINASI, G. (2000a). International Capital Markets: Developments, Prospects, and Key Policy Issues. September, 2000, International Monetary Fund.
- MATHIESON, D. & SCHINASI, G. (2000b). The role of foreign banks in emerging markets. International Capital Markets: Developments, Prospects, and Key Policy Issues. MATHIESON, D. J.&SCHINASI, G. J. September, 2000, International Monetary Fund.
- MATOS, O. C. D. (2002). "Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Econômico no Brasil: Evidências de Causalidade." Trabalhos para Discussão - Banco Central do Brasil **49**: 65.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R. & ALMEIDA JR., M. (1997). Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil, Ministério da Fazenda. Secretária de Política Econômica. (mimeo).
- MENEZES, M., CROCCO, M., SANCHES, E. & AMADO, A. (2007). Sistema Financeiro e Desenvolvimento Regional: Notas Exploratórias. Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro. Paula, L. F. d.&Oreiro, J. L. Rio de Janeiro, Elsevier-Campus.

- OREIRO, J. L. (2005). "Preferência pela Liquidez, Racionamento de Crédito e Concentração Bancária: Uma Nova Teoria Pós-Keynesiana da Firma Bancária ." Estudos Econômicos (IPE/USP) **35**(1): 101-131.
- PARR, J. B. & BUDD, L. (2000). "Financial services and the urban system: an exploration." Urban Studies **37**(3): 593-610.
- PAULA, L. F. D. (1998). "Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil." Nova Economia **8**(1): 87-116.
- PAULA, L. F. D. & MARQUES, M. B. L. (2006a). Reestruturação bancária mundial e seus impactos no setor bancário brasileiro. Perspectivas para a Economia Brasileira: inserção internacional e políticas públicas. PAULA, L. F. D., FERREIRA, L. D. R. & ASSIS, M. D. Rio de Janeiro, Editora da UERJ: 409.
- PAULA, L. F. R. & ALVES JÚNIOR, A. J. (2003). "Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano." Análise Econômica **21**(1): 137-162.
- PAULA, L. F. R., ALVES JÚNIOR, A. J. & MARQUES, M. B. L. (2001). "Ajuste Patrimonial e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98)." Revista Estudos Econômicos **31**(2): 285-319.
- PAULA, L. F. R. D. & MARQUES, M. B. L. (2006b). "Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Brasil." Revista Análise Econômica **24**(45): 235-263.
- PUGA, F. P. (1999). "Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial." Textos para Discussão BNDES **68**.
- RAJAN, R. G. & ZINGALES, L. (1996). "Financial Dependence and Growth." NBER Working Paper Series **5758**: 48.
- ROCHA, F. A. S. (2001). Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994-2000). Nota Técnica nº 11. Brasília, Banco Central do Brasil: 38.
- RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. (1996). Credit Availability and Regional Development. 36th European Congress. ETH Zurich, Switzerland, European Regional Science Association.
- RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. (2006). Regional monetary policy. London, Routledge.
- SAPIENZA, P. (2002). "The effects of banking mergers on loan contracts." The Journal of Finance **57**(1): 329-367.
- SEN, A. (2000). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras.
- SICSÚ, J. & CROCCO, M. (2006). Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. JR., F. G. J. & CROCCO, M. Belo Horizonte, Autêntica: 344.
- SISBACEN (2008). Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central, Banco Central do Brasil.
- STIGLITZ, J. E. (1989). Markets, Market Failures, and Development. Perspectives on Economic Development, The American Economic Review.
- STULZ, R. M. (2000). "Does financial Structure Matter for Economic Growth? A corporate finance perspective." World Bank Working Paper.

- VASCONCELOS, M. R., FUCIDJI, J. R., SCORZAFAVE, L. G. & ASSIS, D. L. D. (2004). "O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados de painel." Economia e Sociedade **13**, n. 1(22): 123-149.
- WOOLDRIDGE, J. M. (2002). Econometric analysis of cross section and panel data. Cambridge, Mass., MIT Press.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Dados utilizados na análise de painel.

estados	codestado	ano	Incredito	Inpopagen	Indeposito	Inplb	Ininterfin	InIHH
AC	1	1995	-7.7219	9.4962	-7.6304	-0.9708	-7.8484	-2.4747
AC	1	1996	-7.6252	9.5510	-7.4608	-1.2952	-7.6462	-2.5435
AC	1	1997	-7.6231	9.5775	-7.4641	-1.1266	-7.7569	-2.6103
AC	1	1998	-7.6355	10.0499	-7.2516	-0.8971	-7.6583	-2.4339
AC	1	1999	-7.9322	10.1444	-7.2756	-0.5081	-7.7525	-2.4946
AC	1	2000	-7.9350	10.0862	-7.3408	-0.5014	-7.4040	-2.5081
AC	1	2001	-7.5655	10.1144	-7.5043	-0.8880	-7.2334	-2.5699
AC	1	2002	-7.6110	10.1013	-7.3791	-0.6233	-7.0836	-2.4208
AC	1	2003	-7.3842	10.0893	-7.4296	-0.9088	-7.0977	-2.3284
AC	1	2004	-7.3762	9.9200	-7.5037	-0.8224	-7.0869	-2.3949
AC	1	2005	-7.2602	9.8593	-7.4208	-0.8390	-7.1245	-2.4338
AC	1	2006	-7.2266	9.8842	-7.3707	-0.8229	-7.0891	-2.4081
AL	2	1995	-5.5954	9.7699	-6.1589	-2.3574	-6.1574	-2.4747
AL	2	1996	-5.4205	9.8143	-6.2723	-2.4326	-5.9916	-2.5435
AL	2	1997	-5.1761	10.0518	-5.9862	-2.2292	-5.8261	-2.6103
AL	2	1998	-5.0933	10.1513	-5.8919	-2.1424	-5.7522	-2.4339
AL	2	1999	-5.3589	10.1754	-5.8198	-2.0952	-5.7969	-2.4946
AL	2	2000	-5.4383	10.1968	-5.8485	-1.9265	-5.5372	-2.5081
AL	2	2001	-5.6414	10.1626	-5.8855	-1.6048	-5.6085	-2.5699
AL	2	2002	-5.8632	10.1656	-5.8606	-1.1828	-5.4721	-2.4208
AL	2	2003	-5.8878	10.1775	-5.8888	-1.1619	-5.5820	-2.3284
AL	2	2004	-5.7861	10.0956	-5.9147	-1.2568	-5.5315	-2.3949
AL	2	2005	-5.8085	10.0911	-5.9735	-1.1718	-5.6838	-2.4338
AL	2	2006	-5.8661	10.0946	-6.0314	-1.1444	-5.7065	-2.4081
AM	3	1995	-5.9899	9.8499	-6.0943	-1.5800	-5.9108	-2.4747
AM	3	1996	-5.9728	9.9325	-6.1068	-1.4517	-5.6526	-2.5435
AM	3	1997	-5.6484	10.0004	-5.7868	-1.4119	-5.5558	-2.6103
AM	3	1998	-4.1581	10.0243	-5.7920	-2.7893	-5.5161	-2.4339
AM	3	1999	-5.6144	10.0559	-5.7747	-1.4906	-5.5038	-2.4946
AM	3	2000	-5.7760	10.0749	-5.6489	-1.1401	-5.4025	-2.5081
AM	3	2001	-5.8358	10.1018	-5.5455	-0.8957	-5.5565	-2.5699
AM	3	2002	-6.0662	10.0481	-5.6082	-0.5217	-5.4674	-2.4208
AM	3	2003	-6.0718	10.0896	-5.7047	-0.5597	-5.5983	-2.3284
AM	3	2004	-5.9119	10.0765	-5.7569	-0.6218	-5.5029	-2.3949
AM	3	2005	-5.8831	10.0687	-5.7781	-0.6177	-5.4765	-2.4338
AM	3	2006	-5.8396	10.0156	-5.8979	-0.6354	-5.3838	-2.4081
AP	4	1995	-8.4310	10.0387	-7.9113	-0.1800	-7.3345	-2.4747
AP	4	1996	-8.4310	10.1452	-7.9895	-0.3351	-7.4374	-2.5435
AP	4	1997	-7.9239	10.2535	-8.1640	-0.8819	-7.4660	-2.6103
AP	4	1998	-7.7824	10.3633	-8.1208	-0.7978	-7.6717	-2.4339
AP	4	1999	-7.8597	10.4924	-7.9168	-0.8481	-7.6351	-2.4946
AP	4	2000	-7.8092	10.5355	-7.7717	-0.8035	-7.5109	-2.5081
AP	4	2001	-7.9720	10.4340	-7.7613	-0.7225	-7.6409	-2.5699
AP	4	2002	-7.7705	10.4098	-7.7593	-0.7544	-7.2250	-2.4208
AP	4	2003	-7.5910	10.3883	-7.8174	-0.9654	-7.4594	-2.3284
AP	4	2004	-7.5636	10.0774	-7.9043	-1.0668	-7.4070	-2.3949
AP	4	2005	-7.4858	10.1176	-7.8760	-1.0888	-7.4405	-2.4338
AP	4	2006	-7.4947	10.0347	-7.9627	-1.0804	-7.4509	-2.4081
BA	5	1995	-3.3306	9.6110	-3.8626	-2.8099	-3.6088	-2.4747
BA	5	1996	-4.2605	9.6908	-3.2544	-1.8646	-3.5337	-2.5435
BA	5	1997	-3.6327	9.7286	-3.2202	-2.0981	-3.5500	-2.6103
BA	5	1998	-3.5936	9.7803	-3.6064	-1.9106	-3.4641	-2.4339
BA	5	1999	-3.5622	9.8104	-3.7015	-2.0023	-3.5439	-2.4946
BA	5	2000	-3.5431	9.8066	-3.7372	-1.9489	-3.6714	-2.5081
BA	5	2001	-3.6872	9.8208	-3.7990	-1.7545	-3.7648	-2.5699
BA	5	2002	-3.9264	9.8253	-3.9254	-1.3143	-3.5621	-2.4208
BA	5	2003	-3.8861	9.8804	-4.0118	-1.3542	-3.7863	-2.3284
BA	5	2004	-3.9273	9.8182	-4.1471	-1.2383	-3.7420	-2.3949
BA	5	2005	-3.9525	9.8360	-4.1554	-1.1862	-3.7806	-2.4338
BA	5	2006	-4.0188	9.8151	-4.2555	-1.2249	-3.8122	-2.4081

estados	codestado	ano	Incredito	Inpopagen	Indeposito	Inplb	Ininterfin	InIH
CE	6	1995	-4.0414	9.8218	-4.5525	-2.6894	-4.2786	-2.4747
CE	6	1996	-3.9368	9.8828	-4.2209	-2.9092	-4.1112	-2.5435
CE	6	1997	-4.3620	9.9429	-4.1938	-2.0773	-4.3162	-2.6103
CE	6	1998	-4.3638	9.9991	-4.1803	-1.7811	-4.2478	-2.4339
CE	6	1999	-4.4762	10.0401	-4.1852	-1.7955	-4.2774	-2.4946
CE	6	2000	-4.6282	10.0589	-4.3160	-1.5826	-4.3756	-2.5081
CE	6	2001	-4.5484	10.0378	-4.3641	-1.6144	-4.1740	-2.5699
CE	6	2002	-4.8515	10.0354	-4.1148	-1.1452	-4.0293	-2.4208
CE	6	2003	-4.6674	10.0687	-4.1427	-1.3862	-4.0788	-2.3284
CE	6	2004	-4.5515	10.0087	-4.1122	-1.4279	-4.0975	-2.3949
CE	6	2005	-4.6545	9.9908	-4.1714	-1.3555	-4.2116	-2.4338
CE	6	2006	-4.6975	10.0109	-4.3012	-1.2465	-4.2345	-2.4081
DF	7	1995	-2.8684	8.9947	-2.0275	-2.5035	-2.1290	-2.4747
DF	7	1996	-3.5984	9.0180	-2.5464	-1.8783	-2.0296	-2.5435
DF	7	1997	-3.0108	9.0148	-2.4692	-2.2444	-1.9174	-2.6103
DF	7	1998	-2.5833	8.9885	-2.4694	-2.4741	-1.8427	-2.4339
DF	7	1999	-2.3225	8.9985	-2.3802	-2.8080	-2.0235	-2.4946
DF	7	2000	-2.4204	8.9989	-2.3133	-2.4840	-2.4843	-2.5081
DF	7	2001	-2.5581	8.9405	-2.2039	-2.3629	-2.7463	-2.5699
DF	7	2002	-2.9995	8.9321	-1.9923	-1.7048	-2.7605	-2.4208
DF	7	2003	-2.9424	8.9621	-1.8560	-1.7575	-2.8713	-2.3284
DF	7	2004	-3.0866	8.9269	-1.9920	-1.5344	-2.7877	-2.3949
DF	7	2005	-3.0111	8.9457	-2.1845	-1.7077	-2.8638	-2.4338
DF	7	2006	-3.0503	8.9380	-2.1373	-1.6395	-2.8597	-2.4081
ES	8	1995	-4.9643	9.1187	-4.9099	-2.0738	-5.2809	-2.4747
ES	8	1996	-4.9224	9.1811	-4.9517	-2.1869	-5.2405	-2.5435
ES	8	1997	-4.8143	9.2629	-4.8129	-1.7636	-5.3705	-2.6103
ES	8	1998	-4.8033	9.2857	-4.6556	-1.6774	-5.3028	-2.4339
ES	8	1999	-4.6892	9.3075	-4.5348	-1.6876	-5.3524	-2.4946
ES	8	2000	-4.7100	9.3144	-4.5647	-1.6003	-4.4330	-2.5081
ES	8	2001	-4.8017	9.2666	-4.6678	-1.5125	-4.6221	-2.5699
ES	8	2002	-4.9261	9.2675	-4.6847	-1.2358	-4.6864	-2.4208
ES	8	2003	-4.9780	9.2879	-4.7163	-1.1124	-4.5924	-2.3284
ES	8	2004	-4.8849	9.2599	-4.7331	-1.1093	-4.4934	-2.3949
ES	8	2005	-4.7972	9.1982	-4.6791	-1.1440	-4.4933	-2.4338
ES	8	2006	-4.7623	9.1472	-4.6702	-1.2193	-4.4664	-2.4081
GO	9	1995	-3.8003	8.9488	-5.2819	-2.7764	-4.4397	-2.4747
GO	9	1996	-3.9982	9.0237	-5.1633	-2.5515	-4.3745	-2.5435
GO	9	1997	-3.1661	9.0658	-4.8961	-3.0714	-4.6906	-2.6103
GO	9	1998	-4.0663	9.1207	-4.6421	-1.9651	-4.6274	-2.4339
GO	9	1999	-4.2774	9.1822	-4.5073	-1.7934	-4.6769	-2.4946
GO	9	2000	-4.3046	9.2038	-4.5668	-1.6406	-4.2818	-2.5081
GO	9	2001	-4.3077	9.2038	-4.7168	-1.5139	-4.3547	-2.5699
GO	9	2002	-4.3149	9.1890	-4.7834	-1.3117	-4.2019	-2.4208
GO	9	2003	-4.1261	9.1896	-4.8080	-1.4369	-4.1968	-2.3284
GO	9	2004	-4.0243	9.2246	-4.8193	-1.4960	-4.1048	-2.3949
GO	9	2005	-3.9741	9.2229	-4.8783	-1.5822	-4.1591	-2.4338
GO	9	2006	-3.9863	9.2228	-4.9902	-1.6868	-4.1042	-2.4081
MA	10	1995	-5.5412	9.8365	-6.1825	-1.9975	-6.1811	-2.4747
MA	10	1996	-5.6662	9.9113	-6.1064	-1.6109	-6.1020	-2.5435
MA	10	1997	-4.4440	9.9780	-5.9257	-2.5011	-5.8500	-2.6103
MA	10	1998	-5.1023	10.0272	-5.7021	-1.6033	-5.8537	-2.4339
MA	10	1999	-5.0959	10.0527	-5.5198	-1.6967	-5.9069	-2.4946
MA	10	2000	-5.0931	10.0709	-5.4047	-1.5626	-5.2840	-2.5081
MA	10	2001	-5.1846	10.0602	-5.3680	-1.4322	-5.2446	-2.5699
MA	10	2002	-5.4489	10.0740	-5.4466	-1.0219	-5.3138	-2.4208
MA	10	2003	-5.5019	10.0960	-5.5563	-1.0333	-5.3549	-2.3284
MA	10	2004	-5.3638	10.1948	-5.5720	-1.1811	-5.2593	-2.3949
MA	10	2005	-5.3999	10.1994	-5.5788	-1.1113	-5.3181	-2.4338
MA	10	2006	-5.4427	10.2170	-5.6376	-1.1359	-5.3051	-2.4081

estados	codestado	ano	Incredito	Inpopagen	Indeposito	Inplb	Ininterfin	InIH
MG	11	1995	-2.8119	9.1155	-2.6769	-2.5325	-2.9922	-2.4747
MG	11	1996	-3.0448	9.1457	-3.1825	-2.3664	-2.9144	-2.5435
MG	11	1997	-3.0550	9.1699	-3.1235	-1.9509	-2.8456	-2.6103
MG	11	1998	-3.0869	9.2028	-3.0301	-1.7887	-2.9270	-2.4339
MG	11	1999	-3.0318	9.2304	-2.9024	-1.8669	-2.8190	-2.4946
MG	11	2000	-2.9820	9.2288	-2.9195	-1.7598	-2.8074	-2.5081
MG	11	2001	-3.0607	9.2010	-3.0122	-1.6257	-2.8133	-2.5699
MG	11	2002	-3.0346	9.2119	-2.9543	-1.5017	-2.7614	-2.4208
MG	11	2003	-2.9940	9.2473	-2.9748	-1.5459	-2.7436	-2.3284
MG	11	2004	-2.8799	9.2465	-2.9780	-1.5494	-2.6001	-2.3949
MG	11	2005	-2.7468	9.2619	-2.8818	-1.6435	-2.8070	-2.4338
MG	11	2006	-2.9536	9.2576	-3.2144	-1.4967	-2.7770	-2.4081
MS	12	1995	-4.4893	8.7768	-6.1632	-2.9957	-5.4784	-2.4747
MS	12	1996	-4.4788	8.8680	-6.2891	-3.1893	-5.3902	-2.5435
MS	12	1997	-4.5733	8.9193	-6.0784	-2.5779	-5.2088	-2.6103
MS	12	1998	-4.7837	9.1644	-5.8389	-2.1745	-5.1289	-2.4339
MS	12	1999	-4.8643	9.1744	-5.7317	-2.1326	-5.1712	-2.4946
MS	12	2000	-4.9447	9.1855	-5.7539	-1.9433	-5.1311	-2.5081
MS	12	2001	-5.0715	9.1827	-5.7660	-1.6378	-5.1660	-2.5699
MS	12	2002	-4.9963	9.2027	-5.6814	-1.5048	-4.8570	-2.4208
MS	12	2003	-4.7949	9.2367	-5.6952	-1.6747	-4.9693	-2.3284
MS	12	2004	-4.7325	9.2107	-5.7056	-1.6793	-4.8776	-2.3949
MS	12	2005	-4.6936	9.2123	-5.8072	-1.8435	-4.8875	-2.4338
MS	12	2006	-4.7093	9.2226	-5.8505	-1.9053	-4.8923	-2.4081
MT	13	1995	-4.3264	8.9879	-6.2286	-2.8328	-5.3018	-2.4747
MT	13	1996	-4.2362	9.1634	-6.2933	-3.0767	-5.3156	-2.5435
MT	13	1997	-4.0501	9.2081	-5.9934	-2.7973	-5.3784	-2.6103
MT	13	1998	-4.2321	9.3906	-5.8596	-2.4535	-5.2750	-2.4339
MT	13	1999	-4.5004	9.4068	-5.7081	-2.2229	-5.3292	-2.4946
MT	13	2000	-4.6116	9.4083	-5.6051	-1.9177	-4.8519	-2.5081
MT	13	2001	-4.7473	9.4193	-5.6359	-1.5991	-4.8913	-2.5699
MT	13	2002	-4.6915	9.4255	-5.5714	-1.3969	-4.6414	-2.4208
MT	13	2003	-4.4706	9.4457	-5.6201	-1.5680	-4.6658	-2.3284
MT	13	2004	-4.3653	9.3715	-5.6120	-1.6214	-4.5796	-2.3949
MT	13	2005	-4.3168	9.3574	-5.6960	-1.8353	-4.6831	-2.4338
MT	13	2006	-4.3985	9.3600	-5.7746	-1.8710	-4.6918	-2.4081
PA	14	1995	-5.1871	9.8674	-5.3746	-1.8957	-5.5257	-2.4747
PA	14	1996	-2.5250	9.9712	-5.3756	-4.5580	-4.7411	-2.5435
PA	14	1997	-3.9136	10.0379	-5.2804	-2.6979	-4.8672	-2.6103
PA	14	1998	-4.8497	10.0969	-5.0398	-1.5262	-4.7865	-2.4339
PA	14	1999	-5.0028	10.1203	-4.9303	-1.4793	-4.7656	-2.4946
PA	14	2000	-5.0499	10.1423	-4.8664	-1.2717	-4.7020	-2.5081
PA	14	2001	-5.1904	10.1559	-4.8339	-1.0878	-4.8574	-2.5699
PA	14	2002	-5.3579	10.1694	-4.8626	-0.7406	-5.1229	-2.4208
PA	14	2003	-5.3375	10.1866	-4.9836	-0.7392	-4.9163	-2.3284
PA	14	2004	-5.1508	10.1340	-5.0685	-0.8636	-4.8720	-2.3949
PA	14	2005	-5.0663	10.1047	-5.2112	-0.9107	-4.8808	-2.4338
PA	14	2006	-4.9729	10.0766	-5.2690	-1.0236	-4.8164	-2.4081
PB	15	1995	-5.8253	9.7977	-6.2057	-1.8395	-6.3328	-2.4747
PB	15	1996	-6.0805	9.8546	-6.2800	-1.5688	-6.3819	-2.5435
PB	15	1997	-5.8482	9.9080	-6.1394	-1.3921	-6.1315	-2.6103
PB	15	1998	-5.7027	10.0422	-5.8428	-1.1593	-6.0831	-2.4339
PB	15	1999	-5.3692	10.0517	-5.6839	-1.6584	-6.1092	-2.4946
PB	15	2000	-5.3847	10.0662	-5.6032	-1.5765	-5.4398	-2.5081
PB	15	2001	-5.4842	10.0537	-5.5847	-1.3353	-5.2396	-2.5699
PB	15	2002	-5.5240	10.0549	-5.6979	-1.2357	-5.1644	-2.4208
PB	15	2003	-5.5177	10.0693	-5.7878	-1.3368	-5.3778	-2.3284
PB	15	2004	-5.4883	9.9518	-5.8277	-1.3670	-5.3159	-2.3949
PB	15	2005	-5.4900	9.9362	-5.8513	-1.2849	-5.4297	-2.4338
PB	15	2006	-5.5098	9.9496	-5.8657	-1.3054	-5.3810	-2.4081

estados	codestado	ano	Incredito	Inpopagen	Indeposito	Inplb	Ininterfin	InIHH
PE	16	1995	-3.5539	9.6424	-4.3450	-2.9461	-4.0448	-2.4747
PE	16	1996	-3.8578	9.6942	-4.5757	-2.6100	-4.2789	-2.5435
PE	16	1997	-3.9170	9.7322	-4.4769	-2.2217	-4.4413	-2.6103
PE	16	1998	-3.9200	9.8554	-4.4388	-1.9002	-4.4046	-2.4339
PE	16	1999	-4.0019	9.8787	-4.3887	-2.0985	-4.4525	-2.4946
PE	16	2000	-4.1091	9.8725	-4.2850	-1.8065	-4.1571	-2.5081
PE	16	2001	-4.3784	9.8570	-4.3065	-1.4774	-4.2143	-2.5699
PE	16	2002	-4.5479	9.8422	-4.2821	-1.1609	-4.0894	-2.4208
PE	16	2003	-4.5628	9.8860	-4.4333	-1.2127	-4.2179	-2.3284
PE	16	2004	-4.4860	9.7819	-4.4931	-1.2451	-4.2045	-2.3949
PE	16	2005	-4.4406	9.7757	-4.4655	-1.2506	-4.1767	-2.4338
PE	16	2006	-4.2681	9.7821	-4.4932	-1.4637	-4.0768	-2.4081
PI	17	1995	-6.1928	10.0458	-6.6830	-1.8102	-6.8337	-2.4747
PI	17	1996	-5.9955	10.1344	-6.6988	-1.9048	-6.8289	-2.5435
PI	17	1997	-5.7217	10.1344	-6.4566	-1.8541	-6.8538	-2.6103
PI	17	1998	-5.5919	10.1618	-6.2325	-1.6901	-6.7949	-2.4339
PI	17	1999	-5.4545	10.2511	-6.0667	-1.8699	-6.8228	-2.4946
PI	17	2000	-5.5563	10.2513	-6.0663	-1.8506	-5.8364	-2.5081
PI	17	2001	-5.6955	10.2417	-6.1231	-1.7826	-5.7554	-2.5699
PI	17	2002	-5.8746	10.2325	-6.0847	-1.4489	-5.6049	-2.4208
PI	17	2003	-5.9576	10.2331	-6.1802	-1.4006	-5.8287	-2.3284
PI	17	2004	-5.8671	10.1791	-6.1923	-1.4031	-5.7081	-2.3949
PI	17	2005	-5.8685	10.1715	-6.1985	-1.3336	-5.8222	-2.4338
PI	17	2006	-5.8714	10.1640	-6.2368	-1.3730	-5.8244	-2.4081
PR	18	1995	-2.4130	8.8059	-3.1881	-3.5085	-3.1323	-2.4747
PR	18	1996	-2.9053	8.8922	-3.1527	-3.0774	-3.2153	-2.5435
PR	18	1997	-3.0951	8.9095	-3.1869	-2.3949	-3.2437	-2.6103
PR	18	1998	-3.0516	8.9425	-3.1669	-2.2553	-3.0245	-2.4339
PR	18	1999	-2.9878	8.9616	-3.1610	-2.3045	-2.9978	-2.4946
PR	18	2000	-3.0532	8.9557	-3.1175	-2.0337	-2.9411	-2.5081
PR	18	2001	-3.0279	8.9501	-3.0894	-1.8979	-2.9761	-2.5699
PR	18	2002	-3.1080	8.9580	-3.1260	-1.6534	-2.9457	-2.4208
PR	18	2003	-3.0417	8.9970	-3.1750	-1.7071	-2.8994	-2.3284
PR	18	2004	-2.9484	9.0039	-3.1957	-1.7130	-2.8569	-2.3949
PR	18	2005	-2.9927	9.0019	-3.1081	-1.6990	-2.8840	-2.4338
PR	18	2006	-2.9415	8.9984	-3.1980	-1.8044	-2.8402	-2.4081
RJ	19	1995	-2.1988	9.1675	-1.8727	-2.6779	-2.1693	-2.4747
RJ	19	1996	-2.7055	9.2042	-1.9174	-2.2021	-2.2538	-2.5435
RJ	19	1997	-2.5881	9.2009	-2.0820	-1.8798	-2.3079	-2.6103
RJ	19	1998	-2.2775	9.2074	-2.1900	-2.0006	-2.3037	-2.4339
RJ	19	1999	-2.3094	9.1875	-2.1861	-2.0380	-2.2225	-2.4946
RJ	19	2000	-2.1852	9.1406	-2.1971	-2.0141	-2.2183	-2.5081
RJ	19	2001	-2.4662	9.0982	-2.2831	-1.6804	-2.3001	-2.5699
RJ	19	2002	-2.4455	9.0999	-2.3091	-1.4954	-2.2308	-2.4208
RJ	19	2003	-2.4791	9.1350	-2.3263	-1.4735	-2.2757	-2.3284
RJ	19	2004	-2.5325	9.1475	-2.3523	-1.3263	-2.3740	-2.3949
RJ	19	2005	-2.5935	9.1403	-2.3672	-1.2835	-2.3733	-2.4338
RJ	19	2006	-2.6759	9.1202	-2.5131	-1.2204	-2.3732	-2.4081
RN	20	1995	-5.7880	9.8906	-6.1901	-1.9939	-5.5677	-2.4747
RN	20	1996	-5.9584	9.9347	-6.3749	-2.0225	-5.5632	-2.5435
RN	20	1997	-5.4851	10.0040	-6.1648	-2.0231	-5.5417	-2.6103
RN	20	1998	-5.5257	10.0092	-5.6444	-1.5036	-5.4424	-2.4339
RN	20	1999	-5.3275	10.0269	-5.7261	-1.8977	-5.3082	-2.4946
RN	20	2000	-5.3585	10.0249	-5.7479	-1.7888	-5.4914	-2.5081
RN	20	2001	-5.6332	9.9918	-5.7551	-1.4251	-5.4946	-2.5699
RN	20	2002	-5.7081	10.0060	-5.7608	-1.1329	-5.2684	-2.4208
RN	20	2003	-5.6925	10.0355	-5.7456	-1.1741	-5.4519	-2.3284
RN	20	2004	-5.6746	10.0036	-5.7069	-1.0702	-5.3515	-2.3949
RN	20	2005	-5.6238	9.9247	-5.7187	-1.0670	-5.4021	-2.4338
RN	20	2006	-5.5897	9.9247	-5.7393	-1.1382	-5.3956	-2.4081
RO	21	1995	-6.7238	9.4546	-6.8371	-1.2845	-7.0828	-2.4747
RO	21	1996	-6.0449	9.5253	-6.7350	-2.0586	-7.1837	-2.5435
RO	21	1997	-6.1216	9.5544	-6.7292	-1.8794	-6.8462	-2.6103
RO	21	1998	-6.3573	9.8282	-6.7173	-1.3292	-6.7810	-2.4339
RO	21	1999	-6.6339	9.8388	-6.7320	-1.1100	-6.8025	-2.4946
RO	21	2000	-6.7238	9.8449	-6.6832	-0.8372	-6.4652	-2.5081
RO	21	2001	-6.6166	9.8779	-6.7596	-0.9020	-6.3779	-2.5699
RO	21	2002	-6.4970	9.8835	-6.6272	-0.7813	-6.1673	-2.4208
RO	21	2003	-6.3678	9.9026	-6.6616	-0.9009	-6.2052	-2.3284
RO	21	2004	-6.2061	9.7842	-6.6222	-1.0015	-6.0589	-2.3949
RO	21	2005	-6.1469	9.7551	-6.6130	-1.0280	-6.1739	-2.4338
RO	21	2006	-6.2091	9.7731	-6.5978	-1.0237	-6.1774	-2.4081

estados	codestado	ano	Incredito	Inpopagen	Indeposito	Inplb	Ininterfin	InIHH
RR	22	1995	-8.3645	9.5275	-8.4071	-0.7525	-9.3182	-2.4747
RR	22	1996	-7.8727	9.5648	-8.5220	-1.2123	-9.0493	-2.5435
RR	22	1997	-7.3355	10.0315	-8.3415	-1.6778	-8.9386	-2.6103
RR	22	1998	-8.0757	10.0640	-8.2144	-0.7300	-8.8986	-2.4339
RR	22	1999	-8.4219	10.1898	-8.2177	-0.6895	-8.7447	-2.4946
RR	22	2000	-8.5222	10.1459	-8.1086	-0.4893	-7.8792	-2.5081
RR	22	2001	-8.3390	10.1809	-8.1371	-0.6084	-7.8238	-2.5699
RR	22	2002	-7.9984	10.1410	-8.0097	-0.7534	-7.5771	-2.4208
RR	22	2003	-7.1704	10.1055	-8.1000	-1.6077	-7.0905	-2.3284
RR	22	2004	-7.9576	10.0197	-8.0711	-0.5774	-7.6110	-2.3949
RR	22	2005	-6.9413	9.9869	-8.0836	-1.7086	-7.1440	-2.4338
RR	22	2006	-6.9219	9.9631	-8.0320	-1.7238	-7.2097	-2.4081
RS	23	1995	-2.9120	8.7950	-3.1958	-2.8425	-2.8399	-2.4747
RS	23	1996	-3.0213	8.8543	-3.3545	-2.7456	-2.9144	-2.5435
RS	23	1997	-3.0942	8.9520	-3.2921	-2.2553	-2.9987	-2.6103
RS	23	1998	-2.8925	8.9237	-3.0784	-2.3058	-2.8787	-2.4339
RS	23	1999	-2.9251	8.9406	-2.9691	-2.2196	-2.8085	-2.4946
RS	23	2000	-2.9561	8.9422	-3.0611	-2.1262	-2.8359	-2.5081
RS	23	2001	-3.1056	8.9467	-3.0953	-1.8645	-2.9259	-2.5699
RS	23	2002	-3.0554	8.9447	-3.0541	-1.7243	-2.6759	-2.4208
RS	23	2003	-2.9404	8.9663	-3.0484	-1.7951	-2.8246	-2.3284
RS	23	2004	-2.8518	8.9390	-3.1257	-1.8232	-2.7623	-2.3949
RS	23	2005	-2.8021	8.9289	-3.1934	-1.9404	-2.7989	-2.4338
RS	23	2006	-2.8452	8.9218	-3.2583	-1.9828	-2.8306	-2.4081
SC	24	1995	-4.0707	8.7142	-4.3600	-2.2381	-4.4350	-2.4747
SC	24	1996	-4.1171	8.7585	-4.4389	-2.2530	-4.5058	-2.5435
SC	24	1997	-4.0766	8.7867	-4.3463	-1.8245	-4.5221	-2.6103
SC	24	1998	-3.9297	8.8133	-4.1824	-1.8790	-4.4739	-2.4339
SC	24	1999	-3.9804	8.8340	-4.1065	-1.7987	-4.5200	-2.4946
SC	24	2000	-4.0413	8.8430	-4.1376	-1.5616	-3.8922	-2.5081
SC	24	2001	-4.0920	8.8443	-4.2034	-1.4365	-3.9206	-2.5699
SC	24	2002	-4.0453	8.8494	-4.1279	-1.2729	-3.6551	-2.4208
SC	24	2003	-3.9663	8.8595	-4.0971	-1.3077	-3.8241	-2.3284
SC	24	2004	-3.8742	8.8487	-4.1047	-1.2849	-3.7108	-2.3949
SC	24	2005	-3.8306	8.8454	-4.1193	-1.3216	-3.7160	-2.4338
SC	24	2006	-3.7958	8.8492	-4.2106	-1.4351	-3.6849	-2.4081
SE	25	1995	-6.2052	9.1965	-6.1780	-1.6898	-6.4875	-2.4747
SE	25	1996	-6.2037	9.2947	-6.2986	-1.8817	-6.4274	-2.5435
SE	25	1997	-4.6327	9.3377	-5.9941	-2.9654	-6.4398	-2.6103
SE	25	1998	-5.7864	9.4090	-5.7285	-1.4794	-6.3725	-2.4339
SE	25	1999	-5.6550	9.4174	-5.6612	-1.8690	-6.4224	-2.4946
SE	25	2000	-5.6544	9.4354	-5.6079	-1.7159	-5.5571	-2.5081
SE	25	2001	-5.8403	9.4462	-5.7054	-1.3267	-5.5727	-2.5699
SE	25	2002	-5.9795	9.4434	-5.6642	-0.9482	-5.3845	-2.4208
SE	25	2003	-6.0348	9.4610	-5.6615	-0.9461	-5.5424	-2.3284
SE	25	2004	-6.0162	9.4256	-5.6433	-0.9736	-5.5333	-2.3949
SE	25	2005	-6.0011	9.4235	-5.7134	-0.8843	-5.5965	-2.4338
SE	25	2006	-5.9803	9.4214	-5.7555	-0.9689	-5.6651	-2.4081
SP	26	1995	-0.8076	8.8475	-0.7580	-3.0063	-0.7003	-2.4747
SP	26	1996	-0.6399	8.8748	-0.6105	-3.1967	-0.7148	-2.5435
SP	26	1997	-0.6594	8.8897	-0.6097	-2.6992	-0.7159	-2.6103
SP	26	1998	-0.7116	8.8923	-0.6130	-2.5805	-0.7822	-2.4339
SP	26	1999	-0.7152	8.8876	-0.6620	-2.5354	-0.7584	-2.4946
SP	26	2000	-0.7015	8.8628	-0.6639	-2.4049	-0.7347	-2.5081
SP	26	2001	-0.5785	8.8536	-0.6470	-2.4574	-0.6540	-2.5699
SP	26	2002	-0.5099	8.8547	-0.7022	-2.3571	-0.7557	-2.4208
SP	26	2003	-0.5462	8.8765	-0.7199	-2.3237	-0.6875	-2.3284
SP	26	2004	-0.5709	8.8821	-0.6589	-2.2151	-0.7315	-2.3949
SP	26	2005	-0.5916	8.8703	-0.6166	-2.1651	-0.6734	-2.4338
SP	26	2006	-0.5577	8.8504	-0.5501	-2.2243	-0.6851	-2.4081
TO	27	1995	-6.4272	9.2260	-7.4212	-2.1531	-7.2268	-2.4747
TO	27	1996	-6.4472	9.2976	-7.3832	-2.1195	-7.2606	-2.5435
TO	27	1997	-6.2211	9.3292	-6.9550	-2.0518	-7.0885	-2.6103
TO	27	1998	-6.2047	9.7652	-6.8416	-1.8452	-6.9982	-2.4339
TO	27	1999	-6.2802	9.7777	-6.6517	-1.7647	-7.0393	-2.4946
TO	27	2000	-6.3183	9.7849	-6.5850	-1.5458	-6.2523	-2.5081
TO	27	2001	-6.6727	9.7772	-6.6347	-1.1446	-6.3887	-2.5699
TO	27	2002	-6.6316	9.7701	-6.6475	-0.9524	-6.2133	-2.4208
TO	27	2003	-6.4266	9.7776	-6.7288	-1.1486	-6.2888	-2.3284
TO	27	2004	-6.3777	9.6667	-6.7512	-1.1034	-6.2607	-2.3949
TO	27	2005	-6.2974	9.6515	-6.8473	-1.1897	-6.3147	-2.4338
TO	27	2006	-6.2915	9.6366	-6.8723	-1.1861	-6.3327	-2.4081

## Anexo 2 - Testes de Raiz Unitária

```
. xtfisher lncredito
```

```
Fisher Test for panel unit root using an augmented Dickey-Fuller test (0 lags)
```

```
Ho: unit root
```

```
      chi2(54)      = 137.9410
      Prob > chi2   =  0.0000
```

```
. xtfisher lnpopagen
```

```
Fisher Test for panel unit root using an augmented Dickey-Fuller test (0 lags)
```

```
Ho: unit root
```

```
      chi2(54)      = 277.4142
      Prob > chi2   =  0.0000
```

```
. xtfisher lndeposito
```

```
Fisher Test for panel unit root using an augmented Dickey-Fuller test (0 lags)
```

```
Ho: unit root
```

```
      chi2(54)      =  93.7318
      Prob > chi2   =  0.0007
```

```
. xtfisher lnplb
```

```
Fisher Test for panel unit root using an augmented Dickey-Fuller test (0 lags)
```

```
Ho: unit root
```

```
      chi2(54)      =  77.5177
      Prob > chi2   =  0.0197
```

```
. xtfisher lninterfin
```

```
Fisher Test for panel unit root using an augmented Dickey-Fuller test (0 lags)
```

```
Ho: unit root
```

```
      chi2(54)      = 107.9795
      Prob > chi2   =  0.0000
```

```
. xtfisher lnIHH
```

```
Fisher Test for panel unit root using an augmented Dickey-Fuller test (0 lags)
```

```
Ho: unit root
```

```
      chi2(54)      =  59.2200
      Prob > chi2   =  0.2909
```

### Anexo 3 – Análise de painel, efeitos aleatórios. 1995-2006 (Modelo 1\*)

```
. xtreg lncredito lnpopagen lndeposito lnplb lninterfin lnIHH, re
```

Random-effects GLS regression	Number of obs	=	324
Group variable (i): estado	Number of groups	=	27
R-sq: within = 0.6474	Obs per group: min	=	12
between = 0.9861	avg	=	12.0
overall = 0.9752	max	=	12
Random effects u_i ~ Gaussian	Wald chi2(5)	=	2768.85
corr(u_i, X) = 0 (assumed)	Prob > chi2	=	0.0000

lncredito	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
lnpopagen	-.1471626	.0714148	-2.06	0.039	-.287133	-.0071922
lndeposito	.4644432	.0408311	11.37	0.000	.3844158	.5444706
lnplb	-.6300246	.0266781	-23.62	0.000	-.6823127	-.5777364
lninterfin	.3067514	.0377801	8.12	0.000	.2327038	.3807989
lnIHH	.8666005	.1616576	5.36	0.000	.5497575	1.183443
_cons	1.532834	.7573883	2.02	0.043	.0483805	3.017288
sigma_u	.16327208					
sigma_e	.18104272					
rho	.44852549	(fraction of variance due to u_i)				

```
. estimates store randomeffects1
```

Fonte: Stata 9.0, a partir das variáveis elaboradas pela autora.

Nota: \*Modelo 1 inclui lnIHH

### Anexo 4 - Análise de painel, efeitos fixos. 1995-2006. (Modelo 1\*)

```
. xtreg lncredito lnpopagen lndeposito lnplb lninterfin lnIHH, fe
```

Fixed-effects (within) regression	Number of obs	=	324
Group variable (i): estado	Number of groups	=	27
R-sq: within = 0.6705	Obs per group: min	=	12
between = 0.9777	avg	=	12.0
overall = 0.9521	max	=	12
	F(5, 292)	=	118.81
corr(u_i, Xb) = 0.9176	Prob > F	=	0.0000

lncredito	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnpopagen	.2594145	.1180888	2.20	0.029	.0270014	.4918276
lndeposito	.2112074	.0687435	3.07	0.002	.0759119	.346503
lnplb	-.612176	.0265003	-23.10	0.000	-.6643319	-.5600201
lninterfin	.2098697	.0387299	5.42	0.000	.1336446	.2860948
lnIHH	.9164267	.1531088	5.99	0.000	.6150899	1.217764
_cons	-3.950523	1.373112	-2.88	0.004	-6.652974	-1.248072
sigma_u	.8480506					
sigma_e	.18104272					
rho	.95641232	(fraction of variance due to u_i)				

F test that all u\_i=0: F(26, 292) = 14.14 Prob > F = 0.0000

```
. estimates store fixedeffects1
```

Fonte: Stata 9.0, a partir das variáveis elaboradas pela autora.

Nota: \*Modelo 1 inclui lnIHH

### Anexo 5 – Teste de Hausman (Modelo 1\*)

```
. hausman fixedeffects1 randomeffects1
```

	Coefficients		(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
	(b) fixedeffec~1	(B) randomeffe~1		
lnpopagen	.2594145	-.1471626	.4065771	.0940473
lndeposito	.2112074	.4644432	-.2532358	.0553037
lnplb	-.612176	-.6300246	.0178486	.
lninterfin	.2098697	.3067514	-.0968817	.0085247
lnIHH	.9164267	.8666005	.0498262	.

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg  
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

```
chi2(5) = (b-B)'[(V_b-V_B)^(-1)](b-B)
          = 5.34
Prob>chi2 = 0.3759
(V_b-V_B is not positive definite)
```

Fonte: Stata 9.0, a partir das variáveis elaboradas pela autora.

Nota: \*Modelo 1 inclui lnIHH

### Anexo 6 - Análise de painel, efeitos aleatórios. 1995-2006 (Modelo 2\*)

```
. xtreg lncredito lnpopagen lndeposito lnplb lninterfin, re
```

Random-effects GLS regression

Group variable (i): **estado**

Number of obs = 324  
 Number of groups = 27

R-sq: within = 0.6106  
 between = 0.9861  
 overall = 0.9742

Obs per group: min = 12  
 avg = 12.0  
 max = 12

Random effects u\_i ~ Gaussian  
 corr(u\_i, X) = 0 (assumed)

Wald chi2(4) = 2737.18  
 Prob > chi2 = 0.0000

lncredito	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
lnpopagen	-.1527511	.0728952	-2.10	0.036	-.295623	-.0098792
lndeposito	.4267321	.0417293	10.23	0.000	.3449442	.50852
lnplb	-.5689063	.0250451	-22.72	0.000	-.6179938	-.5198188
lninterfin	.3601168	.0382655	9.41	0.000	.2851179	.4351157
_cons	-.3834201	.6786407	-0.56	0.572	-1.713531	.9466913
sigma_u	.16227484					
sigma_e	.1915					
rho	.41795043	(fraction of variance due to u_i)				

```
. estimates store randomeffects2
```

Fonte: Stata 9.0, a partir das variáveis elaboradas pela autora.

Nota: \*Modelo 2 exclui lnIHH.

